

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA

**COORDENAÇÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E A
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DA PROFISSÃO:
O ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM QUESTÃO**

FRANCA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA

**COORDENAÇÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E A
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DA PROFISSÃO:
O ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM QUESTÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a obtenção de Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

Co-orientadores: Prof. Dr. Francisco Nascimento Branco e Prof. Rui Brites - UCP/Lisboa

FRANCA

2009

Lima, Leonice Domingos dos Santos Cintra

Coordenação de curso de Serviço Social e a consolidação da identidade da profissão o ensino superior privado em questão / Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima. –Franca : UNESP, 2009

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Serviço Social – Formação profissional. 2. Ensino superior privado – Política educacional.

CDD – 361.007

LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA

**COORDENAÇÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E A
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DA PROFISSÃO:
O ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM QUESTÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a obtenção de Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2009.

Dedico

A meus pais: Heleno e Maria:

*Pela segurança do colo e do lar, carinhos e estímulos eternos e intensos...
Amor incondicional.*

Ao “meu infinito particular”

Guga, Mau, Vi:

Nada existe para além da família.

*Nada encerra a maior representação do amor e da esperança na
humanidade do que a felicidade de conceber, criar e ver os filhos se transformarem em
possibilidades vivas de um mundo melhor...*

*Nada justifica a luta e a busca sem o conforto e a segurança do amor que
nos oferecem.*

*Tudo seria nada sem o apoio, a confiança e a segurança confortadora e
carinhosa de vocês: “Meu infinito particular”.*

Ao Ronaldo:

Sou tua cruz.

Tu és a minha redenção.

*Mesmo que eu eternize agradecimentos a ti, certamente estes jamais farão jus
ao que representas em minha vida*

Obrigada por tudo e para sempre!

“.... ainda que eu falasse a língua dos anjos, sem **vocês** eu nada seria ...”

AGRADECIMENTOS

À **Profa. Dra. DJANIRA**: estudante, pesquisadora, mãe, trabalhadora, mulher: - Pela confiança, firmeza e respeito. Pela dedicação e aceitação da árdua tarefa de orientação da pesquisa. **MUITO OBRIGADA.**

Aos meus alunos e ex-alunos dos cursos de graduação:

- “*tesouros de minha jornada*”, a confiança explícita no meu trabalho remete-me diariamente à busca do conhecimento mantendo viva a sede de saber.

Aos amigos-professores da UNESP de Franca, pela segura, mas flexível transmissão dos seus conhecimentos ao longo da minha carreira acadêmica. Pelo respeito e incentivo desde os “tempos da graduação” (década de 70/80).

À **CAPES** pela confiança e subsídio ao Estágio no Exterior, apoiada pelo Programa PDEE-Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior.

Na pessoa do Professor-orientador Dr. Francisco Branco, à Reitoria da Universidade Católica Portuguesa (UCP) - Lisboa e a Direção da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, pela oportunidade de Estágio no Curso de Doutorado em Serviço Social (2008).

Especial Agradecimento do Prof. Dr. Rui Brites da Universidade Católica Portuguesa (UCP) - Lisboa, pela orientação e apoio sobre a metodologia adotada. Pelo incentivo e interesse no trabalho e pelo apoio acadêmico no período passado “*nas terras lusitanas*” – **MUITO OBRIGADA.**

Aos irmãos: “Milso”, “Nice” e “Lalo” e a cunhada Roselli (amiga de profissão e luta):

- Tê-los e conviver com vocês me faz ter certeza de que anjos vêm a terra para nos proteger, guiar e amparar.

Aos amigos Sílvia e Valdo e seus filhos Geovana, “Isa” e “PV”

- Pela “presença” (mesmo na distância física) carinhosa e incentivadora de todas as horas.

Aos amigos luso-brasileiros: Rita/Rui e seu filho Gonçalo, Alice, Sr. José e “Dona” Odete, Teresa e Sr. Vitor, Ana Catarina, Vanda, Olaf, Cibele e Manuel, Yara, Ed, Dra. Ivone, Lorena/Guilherme e a filha Violante, D. Regina, Tina...: *eles sabem por que...*

*A DEUS,
Por todos ELES e pela vida.*

“Desenvolver uma pesquisa é lidar com indivíduos que narram suas experiências, contam suas histórias de vida, suas visões de mundo a um pesquisador nem sempre próximo, muitas vezes, um (des)conhecido As preocupações, os temas cruciais são, em geral, comuns a entrevistado e entrevistador. A “conversa”, a recolha de dados, não é sobre crenças e costumes exóticos e distantes da realidade do pesquisador. Pelo contrário, boa parte faz referência a experiências históricas no sentido mais amplo, e cotidianas, também do meu mundo, das minhas aflições e perplexidades. Eu, o pesquisador, ao recolher de colegas da mesma área, dados e “visões da profissão”, suas histórias de vida, estou aumentando o meu conhecimento sobre a sociedade, sobre a realidade e especialmente sobre o meio social em que estou mais diretamente inserido. Ou seja, a pesquisa, me envolve claramente num processo de autoconhecimento”.

(Gilberto Velho- adaptado pela autora da tese)

*Tantas histórias.
Tantas questões.*

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. **Coordenação de Curso de Serviço Social e a consolidação da identidade da profissão: o ensino superior privado em questão.** 2009. 155 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

Este trabalho apresenta a pesquisa realizada com Coordenadores de Curso de Serviço Social do Ensino Superior Privado do Estado de São Paulo, tem o objetivo de conhecer, compreender e explicar as possibilidades e limites da consolidação da identidade da profissão na perspectiva da formação profissional. Ao estudar a conjuntura brasileira, a investigação revela a articulação do Serviço Social, da formação profissional, e da história do desenvolvimento e expansão do Ensino Superior no Brasil com as questões históricas, políticas e econômicas do país. Na composição do corpo teórico da tese, utilizamos também a perspectiva sociológica de construção da identidade profissional para mostrar a existência, no âmbito da profissão, da realidade dual da identidade do Serviço Social contemporâneo; uma identidade reivindicada pela categoria, resultante da consciência profissional adquirida com desenvolvimento da profissão no país e uma identidade atribuída (e ainda existente) pela hegemonia do sistema capitalista, revelada muitas vezes no conservadorismo da prática e na representação social da profissão. Tomamos como eixos definidores da identidade reivindicada pela profissão e em processo de consolidação, o Projeto Ético Político do Serviço Social e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. A partir da orientação metodológica baseada no materialismo histórico dialético de Marx, articulado com o materialismo genético de Goldman, realizamos a análise dos conteúdos através de categorias apreendidas nas respostas dos sujeitos. O estudo resultou na confirmação de elementos que dificultam a consolidação da identidade reivindicada pela profissão no âmbito da formação superior privada; na apresentação da realidade profissional dos Coordenadores de Curso de Serviço Social no Ensino Superior Privado, da realidade paradoxal da docência no mercado de trabalho do ensino privado contemporâneo e na revelação de conflitos resultantes da relação capital/trabalho no âmbito da formação acadêmica. Neste contexto, a pesquisa aponta para a necessidade de posicionamento da categoria para enfrentamento das questões conjunturais que comprometem a formação profissional no universo do Ensino Privado.

Palavras-chave: Serviço Social. formação profissional. atribuições de coordenadores de curso. ensino superior privado.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. **Coordinamento del Corso di di servizio sociale e il consolidamento della identità della professione:** la Istruzione Superiore privati in questione. 2009. 155 f. Tesi (Dottorato di Ricerca in Servizio sociale) - Facoltà di Storia, Diritto e Servizio Sociale, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2009.

ASTRATO

Questa investigazione presenta La ricerca fatta con i coordinatore del corso di Servizio Sociale di Istruzione Superiore Privata dell Stato di São Paulo e ha come scopo conoscere, capire e spiegare le possibilita e limiti delle dimensioni della consolidazione della identità dell servizio sociale sulle prospettive della formazione professionale. Studiando la congiuntura brasiliana, si po vedere la articolazione dell servizio sociale, della formazione profissionale, della storia dell sviluppo e crescita della istruzione superiore nell brasile con la politica , economia e politiche pubbliche della nazione.Nella composizione dell corpo teóric della tese, abbiamo utilizzato anche la prospettiva sociológica di costruzione della identità professionale per mostrare la esistenza , nell ambito della professione ,della realta duale della identità dell servizio sociale comteporaneo, uma identità richiesta dalla categoria che viene come risultato di una consapevolezza professionale venuta com com lo sviluppo della professione nella nazione ed una identità riscevuta (ed ancora reale) dalla hegemonia dell sistema capitalista, cosa che si verifica tante volte dall conservatorismo delle pratiche e della rappresentazione sociale della profissione. Possiamo prendere come punto centrale di definizione della identità richiesta Ed in processo di consolidazione, Il projeto Ético Político Dell servizio sociale e Le orientazione Dell curriculun per i corsi di Servizio Sociale. Partendo della orientazione metodológica fondato nell materialismo storico dialético di Marx, articolato com il materialismo genético di Goldman, abbiamo fatto Le analise atraverso Le risposte avute. Questa ricerca há avuto come risultato La conferma dei elementi che mettono in difficolta La consolidazione della identità richiesta dalla professione nel âmbito della formazione superiore privata; nella appresentazione della realta professionale dei coordinatori Dell corso di Servizio Sociale nella istruzione superiore privata, della realta paradossale della docenza nell mercato di lavoro ,Della istruzione privata contemporanea e nella rivelazione dei conflitti risultati dell rapporto capitale\lavoro nell âmbito della formazione acadêmica. In questo senzo La ricerca fa vedere Il bisogno di una posizione chiara della categoria per essere cosi in grado di affrontare le questioni congiunturali che possono compromettere la formazione profissionale nell universo della istruzione privata.

Parola-chiave: formazione professionale. atribuizioni dei coordinatore di curso. istruzione superiore privata.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. **Coordinación de Curso de Trabajo Social y la consolidación de la identidad de la profesión:** la enseñanza superior privada en cuestión. 2009. 155 f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMEN

Este trabajo presenta la investigación realizada con Coordinadores de Curso de Servicio Social de la Enseñanza Superior Privada del Estado de São Paulo, tiene la finalidad de conocer, comprender y explicar las posibilidades y límites de la consolidación de la identidad de la profesión en la perspectiva de la formación profesional. Al estudiar la coyuntura brasileña, la investigación revela la articulación del Servicio Social, de la formación profesional, y de la historia del desarrollo y expansión de la Enseñanza Superior en Brasil con las cuestiones históricas, políticas y económicas del país. En la composición del cuerpo teórico de la tesis; utilizamos también la perspectiva sociológica de construcción de la identidad profesional para mostrar la existencia, en el ámbito de la profesión, de la realidad dual de la identidad del Servicio Social contemporáneo; una identidad reivindicada por la categoría, resultante de la consciencia profesional adquirida con desarrollo de la profesión en el país y una identidad atribuida (y aún existente) por la hegemonía del sistema capitalista, revelada muchas veces en el conservadorismo de la práctica y en la representación social de la profesión. Tomamos como ejes definidores de la identidad reivindicada por la profesión y en proceso de consolidación, el Proyecto Ético Político del Servicio Social y las Directrices Curriculares para los cursos de Servicio Social. A partir de la orientación metodológica basada en el materialismo histórico dialéctico de Marx, articulado con el materialismo genético de Goldman, realizamos el análisis de los contenidos a través de categorías aprendidas en las respuestas de los sujetos. El estudio ha resultado en la confirmación de elementos que dificultan la consolidación de la identidad reivindicada por la profesión en el ámbito de la formación superior privada; en la presentación de la realidad profesional de los Coordinadores de Curso de Servicio Social en la Enseñanza Superior Privada, de la realidad paradójica de la docencia en el mercado de trabajo de la enseñanza privado contemporáneo y en la revelación de conflictos resultantes de la relación capital/trabajo en el ámbito de la formación académica. En este contexto, la investigación apunta para la necesidad de posicionamiento de la categoría para enfrentamiento de las cuestiones coyunturales que comprometen la formación profesional en el universo de la Enseñanza Privada.

Palabras-clave: Servicio Social. formación profesional. atribuciones de coordinadores de curso. enseñanza superior privada.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeiras Escolas e Cursos Superiores do Brasil	32
Quadro 2 - Ensino Superior no Brasil: 1907 e 1912	33
Quadro 3 - Esquema do processo de formação da identidade social.....	52
Quadro 4 - Organograma - Estrutura Hierárquica – Ensino Superior Privado.....	69
Quadro 5 - Quantidade de Cursos na Educação Superior - Modalidade: Presencial.....	80
Quadro 6 - Quantidade de Cursos de Serviço Social - Modalidade: Presencial.....	80
Quadro 7 - Evolução do número de Instituições Privadas no Brasil.....	81
Quadro 8 - Quantidade de Instituições por Região Geográfica	81
Quadro 9 - Distribuição por Estado.....	82
Quadro 10 - Distribuição por Estado.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cursos de Serviço Social Por Categoria Administrativa.....	86
Gráfico 2 - Vagas Oferecidas Nos Cursos Por Modalidade Administrativa.....	87
Gráfico 3 - Expansão de Cursos Privados de Serviço Social em São Paulo.....	88
Gráfico 4 - Da Formação e Titulação do Coordenador	97
Gráfico 5 - Do Tempo de Dedicção à Coordenação.....	99
Gráfico 6 - Processo de Seleção para Coordenação.....	100
Gráfico 7 - Formação do Colegiado	101

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPEB	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEAS	Centro de Estudos de Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CESESP	Coordenadoria de Ensino Superior de São Paulo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional da Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
EaD	Ensino a Distância
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Institutos de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PUC–SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEEC	Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SINAES	Sistema Integrado de Informações do Ensino Superior
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 A QUESTÃO DO MÉTODO	20
1.1 Estudo e Definição dos Métodos para a Investigação e a Análise dos Dados	20
CAPITULO 2 BASE E NEXOS TEÓRICOS	28
2.1 Ensino Superior no Brasil: surgimento, processo e articulação histórica com a criação do primeiro Curso de Serviço Social e panorama contemporâneo	29
2.2 Serviço Social no Brasil: profissionalização, articulação histórica e fortalecimento da profissão	37
2.3 Identidade Profissional: dinâmica sociológica de constituição.....	50
2.4 Identidade <i>DO</i> Serviço Social no Brasil.....	58
2.5 A Estrutura Organizacional do Ensino Superior Privado: o papel da coordenação de curso em evidência.....	68
2.5.1 Conselho Superior/Reitoria/Provedoria/Conselho Deliberativo	70
2.5.2 Presidência ou Direção Geral	71
2.5.3 Direção Pedagógica	71
2.5.4 Direção Administrativa.....	71
2.5.5 Corpo Docente do Curso ou Colegiado do Curso	72
2.5.6 Corpo Discente do Curso ou Alunado	72
2.5.7 Coordenação de Curso	72
2.5.7.1 <i>As dimensões funcionais da Coordenação de Curso.....</i>	<i>74</i>
CAPÍTULO 3 A PESQUISA: o trabalho de investigação	78
3.1 Definindo o Universo, os Sujeitos e a Amostra da Pesquisa	78
3.1.1 Universo e Sujeitos.....	78
3.1.1.1 <i>O Estado de São Paulo: aproximação com o cenário da pesquisa</i>	<i>83</i>
3.1.2 A Amostra: quantificação e qualificação.....	89
3.2 Definição do Instrumento de Pesquisa e o Procedimento de Abordagem.....	90
3.2.1 A escolha do instrumento da pesquisa.....	90
3.2.2 Procedimento de abordagem dos sujeitos.....	93

3.3 Tratamento dos Dados	95
3.3.1 Apresentação e Análise	95
3.3.2 Consolidação da Identidade da Profissão: interpretação e discussão dos resultados	103
3.3.2.1 <i>A Conjuntura Social Brasileira: o espaço de inquietações, de construção histórica e de legitimação da práxis profissional</i>	103
3.3.2.2 <i>Formação Profissional: espaço de (re)conhecimento do Serviço Social e a identidade da profissão</i>	108
3.3.2.3 <i>Dimensão epistêmica</i>	111
3.3.2.4 <i>Dimensão da prática</i>	113
3.3.2.5 <i>Identidade Profissional: Projeto Ético Político e Identidade do Serviço Social</i>	115
 CONCLUSÕES.....	 119
 REFERÊNCIAS	 127
 APÊNDICES	
APÊNDICE A - Plano de Trabalho-Estágio no Exterior – Resumo do Relatório de Estágio no Exterior	138
APÊNDICE B - E-mail Enviado aos Coordenadores para Apresentação do Pesquisador, Apresentação da Pesquisa, Encaminhamento do Questionário e Indicação do Site	143
APÊNDICE C - Questionário.....	144
APÊNDICE D - Modelo do Relatório Eletrônico de Dados da Pesquisa	147
APÊNDICE E - E-mail: Agradecimento a Participação na Pesquisa	150
 ANEXOS	
ANEXO A - Declaração de matrícula.....	152
ANEXO B - Cursos de Serviço Social- Estado de São Paulo – INEP Modalidade: Presencial, Semi Presencial e EAD Público, Privados, Fundações de Direito Público e Fundações de Direito Privado	153
ANEXO C - Liberação da Bolsa CAPES-PDEE	155

INTRODUÇÃO

Olhar é [...] vivenciar o real criado pelo social. [...]. O olhar carrega todo o arsenal ideológico disponível numa sociedade não conseguindo, por vias não críticas, se libertar desse fundamento inescapável [...]. O olhar, não é reflexivo, mas possibilidade de reflexão: o olhar não pensa, mas abre o existente ao pensar. (Alberto Lins Caldas, 1996).

O conjunto que compõe a afirmação acima, que expressa o pensamento de Alberto Lins Caldas, justifica largamente o interesse de uma assistente social encarregada da função de coordenação de curso, em estudar a consolidação da identidade do Serviço Social, focando a formação profissional “vista” a partir da ótica, compreensão e ação dos Coordenadores de Curso.

A assunção do cargo de Coordenadora de Curso de Serviço Social no Ensino Superior Privado coloca a autora em estreita vivência com os desafios técnicos, pedagógicos e administrativos da função, apresenta-lhe uma realidade não explícita; velada e difusa; permeada de aspectos próprios da dinâmica e rotina de trabalho que envolve aspectos nem sempre revelados da formação profissional no âmbito daquele ensino.

As idéias que conduziram a esta pesquisa não nasceram já organizadas, são fruto das leituras, da vivência profissional, da vivência em sala de aula e especialmente da experiência na coordenação de curso em uma instituição privada no interior do Estado de São Paulo.

As partes foram *desenhando* minha posição, expandindo meu olhar e ampliando a necessidade da busca científica para as respostas às inquietações surgidas.

A vivência profissional no universo da gestão administrativo-pedagógica de curso superior privado “abriu o existente ao pensar”.

Angústias e inquietações surgidas na prática levaram-me à reflexão sobre a estreita relação que se estabelece entre as “ações” empreendidas pelo Coordenador de Curso, profissional imbuído (de direito) de “poder” administrativo-pedagógico para promover e estimular a articulação teórico-metodológica dos nexos formadores da profissão, “formatando” a identidade profissional do Serviço Social, na “construção” acadêmica cotidiana. Como sua ideologia e sua apropriação dos conceitos formadores da profissão se expressam objetivando a consolidação da identidade da profissão na perspectiva do Projeto Ético Político do Serviço Social?

Na experiência vivida, as inquietações tomam forma de questionamentos internos que se potencializam na medida em que se fez sentir, no universo do trabalho na coordenação, o impacto do acirramento da política expansionista do “mercado do ensino superior” no país, com a abertura sistemática de novos cursos, ampliando a “concorrência” pelo alunado.

“Ver” a Coordenação de Curso de Serviço Social pelo “*lado de dentro*” desvela uma realidade cotidiana muitas vezes desconhecida e invisível para a categoria e para estudiosos da formação em Serviço Social.

Impõem-se ao coordenador, no cenário atual do Ensino Superior Privado no país, além das novas demandas que se colocam à profissão - que determinam novas exigências à formação-, capacidades técnico-operativas em dimensões pedagógicas muitas vezes diversas da sua formação e tarefas burocrático-administrativas, configurando um papel profissional composto de atribuições muitas vezes desconhecidas.

O processo de reflexão apontou dúvidas que resultaram na elaboração de projeto de pesquisa cuja intencionalidade da busca, adquire concretude científica no aprofundamento teórico, no desenvolvimento do trabalho e no cumprimento rigoroso dos procedimentos metodológicos necessários para a efetivação de tese sobre o assunto.

Questões referentes a limites, desafios e possibilidades de ação do coordenador para gerir com autonomia as necessidades pedagógicas da formação; inquietações sobre a realidade da formação nos cursos privados; preocupações com a consolidação da identidade da profissão e a legitimação do Projeto Ético Político e consciência da responsabilidade do Coordenador de Curso, somaram-se a outras questões relevantes e apontaram o caminho a ser percorrido.

“Como os coordenadores entendem o Serviço Social? Como apreendem o Projeto Ético Político da Profissão? Como entendem e expressam sua visão de identidade profissional e de identidade do Serviço Social? Como vêm e ‘sentem’ a função de coordenação? Há na práxis dos coordenadores uma preocupação explícita com a consolidação da identidade atual da profissão?”

A organização do pensamento conduz à elaboração de um processo científico de pesquisa. As indagações redimensionam o desejo de buscar respostas e, na composição do arcabouço teórico, articulado com os elementos da realidade concreta, traçamos a trajetória da pesquisa desenvolvida que se configura no âmbito científico e ganha concretude no resultado final deste trabalho.

A dimensão da ação do Coordenador de Curso de Serviço Social nas instituições de ensino privadas não pode ser desvinculada da formação em Serviço Social, apontando para a

necessidade latente de lançar-se um olhar acurado sobre esta realidade concreta e é deste processo investigativo que surgem os elementos formadores do instrumental analítico da pesquisa.

Assim, na busca de conhecer e compreender a realidade da formação em Serviço Social no Ensino Superior Privado, revelar a importância dos Coordenadores de Curso no processo de consolidação da identidade da profissão e explicar a relação existente entre o neoliberalismo, a política de Ensino Superior no Brasil e o papel do coordenador com o processo de consolidação da identidade reivindicada pela profissão, iniciamos este trabalho.

No empreendimento do desafio acadêmico da pesquisa em Ciências Sociais, encontramos o condicionamento de dois fatores fundamentais: um que agrega o respeito e atenção à dinâmica e historicidade da realidade social (impondo demandas e tendências de ação na prática) que rebatem na formação, outro que se reporta ao aprofundamento no desenvolvimento das vertentes teórico-metodológicas que configuram os paradigmas de análise da investigação.

Neste sentido, procuramos a interlocução entre paradigmas que permitissem a explicação da realidade estudada, buscando um corpo teórico que possibilite analisar, a partir da ótica da Coordenação dos Cursos Privados de Serviço Social, os elementos que podem interferir no processo de consolidação da identidade da profissão.

Entendendo que a dimensão teórica de um trabalho de pesquisa representa, para o pesquisador, a construção de um conjunto de princípios fundamentais e lhe oferece referências para afastar-se das fragilidades e subjetividades empíricas que podem comprometer o resultado final do mesmo, empreendemos a busca de fundamentos teóricos em estudos existentes sobre o tema.

No **Primeiro Capítulo**, revisitamos o caminho do desenvolvimento e estruturação de métodos científicos aplicáveis à pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.

Nesse processo, apresentamos o pensamento de autores cujas obras constituem as bases filosóficas e epistemológicas apropriadas na estruturação do pensamento científico formador do caminho teórico-filosófico desta investigação.

A seguir apresentamos a forma de abordagem e instrumental utilizados na pesquisa e finalizamos o capítulo com explanação sobre a técnica utilizada para a análise e tratamento dos dados expressos nas respostas ao questionário, que retrata a visão dos Coordenadores de Curso de Serviço Social, sujeitos que compõem a amostra.

Para analisar e explicar a relação Coordenação de Curso de Serviço Social e Consolidação da Identidade da Profissão, contextualizando esses aspectos com elementos que pontuam a história da profissão e a história da educação superior no Brasil, entremeados de aspectos da história política e social do país, efetivamos um retrospecto histórico sobre a sociedade brasileira.

Revisitar a história da sociedade brasileira, inserindo neste percurso a história do ensino superior em Serviço Social e a história da profissão, representou o desafio que se consolidou na apropriação de conceitos que se foram organizando a partir da leitura crítico-analítica do material utilizado, essa trajetória forma o corpo teórico sobre o qual se sustenta o trabalho e constitui o **Segundo Capítulo** da tese.

Nesta perspectiva, buscamos nas bases teóricas da educação, do Serviço Social e da história sócio-política do país, o arcabouço necessário à construção de um trabalho científico, contextualizado com o movimento e dinâmica da sociedade contemporânea.

A apresentação da pesquisa, composta dos elementos que a estruturam: apresentação e justificativa do universo, a caracterização dos sujeitos, a definição da amostra, o instrumental, bem como o tratamento dos dados, a explicação e interpretação descritiva e gráfica, constituem os elementos trabalhados no **Terceiro Capítulo**.

O trabalho firmado na perspectiva de consolidação da identidade do Serviço Social se expressa na dimensão da prática e da postura profissional que se revelam no texto do Projeto Ético Político da Profissão e se confirma na proposta de unificação das bases da formação acadêmica explícitas no texto das Diretrizes Curriculares da - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹, elaborada como resultado da construção coletiva dos Assistentes Sociais do país, aprovados pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) em 1999 e homologada em nível nacional pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2002.

O estudo e a análise da consolidação da identidade do Serviço Social revelou-se um processo tão complexo e difuso quanto a própria dimensão das competências funcionais postas aos coordenadores dos cursos no Brasil, que se estabelece no confronto da relação cotidiana da ação de coordenação, perpassada tanto pelas constantes transformações ocorridas na profissão no seu transcurso histórico, como frente às questões que emergem da política nacional do ensino superior no país no contexto neoliberal.

¹ As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, elaborada com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 e tornadas legitimamente legais do ponto de vista jurídico com a aprovação em 2001 no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Apresentamos em gráficos os dados que foram quantificados a partir da identificação das instituições e formadores dos perfis dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Na efetivação da análise, buscamos nas “falas” dos sujeitos da pesquisa os elementos que pela representatividade e significância frente aos objetivos e pressupostos da tese se constituíram em “unidades de contexto” que permearam e ilustraram a análise do conteúdo e apontaram as categorias de análise, determinadas a partir da expressão dos sujeitos.

A análise emerge do entendimento de “identidade profissional”, de “Serviço Social”, do “Projeto Ético Político da Profissão”, segundo o que expressam os Coordenadores de Cursos privados de Serviço Social, do Estado de São Paulo, frente aos conceitos trabalhados na estruturação da base teórica, articulado com cenário do Ensino Superior Privado do Estado de São Paulo, inserido na conjuntura sócio-histórica do país.

Nas **Considerações Finais**, apresentamos o resultado das análises consolidadas a partir do estudo realizado, resgatando a relação existente entre eles e os pressupostos que definiram a realização da pesquisa. Apontamos os elementos relevantes do trabalho e buscamos as explicações para os fenômenos estudados.

A essência do trabalho se legitima e se fundamenta em elementos que asseguram a consistência teórica e metodológica que corrobora o rigor científico da pesquisa em Serviço Social.

Nessa perspectiva, acreditamos que a pesquisa representa uma contribuição teórico-metodológica tanto para os estudos que se consolidam sobre questões referentes à formação em Serviço Social no Brasil na esfera do ensino privado, como para os estudos sobre o Ensino Superior Privado na perspectiva do modelo político neoliberal; constitui-se, portanto, em um legado de informações aos profissionais e pesquisadores da área e do tema orientado para a construção científica do conhecimento da realidade brasileira. Apresenta novos elementos, lançando no universo do desconhecido “flashes” de luz que revelam a carência e possibilidades de outros estudos.

CAPÍTULO 1 A QUESTÃO DO MÉTODO

1.1 Estudo e Definição dos Métodos para a Investigação e a Análise dos Dados

A metodologia é uma aventura intelectual, uma aventura que se faz num processo histórico de crítica do seu próprio caminho, repensando-se as condições existentes de sua realização. (Vicente de Paula Faleiros).

A questão do método nas pesquisas em Ciências Sociais e Humanas define a opção teórica a ser adotada para o desenvolvimento do trabalho e representa a essência do pensamento do pesquisador e a expressão da fundamentação filosófica sobre a qual sustenta seu estudo. Compartilhando o entendimento de Minayo (2000, p. 37) que afirma que “[...] nenhuma das linhas do pensamento sobre o social tem o monopólio da compreensão total e completa sobre a realidade”, enveredamos no estudo das correntes filosóficas de explicação da realidade para por aproximação buscar a anuência necessária ao estudo em questão.

A busca do conhecimento da sociedade, do conhecimento do homem e do seu pensamento, revela que a realidade epistemológica e o conhecimento científico se ligam de forma estreita e se expressam na relação que se estabelece entre o homem e o meio no qual se insere.

Este trabalho se fundamenta na perspectiva sociológica do estudo sobre a estruturação da identidade das profissões e na teoria filosófica com a qual o Serviço Social estabelece a aproximação que lhe aponta o caminho da ruptura com o conservadorismo da profissão. No seu desenvolvimento buscamos também conhecer a formação em Serviço Social no Brasil, em instituições privadas do Estado de São Paulo, contextualizando-a com os aspectos sócio-históricos e políticos da sociedade brasileira, do ensino superior privado e da identidade profissional do Serviço Social, à luz das Diretrizes Curriculares do Curso e do que se inscreve no Projeto Ético Político da Profissão.

O trabalho expõe o processo de busca para explicar, através da análise dos conteúdos das respostas dadas pelos Coordenadores de Curso às indagações da pesquisa, a articulação existente entre a formação acadêmica do coordenador, o conhecimento técnico-científico do Serviço Social dele, sua ideologia e suas ações profissionais e como

contribuem ou não para a consolidação da identidade reivindicada¹ pela profissão na dimensão do Projeto Ético Político.

Mesmo compreendendo e respeitando que a divisão do conhecimento e do trabalho na sociedade contemporânea, resulta tradicional e historicamente de diferentes modos de organização social e institucional, podendo ser interpretadas sob diferentes enfoques teórico-metodológicos e que estudos científicos das Ciências Sociais e Humanas, no período contemporâneo, apontam para novas correntes paradigmáticas de entendimento e análise dos fenômenos sociais, optamos por fundamentar o trabalho de pesquisa nas bases filosóficas e metodológicas do Materialismo Histórico Dialético.

Desta forma, percebemos que trazer “à luz da reflexão” referências históricas do desenvolvimento da ciência e do pensamento filosófico representa, neste momento, um dos aspectos fundamentais para a construção mental (no pensamento do leitor) do “*Desenho Metodológico*”² sobre o qual se edificou o trabalho de pesquisa e de análise dos dados que resultaram da mesma.

O Materialismo Filosófico, ao se apropriar das conclusões de estudos científicos para estruturar sua visão do homem, do mundo e da sociedade, reconhece o processo evolutivo do pensamento científico, a importância do processo histórico na constituição dos fenômenos sociais, constituindo-se em um dos elementos fundantes do Materialismo Histórico Dialético.

A relevância do processo histórico, tanto na reconstrução da realidade concreta, como para o entendimento e compreensão da evolução científica dos métodos de investigação, revela que o estudo da evolução da ciência, no caminho do pensamento metodológico escolhido para fundamentação desta pesquisa, aponta para o aprofundamento dos estudos no processo de desenvolvimento das vertentes filosóficas de construção e estruturação dos métodos de abordagem nas Ciências Sociais e Humanas.

Esta “busca” corrobora com a construção do percurso teórico e metodológico de realização do trabalho e da estruturação de seus nexos de análise, construindo o panorama e o cenário social onde se assenta a pesquisa.

Assim, tomamos como marco filosófico inicial da ciência moderna os registros dos estudos do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), considerado “pai da ciência

¹ Sobre o assunto “identidade reivindicada” (conceituação e aprofundamento teórico), apresentamos o estudo realizado no Capítulo 2 - fls. 56-57.

² Nota da Autora: chamamos de *Desenho Metodológico* o processo de estudos das correntes filosóficas e sociológicas sobre as quais se sustentam o desenvolvimento da pesquisa.

moderna”, que ao ressaltar o valor da experiência e do conhecimento direto da natureza, promoveu significativo impulso no desenvolvimento e progresso da ciência.

No entanto, constatamos que se encontra em Ludwig Feuerbach (1804-1872), filósofo alemão considerado o ícone do período pré-marxista, o maior apoio ao materialismo. Feuerbach destaca-se na história das ciências pelo veemente ataque às idéias de Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão que identificava a essência humana com a autoconsciência e detém, no universo científico, a designação de maior relevância filosófica do período pré-marxista.

Não podemos negar a importância dos estudos de Hegel para Marx, e a inspiração hegeliana no início de seus estudos, porém as idéias materialistas de realidade, defendidas por Feuerbach, foram definitivamente adotadas por Marx e Engels.

Então, Marx se distancia dos pensamentos de Hegel sobre filosofia geral, e apresenta sua postura e afastamento ao rebater os princípios do filósofo na obra *Teses sobre Feuerbach* (1845), onde o pensamento crítico expresso apresenta o delineamento das bases que originaram a teoria marxista³.

Forjados na busca de explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos naturais, sociais e cognitivos, que constituem a vida do homem e fruto de uma longa tradição na filosofia materialista, os estudos de Karl Marx têm como base filosófica o materialismo dialético e como ciência filosófica o materialismo histórico, de onde advém o estudo dos princípios sócio-investigativos que evidenciam a vida da sociedade.

Ao articular princípios da economia, da sociologia, da psicologia e da antropologia para a fundamentação do método marxista, Karl Marx empreende significativa mudança na interpretação dos fenômenos e fatos sociais.

Assim, encontramos na crítica à concepção idealista, no destaque da força das idéias, no enfoque dos comportamentos que se concretizam no cotidiano, na valorização do sentido, características inerentes à estruturação do método marxista, as determinantes apropriadas para “dar conta” das explicações necessárias ao entendimento da relação entre estruturas institucionais (instituições de ensino, história e hegemonia política/econômica no país) e a ação do sujeito (coordenadores de curso) na construção da realidade social estudada, ou seja, para a análise das articulações que influenciam a realidade da formação

³ Segundo conclui Lukács (1989) em sua obra “História e Consciência de Classe”, a essência do marxismo científico consiste na compreensão de que as forças reais da história são independentes da consciência que os homens tem dela. Nessa perspectiva os homens fazem a história, mas com uma *falsa* consciência. O materialismo histórico aponta para a necessidade de compreensão desta falsa consciência, primeiro para apreensão de sua racionalidade e validade subjetiva para os atores sociais envolvidos, depois para entender como ela se produz e como se externaliza na relação com a sociedade.

superior em Serviço Social nas instituições privadas no Brasil, que podem rebater na consolidação da identidade da profissão; alterando as apropriações reivindicadas e assumidas no percurso histórico da mesma.

Ao apresentar a relatividade do conhecimento a uma determinada época histórica e a sua apreensão num processo gradual, a concepção materialista dialética redimensiona a filosofia, superando a visão metafísica e idealista, conforme nos apresenta Triviños (1990, p. 51, grifo do autor):

A filosofia, na concepção do materialismo dialético, sofreu uma modificação substancial. Ao invés de um saber específico e limitado a determinado setor do conhecimento, o pensar filosófico tem como propósito fundamental o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e, como a realidade objetiva se reflete na consciência.

O materialismo dialético encontra na “maturidade” alcançada pela concretização da evolução do pensamento científico, resultante do distanciamento da visão apenas metafísica da realidade, elementos para caracterizar sua concepção de mundo e o critério de verdade do qual se apropria, fundamentado na prática como condição para a re-cognição do verdadeiro ou do falso.

Como corrente do pensamento científico, temos então 03 categorias indissociáveis da essência do materialismo dialético:

- a *matéria*⁴ - “categoria filosófica⁵ para designar a realidade objetiva que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, refletida pelas nossas sensações, existindo independentemente delas” (LÊNIN, 1982, p. 181);
- a *consciência* - propriedade mais evoluída da matéria, reflexo característico na matéria altamente organizada, resultante de um longo processo de mudança que lhe permite refletir a realidade objetiva e,
- a *prática social* - entendida como atividade na perspectiva do “[...] processo objetivo de produção material, que constitui a base da vida humana” (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS, 1984, p. 421-2 apud TRIVIÑOS, 1990, p. 64).

⁴ Os avanços científicos permitem o reconhecimento de 03 formas fundamentais da matéria: a) sistemas de natureza inorgânica; b) sistemas biológicos; c) sistemas socialmente organizados. Aprofundamento no conceito na obra “Materialismo e empiriocriticismo”. (LÊNIN, 1982).

⁵ Categoria filosófica é uma forma universal de relação do homem com o mundo. (TRIVIÑOS, 1990, p. 56).

Para o marxismo, revela Triviños (1990, p. 55), “[...] as categorias se formam no desenvolvimento histórico e na prática social [...], o sistema de categorias surgiu como resultado do histórico e do lógico [...].”

Tomando então, as bases filosóficas inscritas no materialismo dialético, podemos constatar que toda a construção histórica e social se firma a partir das influências sociais que precisam ser integradas na pesquisa como forma de evitar-se a deformação, a distorção, a visão parcial ou fragmentada da realidade concreta ou a mera subjetivação empírica da visão do pesquisador sobre o real aproximado/interpretado.

Desta forma, a aproximação da realidade carece do conhecimento da sua construção histórica, na perspectiva de entendimento da realidade estudada, conforme afiança Goldmann (1986, p. 42):

Nenhum inquérito [...] nenhuma pesquisa, poderão, enquanto não forem enquadradas numa análise de conjunto (sic) e não abrangerem um longo período histórico, pôr em evidência os fatores de transformação e de renovação duma sociedade [...].

A busca de orientação teórico-metodológica que comporte as determinantes científicas de realização desta pesquisa e que ofereça a possibilidade, tanto quanto possível, de aproximação com o objeto de estudo e com a realidade estudada e que, entre as várias visões de mundo, permita maior compreensão e amplitude dos significados e significações dos dados que expressam as aspirações, sentimentos, dúvidas e certezas, dos sujeitos em relação ao fato social em destaque, levou-nos ao materialismo histórico⁶ dialético.

Entendemos que o materialismo histórico dialético, ao revelar a dinâmica da sociedade, apresenta-nos na historicidade do social o *locus* de explicação e compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos e de sua repercussão no futuro da vida social, apontando as possibilidades humanas nesse contexto.

Ao assentar-se na historicidade do homem como ser social, o método promulga, na particularidade histórica da sociedade, a perspectiva de uma práxis que assinala a existência de possibilidades reais de superação e materializa o valor do processo histórico e social na vida do homem contemporâneo. Com o aprofundamento nos estudos teóricos encontramos,

⁶ Materialismo histórico entendido como o recorte ou demarcação epistemológica dentro do método de investigação científica reconhecido como materialismo dialético ou materialismo histórico dialético.

na confluência do materialismo-histórico-dialético⁷, com conceitos fundamentais do Estruturalismo Genético⁸ de Goldmann, os elementos fundamentais para rede de sustentação teórico- metodológica desta investigação.

Na medida em que “[...] substitui a historicidade puramente intelectual pela história concreta e positiva, conectando a unidade intelectual com a evolução do conjunto da estrutura social”, o estudo de Goldmann (1972, p. 50) converge e corrobora com o caminho metodológico apropriado para esta pesquisa.

O método dialético é sempre genético e, como toda a realidade humana é ao mesmo tempo material e psíquica, o estudo genético dum fato humano implica sempre tanto na sua história material quanto na história das doutrinas que lhes concerne. [...]. Para o pensador dialético as doutrinas fazem parte integrante do fato social estudado e não podem ser separadas senão por uma abstração provisória; seu estudo é elemento indispensável para a análise atual do problema, do mesmo modo que a realidade social e histórica se constitui um dos elementos importantes. (GOLDMANN, 1986, p. 51).

Considerando que o materialismo histórico dialético tem ainda como princípio, no nível teórico, o respeito à ação e a reciprocidade dos meios e da relação de produção, da vida política e do desenvolvimento das forças produtivas como componentes da vida social, entendemos que a sua interação com o estruturalismo genético, que também assenta seu pensamento na história da sociedade, e não nega a dialética existente na vida do homem na sua relação com a natureza, corresponda à necessidade metodológica para a realização deste estudo e aponte para a construção teórica e operativa desta pesquisa.

O materialismo histórico dialético e o estruturalismo genético marcam a importância do sujeito da pesquisa, garantindo a valorização e reconhecimento desses na construção e consolidação da estrutura social, sobre a qual têm influência. Eles realizam uma reflexão a partir da sua consciência individual e coletiva, de sua ideologia e da construção do seu ser social.

⁷ Na Antigüidade entendia-se por *dialética* a arte de chegar à verdade, descobrindo e superando as contradições contidas no raciocínio do adversário. Certos filósofos pensavam que a descoberta das contradições no pensamento e o choque das opiniões contrárias eram o melhor meio de descobrir a verdade. Este modo dialético de pensamento, estendido a seguir aos fenômenos da natureza, tornou-se o *método dialético do conhecimento* da natureza. Segundo este método, os fenômenos da natureza estão eternamente em movimento e em transformação e o desenvolvimento da natureza é o resultado do desenvolvimento das contradições da natureza, o resultado da ação recíproca das forças contrárias da natureza. O materialismo dialético considera que o método de investigação e de conhecimento dos fenômenos da natureza é *dialético* e a sua interpretação, a concepção dos fenômenos, a sua teoria, é *materialista*. O *materialismo histórico* estende os princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social e aplica estes princípios aos fenômenos da vida social e ao estudo da história da sociedade. (STALIN, 1938, online).

⁸ A expressão Estruturalismo Genético na apropriação feita por Goldmann refere-se à história. “Genético” tem o sentido de historicidade.

Para atender à determinante dialética do método escolhido, buscamos a interlocução da abordagem quantitativa – que permite a quantificação de aspectos relevantes para o conhecimento da abrangência do fenômeno com a abordagem qualitativa que aponta para a apreensão dos aspectos não quantificáveis, mas, que expressam as expectativas, valores, ideologias, crenças, e aspectos intrínsecos da natureza coletiva dos sujeitos a partir da perspectiva subjetivada que cada um retém da realidade concreta onde se inserem e que se constitui no objeto desse estudo, conforme assevera Minayo (2001, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] O conjunto dos dados qualitativos e quantitativos não se opõem [...] se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Ao fazer uso de ambas as abordagens, quantitativa e qualitativa, transcende-se o “apenas” quantificável e acede-se também ao cognitivo, ao mundo dos valores, das paixões, dos sentimentos, rompendo com as amarras da realidade aparente, do concreto visível, dado, posto, estático; enveredamos no mundo do pensado, do subjetivo, das expectativas do sujeito pesquisado.

A apropriação da dialética submete o pesquisador, que opta pelo uso conjunto do método quantitativo e qualitativo, ao desafio de atingir, numa perspectiva compreensiva, “[...] o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados.” (MINAYO, 2001, p. 24).

Desta forma, em atendimento às exigências determinadas pelo método escolhido, para coleta de dados, usamos como forma de abordagem, o inquérito, tendo como instrumental o questionário auto-administrado⁹ com perguntas fechadas e perguntas abertas.

Compartilhando do pensamento de Minayo (2000) entendemos que os dados qualitativos e quantitativos se complementam, excluindo a visão dicotômica que alguns autores se referem ao fazerem uma abordagem comparativa entre ambos.

Objetivando valorar, em igual nível de importância, tanto os conteúdos qualitativos como os conteúdos quantitativos, para a interpretação dos dados adotou-se a técnica de análise de conteúdo, apresentada na forma de relatório analítico e expressa também em representações gráficas, obedecidas as normas estatísticas para a construção das mesmas.

⁹ Questionário auto-administrado ou indireto consiste na abordagem de recolha de dados que dispensa a figura do pesquisador, onde o próprio investigado/participante da pesquisa responde às questões do inquérito.

A análise de conteúdo, reconhecida como interpretação textual sustentada em princípios e ordenamento técnico, oferece ao investigador a possibilidade de comprovar as hipóteses geradoras do processo de estruturação da pesquisa, bem como permite o aprofundamento na realidade concreta, que se efetiva na possibilidade de alcance de *conteúdos não manifestos*¹⁰. Segundo Triviños (1990, p. 159-160), ao se referir aos estudos de Bardin, este método:

[...] se presta ao estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” [...] para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para o instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade como é o método dialético. Neste caso a análise de conteúdo forma uma parte de visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético.

A Análise de Conteúdo requer do pesquisador o distanciamento necessário para que não ocorram subjetivações ou distorções no tratamento dos dados e desta forma, não se incorra em apreciação pouco articulada com os contextos das respostas, comprometendo o resultado final do trabalho.

A busca acurada de conhecimento e desenvolvimento da técnica, o cuidado na definição/elaboração do *corpus*¹¹ de análise a partir do qual se desenvolverá todo o processo analítico e o rigoroso cumprimento das etapas que constituem e transformam a interpretação resultante da análise, constituem a garantia da cientificidade da investigação.

Estes aspectos, observados durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, contribuem para o cumprimento das exigências determinadas para a realização de pesquisa social na perspectiva do materialismo histórico dialético e do estruturalismo genético, sobre e sob os quais se produz este trabalho.

¹⁰ Conteúdos não manifestos, segundo a visão de Minayo (2001), dizem respeito à descoberta do que está além das aparências do que é comunicado.

¹¹ O *corpus* na análise de conteúdo constitui-se da totalidade do material sobre o qual se vai trabalhar.

CAPITULO 2 BASE E NEXOS TEÓRICOS

[...] toda tentativa para compreender a história global, não como uma soma de conhecimentos mais ou menos marcantes, mas como a história das transformações [...] implica evidentemente o estudo da vida intelectual e consciente destes homens e a procura das correlações entre as transformações que ela sofreu e as transformações dos outros setores da vida social [...]. (Lucien Goldman, 1972).

Considerando a orientação teórico-metodológica adotada, que *a priori* determina que nenhum estudo de fato ou fenômeno social pode abordar o objeto sem inseri-lo num conjunto mais vasto que ele próprio, entendemos que reconstruir o “caminho” do Serviço Social e da Educação Superior no Brasil e sua interlocução com aspectos socioeconômicos, políticos e culturais do país, constitui-se elemento fundamental para a realização deste trabalho.

Neste sentido, buscamos através do retomada histórica, no percurso do “caminho de volta”, o aprofundamento dos conceitos na perspectiva de sua construção sócio-histórica, apreendendo, no conhecimento dos nexos estabelecidos, a dimensão de totalidade¹ do fenômeno estudado, na visão marxista, conforme nos assevera Musse (2005, p. 384):

O domínio do todo sobre as partes, configurado por meio da apreensão dos múltiplos fenômenos parciais como momentos do todo, como parcelas de um mesmo processo, torna-se [...] fator decisivo para a definição do campo marxista. [...].

Em consonância com a vertente histórica que sustenta o materialismo dialético, concordamos que o retrospecto temporal representa uma aproximação com a realidade, é fundamental para o fortalecimento das bases do estudo científico e aponta para o alcance de respostas que satisfaçam o objetivo da pesquisa. Ciente de que esta aproximação permite tecer considerações sobre a realidade, confrontar e explicar hipóteses, fornecendo elementos para o fortalecimento da base teórica e assim, serve à (re)-construção da visão de mundo do

¹ Identificado com a essência do método de Marx, o ponto de vista da totalidade sobrepujaria inclusive outras determinações, consideradas até então suficientes para delimitar suas diferenças diante da ciência burguesa, como o "predomínio de motivos econômicos na explicação da história" ou mesmo a prática de "contrapor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários". Segundo essa perspectiva, que ressalta a importância da categoria "totalidade" para a compreensão da metodologia do materialismo histórico. “[...] considerar a dialética conforme a perspectiva da totalidade seria, portanto, a exigência de superar as distinções abstratas, sobretudo no que tange à relação entre sujeito e objeto do conhecimento [...]” Trata-se de redirecionar o conhecimento para considerar a sociedade uma totalidade. (MUSSE, 2005, p. 385).

pesquisador, efetivamos estudos teóricos que definiram o método de aproximação com a realidade estudada.

No processo de reconhecimento da estrutura social, empreendemos como método para elaboração do conhecimento, a visão de Lukács quando se refere à necessidade de se isolar e abstrair elementos que compõem o fenômeno para a investigação de um dado campo de estudo, no intuito de focalizar aspectos ou conceitos de um universo mais amplo.

Assim, utilizamos a “fragmentação do concreto” como estratégia metodológica para o conhecimento do todo, ou seja, a parte momentaneamente em destaque permanece inserida numa conexão total, em aderência inequívoca com os demais conceitos que compõem o todo analisado.

Nesta perspectiva, “a parte” não se converte em uma finalidade própria, mas num elemento da composição da totalidade da estrutura social, nomeadamente articulada com os demais. Ao nos atermos a esta metodologia de investigação, preservamos características fundamentais da dialética, empreendendo a exigência de apreensão da totalidade “[...] tanto como objeto determinado como sujeito que determina.” (MUSSE, 2005, p. 386).

2.1 Ensino Superior no Brasil: surgimento, processo e articulação histórica com a criação do primeiro Curso de Serviço Social e panorama contemporâneo

O real significado do termo "Ensino Superior" vai muito além do de ensino de terceiro grau [...]. O saber superior deve ser adquirido mediante o uso de codificações, sistemas, modelos e símbolos da semântica científica [...]. (Paulo Nathanael P. Souza)

No período que antecede a colonização, a história registra que a educação no Brasil não ocorre de forma escolarizada.

Na cultura indígena, das tribos que povoavam o território brasileiro, a educação se processa na transmissão de saberes através da convivência diária entre os adultos e as crianças e da experiência vivida conjuntamente.

As atividades cotidianas das tribos se realizam em coletividade, na junção e na participação de todos os membros, inclusive das crianças, resultando na disseminação do saber através da atividade prática. Assim, a participação nas tarefas cotidianas desde a

infância, esgotava a necessidade de aprendizagem necessária ao indígena, garantindo meios que lhe proporcionavam condições para a sobrevivência até a idade adulta.

Registros acadêmicos, científicos e oficiais apresentam que a história oficial da educação no Brasil remonta ao período da colonização portuguesa e tem seu primeiro assentamento entre as Diretrizes Básicas constantes nos Regimentos² legalizados por D. João III no ano de 1548. Estes Regimentos ditam a política instituída no país colonizado e apresentam a primeira referência histórica à conversão dos indígenas à fé católica, através da catequese e da instrução, vinculando de maneira incontestável, a estruturação e a história da educação escolar no Brasil à política colonizadora portuguesa.

É legada ao Padre Manoel da Nóbrega a responsabilidade de catequizar e instruir os índios, e também os filhos homens dos colonos. Assim, coube aos jesuítas a “tarefa” de instruir e catequizar os índios, uma vez que eles eram os únicos educadores profissionais no país. Os jesuítas recebiam subsídios da coroa com a finalidade de fundar colégios para a catequese e a instrução dos nativos.

Com os interesses mercantis da coroa portuguesa em relação ao território colonizado, ditado pelo componente capitalista-mercantil das camadas dominantes daquele país e, frente ao esgotamento das matas costeiras de pau-brasil, migram para o território brasileiro elementos da pequena nobreza³ de Portugal para promover a organização da empresa colonial (RIBEIRO, 2003) que atendesse aos interesses e necessidades do país colonizador e proporcionassem a possibilidade de passagem da etapa mercantil para a etapa industrial do regime capitalista.

A chegada da nobreza para efetivar a organização mercantil determina a necessidade da vinda de pessoas que se somassem aos índios para, escravizados, executarem os serviços na terra, inicia-se então o mercado de negros trazidos de terras africanas.

A observância de outras camadas da população com necessidade de instrução (filhos dos colonos brancos, os mamelucos, os filhos dos caciques) leva o Padre Manoel da Nóbrega a instituir Plano de Ensino opcional diversificado, para atender aos diferentes interesses e capacidades, priorizando a necessidade de formar pessoal capacitado para funções essenciais à colônia, chancelando a primeira diferenciação na organização escolar da história do Brasil.

Ribeiro (2003) assinala que no Plano de Estudos do Padre Manoel de Nóbrega, que emerge da percepção da inadequação do índio para a formação sacerdotal, dá-se a utilização

² Os *Regimentos* era a política de D. João III (17/12/1548) destinada à conversão dos nativos à fé católica por meio da instrução e da catequese.

³ Famílias remanescentes da nobreza portuguesa e/ou comerciantes que migram ao Brasil para posse das Capitânicas Hereditárias com o objetivo de promover a extração de bens e tesouros da colônia.

dos colégios jesuítas como formadores da elite colonial e propõe, após o aprendizado obrigatório do português, da doutrina cristã e da alfabetização, o aprendizado opcional da gramática latina ou profissional e agrícola baseada na “otimização dos investimentos” em educação:

Era necessário concentrar pessoal e recursos em “pontos estratégicos”, já que eram reduzidos. E tais “pontos” eram os filhos dos colonos em detrimento dos índios, os futuros sacerdotes em detrimento do leigo. [...] O plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real se distanciam. Os *instruídos* serão os descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequizados. [...] A elite era preparada para o trabalho intelectual segundo o modelo religioso (católico) [...] marcada por uma intensa rigidez na maneira de pensar e, conseqüentemente, na maneira de interpretar a realidade. (RIBEIRO, 2003, p. 22-24, grifo do autor).

Temos então, como componente histórico da educação no Brasil, a herança colonizadora e elitista que se expressa também nos demais aspectos de sociedade nacional.

O isolamento cultural de Portugal e o monopólio também intelectual da coroa sobre o Brasil trouxeram conseqüências marcantes para o desenvolvimento da intelectualidade no país.

Somente em 1808, com a “abertura dos portos”, em conseqüência da fuga da família real portuguesa (1807) de seu país, após a invasão francesa para o Brasil, é que se inicia no país colonizado o processo de organização administrativa interna que potencializa o contato com outros povos e outras culturas, ampliando o interesse pela educação.

No rescaldo destas mudanças são criados cursos para atendimento às novas necessidades administrativas do país e, em razão da defesa militar, as primeiras Escolas Superiores e os primeiros Cursos Superiores do Brasil, o que podemos confirmar no quadro a seguir:

Ano	Curso/ Escola	Local
1808	Academia Real da Marinha	Rio de Janeiro
	Curso de Cirurgia (Hospital Militar), Curso de Economia	Bahia*
	Curso de Cirurgia e Anatomia	Rio de Janeiro*
1809	Curso de Medicina	Rio de Janeiro
1810	Escola Real Militar - Matemática (atual Escola Nacional de Engenharia)	Rio de Janeiro
1812	Curso de Agricultura (Botânica)	Bahia
1814	Curso de Agricultura	Rio de Janeiro
1817	Curso de Química, Geologia e Minerologia	Bahia
1825	Curso de Jurídico Provisório	Rio de Janeiro
1827	Observatório Astronômico	Rio de Janeiro
1830	Escola de Belas Artes	Rio de Janeiro

Quadro 1 - Primeiras Escolas e Cursos Superiores do Brasil

*Cursos que visam à formação de médicos e cirurgiões para o exército e a marinha.

Fonte: Ribeiro (2003). Cursos para formação de técnicos em economia e agricultura atendendo a gênese desenvolvimentista que vigorava na época.

O ensino superior surge então no Brasil com 02 (dois) aportes positivos: de um lado a ruptura com a tradição de ensino jesuíta-colonial e de outro, tendo sua emergência de criação sustentada nas necessidades do país, ainda que estas estejam condicionadas às necessidades expressas pela coroa portuguesa, uma vez que o país era “apenas” a sede do reino.

Em contrapartida, já nasce carregado da pecha do elitismo, tendo em vista que se estrutura essencialmente para atender a classe privilegiada da elite e da nobreza. Os primeiros cursos criados no Brasil têm o objetivo de formar a elite dirigente da sociedade aristocrática do país, com vistas ao enriquecimento dos nobres colonizadores.

Para os demais membros da população, cabia o ensino que “formaria” o potencial produtivo, a mão de obra que serviria ao projeto administrativo do Brasil Império de “[...] passagem de uma economia exportadora com base rural-agrícola para uma economia urbano-agrícola-comercial” (RIBEIRO, 2003) como resposta principalmente ao capitalismo internacional, que assim exige dos países periféricos, como condição para sua própria expansão.

No seu início, a formação superior se sustenta nos modelos europeus, que divergem em todos os aspectos das necessidades e características originais da América Latina. São cursos com preocupação precípua profissionalizante, cujo principal “resultado” seria formar a

massa intelectual burguesa para atender a operacionalização da vertente mercantil da sociedade da época.

A década de 50 do século XIX apresenta-se como um período de grandes realizações e se consolida como um tempo de ênfase da influência dos grupos socialmente dominantes no ensino superior.

Esta influência, que nomeadamente se faz através de pessoas que pertencem à camada privilegiada da sociedade da época, e que tem suas vivências distanciadas das necessidades reais da população e do ensino superior, termina por determinar mudanças superficiais neste nível do ensino. Sua intervenção parte de uma interpretação comumente distorcida e parcial da realidade, numa perspectiva que resulte na preservação dos privilégios existentes para a elite, consolidando a diferença entre a formação da “elite” e a formação do “povo”.

A expansão quantitativa de escolas para o ensino superior no Brasil pode ser observada apenas no início do século XX (1907 e 1912), quando o país conta com 50 escolas de Ensino Superior⁴, com caráter formativo, sem vocação científica⁵, distribuídas entre as regiões de maior concentração econômica e de membros da nobreza.

Caráter	Número Absoluto	
	1907	1912
Federal	06	06
Estadual	06	05
Privado	13	39
Total	25	50

Quadro 2 – Ensino Superior no Brasil: 1907 e 1912.

Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano 1, vol. III, p. 918-29 (apud RIBEIRO, 2003, p. 93).

O “entusiasmo pedagógico⁶” registrado nas duas primeiras décadas do século XX na área da educação não chega a atingir o ensino superior. As idéias defendidas acerca deste nível escolar não encontram eco na realidade prática e não provocam mudanças significativas no contexto nacional.

⁴ Destaca-se no período quanto ao tipo, os cursos de médico-cirúrgico-farmacêuticos que concentram em número de 21 do total de 50 cursos.

⁵ No nível superior, na altura, a pesquisa não se revela nas instituições de ensino (a exceção da faculdade de medicina da Bahia que desde 1891 já servia ao ensino e a pesquisa), as escolas se limitam a atividade do ensino.

⁶ A década de vinte registra uma série de reformas pedagógicas, inclusive a tentativa da implantação da escola primária integral.

No entanto, à revelia da existência legal do ensino institucionalizado no país desde o período da colonização, é somente em 1930 do século XX, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que a educação adquire configuração legítima de unificação federal que, em 1931, do mesmo século, empreende a Reforma do Ensino Superior, cujo eixo central se sustenta na organização do sistema universitário.

Os acontecimentos históricos do processo de desenvolvimento da educação no Brasil reforçam e externam a situação infra-estrutural do país, legitimamente periférica e dependente da economia capitalista dos países desenvolvidos. Ribeiro (2003), em referência à legislação do período ditatorial (1930-45), explicita que em termos educacionais, a orientação da política educacional brasileira, atrela-se mais fortemente na orientação capitalista de preparação de maior contingente de mão-de-obra para as novas funções do mercado.

Entendemos que a estratégia política de “potencialização de mão de obra” operacional se assente na expectativa de responder positivamente à crise financeira que assola o país - reflexo das crises internacionais - de forma a não comprometer a imagem do Brasil frente aos países desenvolvidos, garantindo assim, apoio financeiro, político e estímulo aos investimentos externos na economia brasileira.

O aumento do contingente da população urbana com necessidades sócio-materiais e a expansão dos movimentos de organização da classe trabalhadora, pressionam os dirigentes políticos e religiosos no sentido de organizar e estruturar o atendimento assistencial a essa camada popular, com vistas ao atendimento emergencial e paliativo, exercendo sobre a massa populacional mecanismos de controle.

É assim que em 1936 do século XX, num contexto de efervescência social, crises políticas, educacionais e econômicas; surge a primeira Escola de Ensino de Serviço Social do país.

Esta Escola, que é o resultado da expansão das práticas de assistência social à população que depende de ajuda da Igreja e do Estado e da crescente necessidade de “controle” da população, numa perspectiva de atendimento às suas penúrias imediatas e à fragilização de possíveis movimentos reivindicatórios estimulados pela organização sindical, preocupa-se mais com o viés dogmático e caritativo do que com a metodologia e técnica de ação.

Marcada pelo assistencialismo e com caráter fortemente religioso, a Escola de Serviço Social de São Paulo trazia em si uma formação de cunho técnico e sem vinculação científica,

com forte influência neotomista⁷, apontando para a intervenção que promovesse a adequação da população atendida ao sistema e à estrutura social da época.

Criada pela intervenção da Igreja Católica e apoiada pelo Estado, foi organizada por iniciativa de Maria Kiehl e Albertina Ramos, formadas na Escola de Serviço Social de Bruxelas, a escola foi dirigida pela pioneira na área Adèle de Loneux, e recebeu impulso do Centro de Estudos de Ação Social (CEAS).

Em 1938, Getúlio Vargas, com o Decreto Lei nº 525, institui o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, composto de sete membros ligados ao Serviço Social, que deveriam opinar sobre as questões sociais e subvenções das obras sociais do país.

Somente no ano de 1946, com a criação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), regulamentada pelo Decreto Lei nº 9.632 de 1946, que incorpora a Escola de Serviço Social, é que o curso passa a ter modalidade de Curso Superior, sendo a PUC primeira universidade a oferecê-lo com características de curso superior, porém preservando as “[...] bases profissionais⁸, articulado à necessidade de formação doutrinária [...].” (IAMAMOTO, 1997, p. 18).

O Ensino Superior no país continua a trilhar uma história de evolução e expansão que se acentua na base da política desenvolvimentista adotada pelo governo federal, especialmente a partir dos primeiros anos da década de 60 do século passado, quando surge no cenário nacional de forma oficial a primeira referência à abertura da iniciativa privada no ensino superior, conforme revela Frauches (2004, online):

Durante o império e boa parte da República, a iniciativa privada ficou à margem da oferta do ensino superior. A participação da livre iniciativa neste nível de ensino torna-se efetiva com a primeira LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação - em 1961.

Em 20/12/1961, o presidente da república João Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves, tendo como ministro de Educação e Cultura, Antonio de Oliveira Brito, promulgam a Lei nº 4.024 – a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que traz em seu texto, como marca mais expressiva, a liberdade de ensino. Esta LDB garante igualdade entre os estabelecimentos públicos e privados de ensino, desde que estes

⁷ O neotomismo busca o resgate do homem como pessoa, vendo-o como indivíduo em suas necessidades físicas (ligadas a individualidade) e suas necessidades como pessoa, vinculadas a sua perspectiva de bem comum, apontando assim para a construção do “capitalismo harmônico”.

⁸ Segundo conceituação do MEC a organização de ensino profissional é instituída por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atenda a orientação de cunho profissional ou ideológico específico. (Nota da autora).

sejam “legalmente autorizados”, ou seja, obtenham do Ministério da Educação e Cultura autorização para funcionamento. A mesma lei consolida a expressão “instituição de ensino privado”, abandonando a, até então utilizada, expressão “universidade ou faculdade livre”.

A oficialização da livre iniciativa do ensino superior no contexto nacional promove a primeira grande expansão e avanço do ensino superior privado no país. A rede privada constitui-se basicamente de estabelecimentos mantidos por particulares de escolas confessionais⁹ e empresas educacionais.

No ano de 1968, com a aprovação no Congresso Nacional da Reforma Universitária pela Lei nº 5.540, que revoga a Lei 4.024, fixam-se novas normas para o ensino superior. Mesmo sob a égide da autocracia, fruto do regime militar vigente, a Reforma Universitária de 1968¹⁰ avança na modernização da educação superior no país.

A década de 70 apresenta outro grande surto expansionista do ensino superior privado, apresentando expressiva vocação empresarial, confortada pela Reforma Universitária de 68 que traz em seu bojo a perspectiva de desafogar o orçamento público, “complementando” o atendimento da demanda reprimida no setor.

A retração de investimentos do Estado na educação superior corrobora significativamente para o avanço e a “proliferação” de instituições de ensino superior privado no país, conforme destaca Martins (1993, p. 51-52),

Neste processo de crescimento do ensino superior a iniciativa privada ocupou papel destacado, devido ao retraimento dos investimentos públicos e a sinalização positiva a eles endereçada por parte dos formuladores das políticas educacionais.

A inserção das mudanças no ensino superior iniciadas no final da década de 60 promove o processo de privatização que se potencializa na medida em que o mercado de trabalho exige especialização e qualificação técnica de mão de obra.

A partir de então, o cenário da educação superior no país se inverte completamente, redefinindo, na perspectiva quantitativa, o panorama das instituições deste nível do ensino no Brasil. Assim, chega-se no início da década de 90 a registros oficiais que apresentam do total das 918 instituições de graduação a quantia de 696 pertencentes à iniciativa privada e destas, 582 estabelecimentos se configuram organizados segundo a lógica empresarial, evidenciando sua intensa expansão no país.

⁹ Escolas Confessionais: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas.

¹⁰ Aprofundamento no tema em: Aguiar (1984).

É a partir desta lógica capitalista que a força expressiva do mercado se insere nas instituições de ensino, permeando e influenciando a formação profissional nas diversas áreas do conhecimento.

Neste processo, atravessado pelas influências econômicas que se configuram nos espaços acadêmicos da formação na área do ensino privado que o Serviço Social, como categoria profissional que se consolida no campo das profissões de intervenção social, busca a consolidação de uma formação, também na área do ensino privado em nível nacional, que assegure aos estudantes:

1. A preservação e fortalecimento dos princípios norteadores da profissão, na dimensão de ruptura com a matriz assistencialista-conservadora que marca a história do Serviço Social no país;
2. A legitimação de uma identidade para a profissão que se expressa no Projeto Ético Político que se efetiva ao final dos anos 90 e nos eixos teórico-metodológicos que se articulam na formação a partir das novas Diretrizes Curriculares da profissão.

2.2 Serviço Social no Brasil: profissionalização, articulação histórica e fortalecimento da profissão

Para se chegar à compreensão de realidade atual do Serviço Social no Brasil, há que se ter uma visão do contexto sócio-político e econômico da sociedade brasileira do qual o Serviço Social é parte e com o qual estabelece uma relação permanente.

A colonização portuguesa marcou o desenvolvimento global do país. O cunho colonizatório e o dogmatismo da Igreja Católica também chancelam suas marcas na história da profissão no Brasil, que surge atrelada ao modelo inicial do Serviço Social instituído em Portugal.

Ao buscarmos a origem do Serviço Social no Brasil, encontramos em sua gênese matricial convergência com a história da profissão em Portugal¹¹, o que observamos no Plano

¹¹ Acerca deste assunto, a autora realizou Estágio como Bolsista Capes do Programa Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), no ano de 2008 na Universidade Católica Portuguesa (UCP) em Lisboa (Anexo C). O resumo do relatório de estágio encontra-se no corpo de Apêndices deste trabalho.

de Trabalho e em formato de resumo do Relatório de Estágio realizado naquele país (Apêndice A), do que ressaltamos os seguintes pontos de afluência histórica:

1. Na década de 30, do século XX, tanto no Brasil como em Portugal emerge a organização da assistência social à população carente, originando as primeiras escolas de Serviço Social, apesar de viverem diferentes momentos históricos da perspectiva econômica e social;
2. A organização da assistência e das primeiras escolas tanto em Portugal como no Brasil se define pelo modelo europeu, nomeadamente pela escola Franco-Belga da qual emergem as características acadêmicas que fundam o perfil inicial da formação profissional da assistência social nos dois países e imprimem em ambos a ideologia cristã positivista da Igreja Católica, hegemônica naquele período;
3. Mesmo com motivação social diferente, em Portugal a profissionalização da assistência social funda-se na preocupação com questões ligadas a saúde pública, e no Brasil com o atendimento e controle da massa populacional econômica e socialmente carente, nos dois países a formação e organização dos primeiros cursos recebem influência da Igreja Católica, reproduzindo os dogmas da religião e os princípios confessionais.

A visão do contexto sócio-político e econômico que constituem o pano de fundo do cenário social onde o Serviço Social emerge, profissionaliza-se e desenvolve-se, torna-se útil e indispensável neste estudo, na medida em que nos situa no eixo de crescimento e maturação da profissão até os tempos atuais. Não se trata de enveredar-nos na busca exaustiva da compreensão da realidade brasileira e depois situar o Serviço Social no contexto apresentado, antes se trata de apresentá-lo como elemento intrinsecamente constituído e constituinte desta sociedade desde o seu surgimento no ano de 1936 até o período contemporâneo, dando ao processo histórico a devida relevância, conforme assinala Goldmann (1986, p. 22):

O que procuramos no conhecimento do passado é a mesma coisa que procuramos no conhecimento dos homens contemporâneos. Primeiro as atitudes fundamentais dos indivíduos e dos grupos humanos em face aos valores, da comunidade e do universo. Se o conhecimento da história nos

apresenta uma importância prática, é porque nela aprendemos a conhecer os homens que em condições diferentes, no mais das vezes inaplicáveis a nossa época, lutaram por valores análogos, idênticos ou opostos aos que possuímos hoje; o que nos dá consciência de fazer parte de um todo [...] a atitude dialética pode realizar a síntese, compreendendo o passado como etapa e caminho necessário e válido [...].

Este “exercício” de conhecimento do contexto nos convida a retroceder na história brasileira e retomá-la a partir da década de 20 do século passado.

Quando, ao final da década de 20, a história mundial registra grandes marcos, como a Revolução Russa, as greves de operários na Itália e Alemanha, a Primeira Grande Guerra Mundial, que culminaram com a Crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, temos o registro dessa influência em todos os aspectos da vida em sociedade e a definição de mudanças nas relações humanas originárias das novas relações de trabalho.

No Brasil, é possível observar-se a potencialização de mudanças que paulatinamente se inseriam no cotidiano da população desde o início dos anos 20 e modificam gradativamente o modo de produção e as relações dos homens no trabalho e na vida em sociedade.

É sob o rescaldo destas transformações mundiais, reforçada pela queda da Bolsa de Nova Iorque, que se operam significativas alterações no modo de produção e reprodução da sociedade brasileira, assim, temos a legitimação da hegemonia dos aspectos econômicos e políticos como artífices das novas demandas sociais.

A crise econômica de escala mundial afeta diretamente a economia nacional que, desde o ano de 1889, do século XIX, quando se inicia a República Velha¹², representa o aspecto que firma o país, no mercado internacional, como exportador de café. Em 1929, do século seguinte, a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque atinge o mercado e as exportações, o mercado exterior já não absorve a totalidade da produção do país, a oligarquia cafeeira é ameaçada e diminuem as exportações do produto interno de maior valor no mercado externo, o café. Na economia mundial, a presença do produto brasileiro perde e significância e a economia do país entra em colapso.

A crescente ameaça e o declínio da exportação promovem a falência financeira de grandes latifúndios, provocando a incapacidade de subsistência de numerosos contingentes

¹² República Velha - (1889 a 1930): É a denominação convencional para a história republicana que vai da proclamação (1889) até a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, o traço mais marcante dessa primeira fase republicana assenta-se no fato de que a política era dominada pela oligarquia cafeeira, em cujo nome e interesse o poder foi exercido. O período é marcado pelo domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas. Neste período o Brasil se firma na economia mundial como um país exportador de café.

familiares que vivem, até a altura, do trabalho na lavoura cafeeira. Este fato, somado à mecanização da agricultura, impulsiona o êxodo rural.

Famílias inteiras de origem e tradição no campo, que vivem até então do trabalho na agricultura, movimentam-se em direção aos núcleos urbanos em busca de trabalho, melhores salários e qualidade de vida. Muitos acalentam o sonho de enriquecer e oferecer aos descendentes “uma vida melhor num mundo melhor”.

O processo migratório interno, no entanto, resulta em uma série de problemas sociais. Os centros urbanos à época, despreparados para o repentino e desordenado aumento populacional, sem infra-estrutura adequada, desprovido de habitação, trabalho, escolas e atendimento de saúde em quantidade e qualidade suficiente para o atendimento da população, agora ampliada acima de sua capacidade administrativa, gera novos problemas de ordem econômica e estrutural no país.

A população migrante composta habitualmente de famílias numerosas, em sua maioria despreparada para o trabalho na indústria, sem moradia adequada, migra para as regiões periféricas das cidades e/ou para o entorno das fábricas criando “bolsões” de pobreza e miséria. “Cinturões” formados por uma população que vive em situação socioeconômica de pobreza financeira e estrutural, caminhando incontinenti para a miserabilidade.

Reconhece-se que no contexto brasileiro as crises mundiais do final do século XIX potencializaram e aceleraram o surgimento das novas configurações no mundo do trabalho, cunhando os centros urbanos, nesta altura, marcados pelo excedente populacional das famílias vindas do campo, com mudanças na estrutura da sociedade da época, cristalizando o flagelo social incipiente.

Assim, o Serviço Social surge no país na década de 30 do século passado, em consequência das mudanças ocorridas no mundo, que adentraram o Brasil nos anos 20, e foram reforçadas pelo processo de desenvolvimento alavancado a partir da Revolução Industrial em um período em que a questão social se mantém sob o controle doutrinário da Igreja Católica e pelas ações paliativas do Estado.

Caracterizada inicialmente como uma forma de organização e incremento do trabalho da Ação Social da Igreja Católica, a prática da assistência social era desenvolvida por leigos remanescentes da própria Igreja e da burguesia, pessoas envolvidas com as ações de atendimento aos pobres e necessitados.

O período militar, que se registra na história do país entre os anos de 1964 a 1985 do século passado, foi cenário de grandes contradições na sociedade brasileira. Mesmo durante o chamado milagre econômico (1979), o país mantém um nível de

desenvolvimento que não transforma a vida da maioria da população. As contradições econômicas se consolidam na visibilidade de um país que ficava mais rico com uma população cada vez mais pobre, legitimando que a modernização da economia se dá a custa do agravamento da desigualdade social.

Assim, no percurso dos acontecimentos cresce insatisfação da população com as condições de vida e de trabalho ocorre, no interior dos movimentos de organização da classe operária, o acirramento da reflexão e do debate sobre a questão social.

As alterações nas relações de trabalho re-configuram a questão social e imprimem novas exigências às intervenções sociais frente às demandas que dela emergem.

Esse “movimento” exige a atenção do Estado e o implemento de novas posturas para o atendimento das problemáticas apresentadas na sociedade da época. É na busca destas respostas que a Igreja Católica se impõe promovendo mecanismos para a profissionalização da Ação Social que se desenvolvia em seu interior, com forte caráter doutrinal religioso.

Assim, sob influência da Igreja Católica, que define sua ação social sustentada pelas Encíclicas Papais “*Rerum Novarum*”¹³ e “*Quadragesimo Anno*”¹⁴ somada ao posicionamento do Estado frente às novas demandas sociais que emergem no país, organiza-se a Ação Social Católica, embrião germinador do Serviço Social no Brasil.

[...] o Serviço Social surge como parte de movimento social mais amplo, com bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. (IAMAMOTO, 1997, p. 18).

A ação profissional do Serviço Social, originada da cadeia embrionária que rege os princípios da Ação Social Católica, expressa-se através de uma prática que prioriza as questões morais das famílias operárias, na esperança de contenção ou controle da influência

¹³ A “*Rerum Novarum* (1891)”, encíclica “sobre a condição dos operários, defendeu o dever do Estado em garantir os direitos dos operários, entre os quais sublinha a importância do seu direito de criar sindicatos para reivindicar a realização de seus legítimos interesses. Leão XIII não só rejeita o socialismo e responsabiliza o capitalismo pela questão social, mas propõe uma verdadeira política social que inspirou toda ação social da época [...] trata de questões levantadas durante a revolução industrial e critica as sociedades democráticas no final do século XIX”. (ÁVILA, 2008, online).

¹⁴ Encíclica “*Quadragesimo Anno*”: Carta Papal, aberta aos fieis e aos sacerdotes escrita pelo Papa Pio XV de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica em comemoração aos quadragésimo aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII.

“anarco-sindicalista”¹⁵, que se manifestam na época.

O Serviço Social não se caracteriza unicamente como, segundo Iamamoto (1997), “uma nova forma de exercer a caridade, mas como uma forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora”, se expressa na sua gênese, como uma prática fundamentada mais doutrinária religiosa do que em bases científicas, conformando seu significado inicial de ser apenas uma forma de “profissionalizar” as ações apostólicas.

A sustentação teórica das primeiras escolas se fundamenta no pensamento conservador europeu, nomeadamente representado pela influência franco-belga.

A história registra que somente com os progressos ocorridos nas Ciências Sociais, que se inserem no Serviço Social a partir dos movimentos reformistas surgidos no “Pós-64”¹⁶, é que se amplia sua base teórica, ainda que neste momento sua orientação prática se sustente na influência de autores clássicos da teoria sociológica que incorpora e evidencia o compromisso com o conservadorismo¹⁷ europeu.

Na década de 40, do século XX, a centralidade da ação se desloca para o pensamento conservador¹⁸ que fundamenta a sociologia norte-americana incorporando a noção de comunidade baseada nos padrões da racionalidade burguesa, que efetiva a “[...] reprodução do capital como matriz analítica da sociedade.” (IAMAMOTO, 1997).

¹⁵ Anarco-sindicalismo: “trata-se da variante anarquista do sindicalismo – o *sindicalismo revolucionário*-. A idéia central deste é que as organizações desenvolvidas por operários para defender seus interesses, deveriam tornar-se os instrumentos da derrubada do capitalismo e, em seguida, constituir as unidades básicas da sociedade socialista, através da ação direta, principalmente na forma de greve. Os anarco-sindicalistas assumiram o ponto de vista de que o sindicalismo era essencialmente a expressão de um sindicalismo maduro na sociedade capitalista contemporânea[...].” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.13-14). O anarco-sindicalismo chega ao Brasil no início do século 20 com o aumento da imigração europeia, especialmente vinda da Itália. Foi adotado por significativa parcela de operários brasileiros na década de 30. Possuía caráter apolítico, defendendo a negociação direta entre trabalhador e empresário. Entendido por muitos como uma doutrina e um método de luta. Como doutrina, apresenta o trabalhador como célula importante da sociedade. Como método de luta, opta pela ação direta utilizando-se da greve como mecanismo para o alcance das reivindicações. Vislumbra a greve geral revolucionária como o caminho para a anulação do sistema capitalista e a criação de uma sociedade fundada na autogestão. Aprofundamento nesta definição pode ser vista na obra de Rodrigues (1999).

¹⁶ “Pós-64” é uma referência ao período subsequente ao Golpe Militar ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1964, que levou o país a “mergulhar” num período de Ditadura Militar que durou até 1985 com a instituição do regime democrático. Caracterizou-se pelo conjunto de ações militares que culminam com o Golpe de Estado, interrompendo o governo do Presidente João Goulart que havia sido eleito pelo povo.

¹⁷ Conservadorismo: “é uma perspectiva política que apresenta a aversão instintiva à mudança e a correspondente ligação às coisas tais como elas são [...]. Esse senso de correto, que é tão característico no pensamento conservador, tem sua origem nos costumes e maneiras que governam o comportamento humano ao repetir-se de geração a geração”. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 132).

¹⁸ No Serviço Social, atribui-se a denominação de conservadorismo à perspectiva da ação profissional marcada pela “continuidade e a persistência no tempo, de um conjunto de idéias constitutivas e originárias ainda da herança intelectual europeia do século XIX, que reinterpretadas transmutam-se em projetos de ação favorável à manutenção da ordem capitalista”. (IAMAMOTO, 1997, p. 23).

Nesta altura o Serviço Social permanece assentado no “reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista¹⁹”, sob as quais justifica sua ação educativa e seu discurso humanista que o situa em consonância com a modernização que caracteriza as Ciências Sociais na época.

Temos então, o reconhecimento do Serviço Social como profissão, vinculado a um arranjo “teórico-doutrinário-operativo”, trazendo em si o caráter missionário permeado da tecnicidade exigida pelo Estado para o atendimento “modernizado” da demanda posta à profissão naquele momento.

Segundo Yamamoto (1997, p. 28-29):

O pensamento humanitário incorporado pelo Serviço Social faz com que a humanização das condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais [...] seja proposta como objetivo dentro das condições de trabalho alienado que não são questionadas. Ele veicula a “ideologia do trabalho” e confirma a condição do trabalho assalariado como elemento constitutivo da ordem social “natural” [...]. Os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em “problemas sociais” [...]. Como as bases da organização social são tidas como dados e não são (*sic*) questionadas em suas raízes, a solução entrevista limita-se à “reforma do homem dentro da sociedade”, para o que deve contribuir o Serviço Social.

Em junho de 1953, a profissão é regulamentada pela Lei Federal nº1889, que traz em seu texto as disposições que prescrevem os objetivos do ensino da profissão, sua estruturação e “[...] as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.”²⁰

A lei aponta para uma formação que incorpora a base teórica das Ciências Sociais e sustenta sua prática, retomando a base inicial da profissionalização no país, cujos fundamentos expressam o conservadorismo europeu.

Ao final da década de 50, traduzindo a efervescência latente na sociedade brasileira, que se apresenta marcada pela crise política resultante do colapso do populismo, pela explicitação do

¹⁹ A concepção aristotélico-tomista representa a apreensão que São Tomás tem do pensamento de Aristóteles no qual a ciência é definida por certo modo específico de conhecer, que é demonstrativo.

²⁰ Na forma da lei, a formação em Serviço Social dar-se-á em 03 anos e terá sua matriz curricular dividida em 03 níveis: I. Sociologia e Economia Social, Direito e Legislação Social, Psicologia e Higiene Mental, Ética Geral e Profissional; II. Introdução e Fundamentos do Serviço Social: Métodos do Serviço Social, Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade; Serviço Social em suas especializações: Família - Menores - Trabalho – Médico; III - Pesquisa Social. (BRASIL, 1953, online).

propósito do imperialismo²¹ em relação às sociedades dependentes e também, refletindo os crescentes movimentos de organização dos trabalhadores no país, o Serviço Social começa, de forma incipiente, a manifestar suas insatisfações expressando posições que exprimem os questionamentos internos da profissão em relação ao “*status quo*”²².

“Até meados da década de 50, a burguesia dos países centrais capturava a mais-valia dos países periféricos na órbita da circulação, por meio do comércio internacional ou da exportação de capitais.” (COSTA, 2007, p. 1).

Estas inquietações, que se revelam na sensibilização das organizações estudantis dos cursos de Serviço Social e no envolvimento da categoria com o movimento político que permeia a sociedade brasileira da época, assinalam novas mudanças no agir profissional e na postura dos Assistentes Sociais frente às questões impostas à profissão.

Assim, o Serviço Social adentra a década de 60 registrando 02 (dois) importantes marcos na sua história como resposta da profissão à institucionalização da prática em nível estatal:

1. Significativa ampliação quantitativa no “quadro nacional da profissão” oriunda do aumento do número de escolas e da demanda objetiva (resultado da institucionalização da prática profissional que se efetiva através da abertura de “campo de trabalho” pelo Estado) e,
2. Expressiva modernização na prática interventiva (resultado do aprofundamento da categoria em estudos dos conceitos que embasam a ação).

Estes aspectos impõem ao profissional e ao Serviço Social atualização e capacitação técnico-operativas que atendam as “novas” demandas institucionais em coerência com as determinações do Estado.

²¹ Imperialismo: O conceito de imperialismo foi introduzido no início do século XX com o objetivo de tratar, na teoria e na prática, do inesperado desenvolvimento da economia mundial capitalista. Tanto o pensamento liberal quanto o pensamento socialista do século XIX haviam suposto que a ordem mundial estabelecida de livre comércio, sob a hegemonia britânica, na primeira metade do século e que no decorrer do tempo iria reforçar a tendência a anulação das rivalidades entre estados por questões territoriais. Nas décadas finais do século ocorreu um importante ressurgimento das lutas por territórios entre as grandes potências dos sistemas de estado que ameaçou destruir a unidade do mercado mundial. [...] Os pensadores socialistas que trabalharam na tradição estabelecida por Marx alocaram esse conceito para o centro de suas análises[...] o ressurgimento de rivalidades territoriais minou a solidariedade entre o proletariado mundial, jogando seus variados componentes em alinhamentos nacionais antagônicos, sob a hegemonia de suas respectivas classes dominantes. Entendido como a política de expansão e domínio de uma nação sobre a(s) outra(s), sua concepção se perpetrou por economistas alemães e ingleses no início do século XX, na época da Revolução Industrial, baseado no domínio econômico de um país sobre o outro. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 377).

²² *Status quo* [...] significa literalmente “no mesmo estado que se encontrava antes” [...] pouco a pouco, esta expressão, além de “estado anterior”, passou também a significar o “estado atual”, a “situação vigente”, e nos anos 60 “o sistema”. (EXPRESSÕES..., 2005, online).

Neste contexto, a profissão se fortalece estimulada pelo movimento de organização interna da categoria que se revela no posicionamento crítico, tanto em relação aos acontecimentos políticos que marcaram a época, como em relação à prática que se efetiva nos espaços institucionais.

Assim, no início da década de 60, do século XX, sem romper definitivamente com as bases conservadoras, mas voltando-se para o aprofundamento de temas ligados à literatura latino-americana que fomenta o movimento de revisão dos conceitos da profissão, o Serviço Social brasileiro se aproxima do Movimento de Reconceituação iniciado na América Latina.

O Serviço Social no Brasil, liderado por um grupo de profissionais²³, amplia a discussão sobre as bases teóricas e metodológicas que o sustentam. As discussões no interior da profissão aumentam após o movimento político-militar de 1964, no mesmo século, apontando para a busca de sustentação teórico-prática da profissão que efetive um projeto coletivo para a sociedade e que se consolide, a partir de instrumental científico de análise da realidade, demonstrando racionalidade científica e profissional pautada na aquisição da consciência de classe²⁴ alcançada pelos profissionais.

No final da década de 60 e início dos anos 70, acompanhando os movimentos políticos e sociais do país, a profissão, fortalecida por posturas ideológicas de luta contra a injustiça social cada vez mais evidente na sociedade brasileira, promove discussões e debates em fóruns e congressos nacionais da categoria, com vistas à revisão das bases teóricas e metodológicas da ação profissional, em consonância com os movimentos que se desencadeiam no Serviço Social da América Latina.

Perpassadas pelos movimentos políticos que assolam o país na época e pelo posicionamento adotado pela categoria, as ocorrências históricas da trajetória do Serviço Social se refletem na estruturação dos cursos e na vocação da formação fundamentada na incorporação das Ciências Sociais, como cadeiras essenciais na consolidação dos currículos a partir de então. Essa fundamentação sociológica promove uma nova ampliação nas bases teóricas da profissão.

²³ O movimento que culminou com as significativas mudanças tanto nos métodos de intervenção, como na estruturação e proposta de unicidade na formação com a aprovação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social contou com nomes reconhecidos no cenário nacional e internacional (como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Vicente de Paula Faleiros, José Walter Canoas etc).

²⁴ Aqui nos referimos à consciência adquirida no sentido de que a categoria profissional se reconhece como componente de um sistema de exploração no entendimento de pertencer a uma classe; a classe que se subjeta à hegemonia do capital. Um “despertar” no processo de consciência de classe segundo a perspectiva Lukácsiana, ou seja, a consciência de classe como o entendimento mais racional e apropriado que está aberto a uma classe particular.

Assente na busca de novos conceitos, a profissão se reorganiza e inicia em seu interior, sob a magistratura de significativo número de profissionais, estudantes e professores de Serviço Social, o movimento que redefine o projeto de formação profissional no país e delinea a identidade profissional no cenário das profissões de intervenção social.

Na década de 70, enquanto o país vive momentos de lutas e organizações de categorias profissionais que culminam com a eclosão, em 1979, do século XX, de grandes greves trabalhistas no “ABC” paulista, o Serviço Social como categoria profissional, se reconhece como profissão inserida no contexto geral das relações de produção, reposicionando-se frente à população que atende e recompondo as diretrizes de orientação da sua prática.

A consciência adquirida pela categoria, ao reconhecer-se partícipe do sistema de exploração imposto pelo modo capitalista de produção e, instalado como mediador das relações de trabalho, estimula o movimento nacional da categoria pela revisão de suas bases teóricas, conceituais e metodológicas, com vistas à promoção do homem e a uma nova ordem social.

Emerge no interior da categoria o movimento pela busca definitiva da ruptura com o conservadorismo que ainda se manifesta na ação profissional.

Oficia-se em nível nacional, o movimento de Reconceituação do Serviço Social numa perspectiva de efetivação da revisão dos eixos norteadores da profissão. Assim, no início dos anos 80, após o Movimento de Reconceituação, a profissão inicia uma interlocução com a teoria social de Karl Marx, buscando a ruptura com o conservadorismo.²⁵

A centralidade do debate teórico da profissão deslocava-se então, para a discussão do homem como “ser social”²⁶ e histórico, inserido num sistema social que o modifica e é por ele modificado, esse ajuste de foco para olhar o sujeito revela a necessidade de consolidação dos eixos teóricos que norteiam a prática profissional.

O “fôlego” teórico e a prática modificada, resultantes desse período, legitimam o posicionamento crítico do Serviço Social como resposta às exigências do momento histórico vivido e constituem elementos fundamentais para a superação da ideologia do capital (atribuída²⁷

²⁵ A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma *procura*, uma *luta para alcançar novas bases para a legitimidade da ação profissional do Assistente Social* que [...] *busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários* [...]. [...] essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional [...].” (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

²⁶ Nesta fase, a profissão busca nas fontes marxistas, e de seus seguidores, as bases fundamentais para a sustentação teórica da prática revisitada. Apropria-se da perspectiva de “ser social” expressa por Lukács, na qual o homem é entendido na dimensão de sua potencialidade política de intervir, modificar e transformar a natureza e a sociedade enquanto sofre destas influências que também o transformam. (Mais sobre o tema em Georg Lukács “Ontologia do Ser Social”).

²⁷ O tema será discutido no item 2.4 deste capítulo.

à profissão) e camuflada pela ação assistencialista (apropriada²⁸ pela profissão) em sua trajetória inicial.

O avanço teórico e a busca de fundamentos científicos sólidos que orientassem a ação profissional para além da atividade meramente técnica e expressassem a preocupação de apreensão do potencial de informações contidas na vida cotidiana dos trabalhadores, definem a nova “marca” do Serviço Social, modificando seu papel e sua intervenção na sociedade e desenham os primeiros contornos da identidade hoje assente na profissão.

O movimento iniciado na década de 70, do século XX, adentra os anos 80 do mesmo século e amplia-se na mesma proporção do crescimento, tanto do quadro de profissionais (no país), como do número de cursos de graduação e da consolidação de produção científica resultante da abertura de cursos de Pós Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1972 - Nível de Mestrado e 1981 - Nível de Doutorado, conforme nos apresenta Andrade (2000).

O processo de expansão da profissão dilata-se contribuindo para a edificação de uma nova fase do Serviço Social que se concretiza com a proposta do Projeto Ético Político da Profissão aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)²⁹ nº 273, de 13 de março de 1993, do século XX:

[...] a construção de um novo projeto ético-político do Serviço Social brasileiro tem uma história menos breve, que se inicia na transição da década de 70 à de 80. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, assinalado especialmente pela recusa crítica do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica que estão as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político. (PAULO NETTO, 1999, p. 93).

O atendimento das questões sociais postas no cenário nacional, frente às mudanças e ao avanço do modo de produção capitalista, em consonância com o projeto societário³⁰

²⁸ O tema será discutido no item 2.4 deste capítulo.

²⁹ Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. O texto da resolução preserva as conquistas políticas expressas no Código de 1986, considerando os avanços ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria; a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social. (CFESS, 1993, online).

³⁰ Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem da sociedade a ser construída [...] são projetos coletivos cujo traço peculiar reside no fato de se constituem em propostas para o conjunto da sociedade [...] e têm uma *dimensão política*, que envolve relações de poder [...] não diretamente identificada com *posicionamentos partidários* (PAULO NETTO, 1999, p. 93-94, grifo do autor).

neoliberalista³¹, vigente no país, exige um novo perfil profissional.

Assente nas bases de sustentação que lhe exigem especificidade no campo da intervenção, o Serviço Social busca sua re-configuração sustentado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)³², que orientam a estruturação de um currículo mínimo, em nível nacional, para os Cursos de Serviço Social.

As novas diretrizes apontam para uma formação que legitime a identidade profissional circunscrita no Projeto Ético Político da Profissão³³, em que pese a preservação no novo texto das conquistas já expressas no Código de Ética de 1986.

[...] A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: *negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente.* [...] construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. (CEFSS, 1993, online, grifo nosso.)

O aprofundamento na história do Serviço Social confirma que, desde a década de 40 do século passado, a profissão empreende esforços pela busca da “ruptura” da ação profissional com a matriz assistencialista, filantrópica e de controle (no sentido de “cercear as ações”) da sociedade civil, que deram origem ao seu surgimento no Brasil.

³¹ Neoliberalista: que tem origem na ideologia do neoliberalismo: em sentido amplo, é a retomada dos valores e ideais do liberalismo político e econômico que nasceu do pensamento iluminista e dos avanços da economia decorrentes da revolução industrial do final do século XVIII, com a adequação necessária à realidade política, social e econômica de cada nação em que se manifesta. Em sentido mais estrito designa, nas democracias capitalistas contemporâneas, as posições pragmáticas e ideologicamente pouco definidas dos defensores da política do "Estado Mínimo", que deve interferir o menos possível na liberdade individual e nas atividades econômicas da iniciativa privada e, ao mesmo tempo, manter, ampliar e tornar mais racional e eficiente o estado de bem-estar social.. [...] Na versão brasileira, o neoliberalismo defende a limitação da participação do Estado na atividade econômica e identifica-se com o ideal de "Estado Menor" e mais eficiente. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 526).

³² Estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, *a partir da qual* cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno. Está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS).

³³ Instituiu o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. [...] o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

Ao acompanhar o processo de transformação da sociedade na luta pela assunção da cidadania³⁴ no sentido de garantia do pleno direito³⁵, inalienável à condição humana para a vida digna em sociedade, a profissão se fortalece e registra sua presença no cenário das intervenções sociais no país garantindo espaço de ação no contexto de participação na elaboração de políticas públicas.

O reconhecimento de direitos sociais como Direitos Constitucionais no Brasil, legitimados na Constituição de 1988³⁶, assinala a inscrição legal do Serviço Social no elenco das profissões cuja intervenção deve remeter ao alcance ou à busca desses direitos, à sua universalização e a efetivação para a população que deles necessitar, com especial atenção àqueles excluídos dos meios de produção e do acesso aos bens e serviços.

A dinâmica da sociedade e as rápidas transformações impulsionadas pelo surgimento de novos paradigmas de entendimento do sistema social potencializam e aprofundam o debate sobre a questão da centralidade do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea e da necessidade de adequação da prática profissional a essas novas demandas.

No início do século XXI, o Serviço Social se confronta com novos desafios ligados tanto à instrumentalização profissional, como à compreensão das novas formas de expressão das questões sociais. Esta realidade exige novas posturas de atuação e novos parâmetros para formação profissional em Serviço Social, conforme assinala Yasbek (2005, p. 13):

É preciso ultrapassar a análise de Serviço Social em si mesmo, para situá-lo no contexto das relações sociais mais amplas, que o condicionam e lhe atribuem características particulares. Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser buscadas dentro da trama das relações que constituem a vida social e particularmente, nas respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às necessidades sociais dos homens, em suas dimensões materiais e culturais.

O processo histórico sobre o qual o Serviço Social se construiu e se consolidou no país, somado a lutas da categoria e a maturação ética e política da profissão, asseveraram-lhe

³⁴ Como conceito geral, cidadania diz respeito à relação entre direitos e deveres dos cidadãos, baseada em grande medida pelo modelo de cidadania romana anterior ao Renascimento europeu que enfatizava a autodisciplina, a preocupação com o bem comum e o patriotismo. No século XX é transformada na idéia de maior participação popular nos negócios do governo defendendo o aumento de direitos sociais para proporcionar um nível geral de bem estar econômico, lazer e educação ao homem [...]. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 73).

³⁵ Nesta perspectiva nos apropriamos de estudos de Marshall apresentados por Barbalet (1989) no qual refere-se a cidadania na perspectiva de ultrapassagem da predominância política do conceito, apreendida aqui como cidadania ampla, ou seja, constituída na consonância dos direitos civis, políticos e sociais.

³⁶ Aprofundamento no tema encontra-se no Título III da Constituição Federal de 1988.

a possibilidade de evolução, credibilidade e aprofundamento do respeito pela intervenção da profissão na sociedade brasileira.

Registra-se, neste cenário, a emergência de construção teórica para formação profissional que ofereça aos acadêmicos a possibilidade de apreensão de conhecimentos e aproximação com a realidade, que defina a especificidade da ação, aponte para o desenvolvimento de postura ética e política frente às desigualdades e demandas sociais, cuja base se dê a partir da apreensão e da apropriação tanto dos elementos teórico-metodológicos, como dos aspectos constitutivos da realidade que compõe seu campo de ação.

2.3 Identidade Profissional: dinâmica sociológica de constituição

Estudarmos a consolidação da identidade do Serviço Social nos remete a um campo de investigação teórica sobre a formação de identidades profissionais no contexto mais amplo.

O estudo das identidades profissionais insere-se no contexto das ciências humanas e sociais, cujas especificidades são constantemente alteradas pelo cruzamento e influência de fatores: endógenos e exógenos das próprias profissões; de ordem pessoal/individual relacionados à identidade individual dos sujeitos que as compõem; de ordem social, econômica, cultural e de coletividade das categorias profissionais.

Assim, podemos tomar como pressuposto que a identidade do Serviço Social surge permeada de aspectos e influências que extrapolam os limites teóricos, metodológicos, éticos e políticos, determinados no código da profissão, e nos eixos que compõem os nexos da formação profissional.

Partindo do conceito geral, identidade pode ser entendida de forma simplista e generalista como encontramos no dicionário:

Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais etc. O aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou conhecido. (FERREIRA, 1999).

No entanto, o estudo científico que desenvolvemos sobre formação da identidade profissional, carece de aprofundamento e desdobramentos teóricos, cujo percurso indica uma

necessária incursão na temática, partindo da abordagem geral de formação da identidade individual, encaminhando-nos para a abordagem sociológica da construção da identidade profissional.

Para tanto, tomamos como ponto de partida o conhecimento de elementos que levem ao entendimento da identidade individual, pois a apreensão dos aspectos constitutivos da identidade profissional evoca e se assenta na identidade individual do sujeito.

Nessa perspectiva buscamos nas ciências sociais a fundamentação do conceito de identidade na expectativa de que, no exercício de sua re-construção, proporcione a aproximação necessária aos elementos conceituais sobre os quais se desenvolve este estudo.

A constituição identitária do homem se organiza a partir de dimensões psicológicas, culturais, sociais e filosóficas que se articulam e se integram intrinsecamente num processo dinâmico e constante, revelando que identidade é um elemento que está em permanente construção.

Componente indissociável dos processos de socialização humana, a identidade individual, para além da sua matriz psicológica, se constitui a partir das influências que recebe do ambiente onde está inserida e que influencia na mesma medida, num processo de articulação constitutiva do ser e da sociedade.

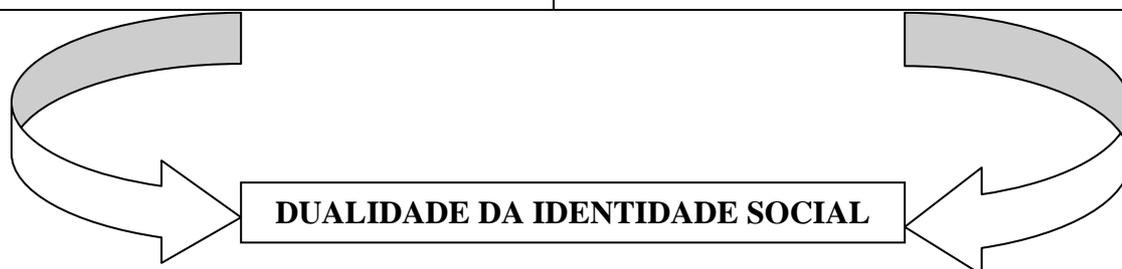
Alguns estudos asseveram que a identidade individual, nos aspectos culturais e funcionais de sua composição, resulta da incorporação dos modos de ser, pensar e agir de um determinado grupo, da sua visão de mundo, da relação do grupo com o futuro, de suas crenças, ou seja, aspectos da vida humana que outorgam ao sujeito o sentimento de pertença³⁷ sendo, portanto, um elemento fundamental no processo de socialização do homem.

Neste trabalho nos interessa a perspectiva sociológica de identidade. Incluí-la nesta perspectiva significa percebê-la a partir do processo de socialização do indivíduo, ou seja, considerando sua estruturação assente na relação do sujeito com o outro e com as instituições sociais, numa divisão intrínseca, onde coexiste uma dualidade que forma a identidade individual e que Dubar (1997, p. 104) expressa como “[...] a identidade para si e a identidade para o outro.”

Essa dualidade, para fins de entendimento acadêmico pode ser apresentada, segundo Dubar, em um esquema de categorias que apreendemos com base no quadro 5.1 (DUBAR, 1997, p. 109) e apresentamos, após interpretação, no esquema abaixo com a perspectiva de revelar o “processo” de formação da identidade social.

³⁷ Termo utilizado na sociologia com o sentido de “pertencer ou fazer parte de”, exprime que tipo de homem/mulher que a pessoa quer ser, a identidade para si (o querer pertencer resultante das apropriações voluntárias do sujeito).

PROCESSO RELACIONAL Identidade para Outro	PROCESSO BIOGRÁFICO Identidade para Si
ORIGEM: Atos de atribuição (que tipo de homem/mulher você é = diz-se que você é)	ORIGEM: Atos de pertença (que tipo de homem/mulher você quer ser = você que diz que é)
Tipo: Identidade Numérica /Genérica (nome/ gênero atribuído)	Tipo: Identidade Predicativa do Eu (pertença reivindicada)
Apropriação: ocorre por Transação Objetiva entre identidades atribuídas/propostas e identidades assumidas/incorporadas	Apropriação: ocorre por Transação Subjetiva entre as identidades herdadas e as identidades visadas
Alterna-se entre: cooperação-reconhecimento e, conflito-não reconhecimento	Alterna-se entre: continuidades→reprodução e rupturas→produção
Resulta da experiência relacional e social do poder	Resulta da experiência das estratificações, discriminações e desigualdades sociais
Promove a identificação com instituições estruturantes ou legítimas	Promove a identificação com categorias julgadas atrativas ou protetoras
RESULTA em: IDENTIDADE SOCIAL “VIRTUAL”	RESULTA em: IDENTIDADE SOCIAL REAL



Quadro 3 - Esquema do processo de formação da identidade social³⁸

Na restituição da relação identidade para si/identidade para o outro³⁹ estamos situando o processo de constituição da identidade no contexto das relações sociais, ou seja, no panorama do conjunto da socialização humana que se configura na dualidade do processo identitário do homem.

³⁸ Esquema elaborado a partir de estudos realizados na obra de Dubar (1997, p. 109).

³⁹ Segundo Habermas “não há correspondência necessária entre a ‘identidade predicativa de si’ que exprime a identidade singular de uma dada pessoa, com a história individual vivida, e as identidades “atribuídas por outro” quer se trate de identidades que nos definem oficialmente como ser único (estado civil, naturalidade, etc), quer se trate de identidades genéricas que permitem aos outros clarificarem as pessoas como membros de um grupo ou categoria, de uma classe”. Aprofundamento nesta temática em Habermas. (1981) *Théorie de l’agir communicationnel*, 2 tomes, trad. française, Paris, Fayard apud DUBAR, 1997, p. 106.

Este “procedimento constitutivo” aponta para a necessidade de articulação entre esses dois processos. Neste sentido a composição da identidade apresenta uma autonomia *apenas relativa* do sujeito e é, pois, na junção dos dois sistemas (processo relacional e processo biográfico) que se constrói a identidade social.

Assim, a identidade tanto pode resultar de acordos entre a identidade virtual e a identidade real, como de desacordos resultantes dessa articulação, este fator depende essencialmente das apropriações que se efetivam no campo do individual.

Nesta ótica podemos assegurar que a identidade pode ser entendida grosseiramente como o resultado das apropriações que o indivíduo faz a partir do seu sentido de pertença, tanto na perspectiva social (ambiente familiar, religioso, social), como na perspectiva profissional (ambiente de formação, de trabalho, de categoria, de classe) nos quais ele se insere.

Nos estudos sociológicos do conceito de identidade, podemos reconhecer que também a identidade profissional pode se revelar como um mecanismo “socializador” de grupos/categorias profissionais, na medida em que outorgar aos membros de uma mesma categoria o necessário sentido de pertença legitimando a introjeção dos aspectos que definem a especificidade do grupo na forma individual do agir profissional.

Considerando os elementos já referendados sobre a constituição e permeabilidade da identidade, podemos aceitar o pressuposto de que a identidade profissional é um elemento constitutivo de um *corpus* profissional em permanente construção. Corrobora com o nosso pensamento o conceito de Dubar (1997, p. 105) quando revela que: “A identidade não é mais do que o resultado estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que em conjunto constroem os indivíduos e as instituições.”

Esse entendimento aponta para a importância da dimensão subjetiva do sujeito na composição da dimensão macro-social onde este se insere profissionalmente e revela que sua identidade social/profissional resulta da apreensão de valores, conceitos teóricos/éticos/metodológicos, filosóficos e operacionais que compõem a especificidade da profissão, e todo esse resultado se constrói na articulação desses aspectos com aqueles introjetados na socialização primária⁴⁰.

⁴⁰ Em seus estudos Dubar se refere à socialização primária quando apresenta as teorias de Peter Berger e Thomas Luckmann cujos estudos apresentam os primeiros espaços socializadores do indivíduo (a família, escola, igreja, vizinhança) dos quais retém valores, modelos, expectativas.

Esta apreensão ocorre permeada pelos aspectos formadores do “eu” como forma primordial da identidade, ou seja, na perspectiva de uma estrutura flexível, processual, de alternâncias relativizadas e adaptadas aos fatores externos, revitalizada e não eliminada, na sua essência, pelo processo desencadeado no decurso da formação profissional.

Desta forma, a identidade profissional formada a partir da experiência acadêmica, que confronta o sujeito com os elementos científicos formadores da especificidade da profissão (posteriormente conformada na experiência cotidiana do trabalho), soma-se à dimensão subjetiva do sujeito cimentada na articulação do seu processo relacional com o processo biográfico do indivíduo, que se cristaliza formando a essência identidade social.

Tomando como pressuposto, para o entendimento da identidade profissional, a dimensão sociológica que a congrega, capturamos seu caráter socializador como um aspecto inerente à identidade profissional na sociedade capitalista dos séculos XX e XXI, onde o trabalho associa-se à própria condição social da vida humana na sua dimensão genérica, de acordo com as análises de Lukács sobre as teses de Marx, conforme relata Antunes (1995, p. 83):

[...] o trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana. Não é outro o sentido dado por Lukács: “Somente o trabalho tem em sua essência ontológica um declarado caráter intermediário [...] antes de tudo distingue a passagem do homem que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado ser social”. O trabalho é, por isso, considerado “modelo”, “fenômeno originário”, protoforma do ser social. O simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais.

Desta forma, para entendermos a questão da consolidação da identidade do serviço social é preciso antes apreendê-lo na sua dimensão de *profissão inserida no complexo espaço de trabalho*, onde as profissões se articulam e se organizam formando a teia de socialização do homem na ocupação de um campo sócio-legitimado pela especificidade e especialidade de sua possibilidade técnico-operativa de intervenção na sociedade.

Assim, buscamos a compreensão sócio-histórica do conceito de profissão na expectativa de *ao percebê-lo*, nos aproximarmos do entendimento necessário do conceito sociológico de identidade profissional, para a realização da análise proposta no estudo.

Este aprofundamento teórico, apontado pelo objeto de estudo, revela-se fundamental para que a análise dos elementos da pesquisa se efetive no plano científico, fortalecido pelo arcabouço teórico sob o qual repousará, distanciando o pesquisador do risco da subjetividade do senso comum.

O encaminhamento adotado visa contribuir para a compreensão e explicação da situação contemporânea do processo de consolidação da identidade do serviço social no contexto da política atual de educação superior no campo específico do ensino privado, confrontando os desafios impostos neste espaço de formação, com a busca pela legitimação dessa identidade conquistada ou na linguagem de Dubar, da “identidade de pertença reivindicada” da profissão.

Profissão pode ser entendida como atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo ou conhecimento.

A busca da origem do termo nos remete ao período que antecede a assunção da Universidade (Século XIII) e apresenta sua procedência ligada ao período em que o trabalho era considerado uma arte cuja execução se organizava a partir de regulamentos corporativos que garantiam o direito de exercê-lo.

Todos os trabalhadores, intelectuais ou artesãos, assumiam “ofícios juramentados” na urbe onde professavam sua arte. Esta “profissão de fé” onde o trabalhador assume observar regras, guardar segredos e prestar honra e respeito, que constituía a cerimônia de ingresso na “ordem” ou “organização”, é onde se origina o termo profissão e seu conceito genérico.

O ato essencial que interligava os membros de uma corporação consistia num juramento religioso solene, similar na forma pelo juramento prestado pelos padres na ordenação [...] ou, ainda, pelos universitários ao receberem o título de Doutor. [...]. Fazer a aprendizagem de um ofício não consistia apenas em adquirir a habilidade necessária para exercer uma atividade adulta. Era também entrar numa comunidade moral com motivações profundas, uma comunidade de homens que tinham prestado um juramento solene [...]. (DUBAR, 1997, p. 125).

Nesta perspectiva entendemos que a profissionalização do indivíduo resulta do seu condicionamento para aceder a determinado grupo ou a uma organização profissional específica com um sistema ou corpo teórico próprio, através do qual possa adquirir e apreender uma cultura profissional.

Desta forma as profissões, ao se organizarem em torno de mesmos valores e mesma ética e, ao serem validadas por um saber científico, acomodam estes aspectos na constituição dos elementos da sua identidade profissional. Nesta ordem, as profissões constituem-se em meio de socialização e proteção, portanto, em um elemento importante da identidade do indivíduo na sociedade.

A apreensão do “saber científico” e específico, inerentes a uma determinada profissão ocorre, via de regra, no processo de formação profissional, nos meios acadêmicos e na

educação escolar, pois é no processo acadêmico que o indivíduo se apropria dos saberes, dos códigos e valores da profissão. A consolidação desses aspectos formadores da profissão se efetiva quando o indivíduo se confronta com o mercado de trabalho.

No entanto, a apreensão dos aspectos formadores da profissão não ocorre de maneira idêntica e linear a todos os envolvidos no processo de formação, ela resulta da articulação dos saberes com o conjunto valores, crenças e códigos já cristalizados na formação da identidade biográfica (identidade social real) e da identidade relacional (identidade social virtual) de cada um, à qual se agregam estes aspectos da profissionalização, constituindo o todo identitário do indivíduo.

Não se trata somente de uma situação de “escolha do ofício” ou de uma obtenção de diplomas, mas da construção pessoal de uma estratégia que põe em jogo a imagem do eu, a apreciação de suas capacidades, a realização de seus desejos. [...]. O espaço de reconhecimento das identidades é inseparável dos espaços de legitimação dos saberes e competências associados às identidades. (DUBAR, 1997, p. 114-118).

Confirmamos assim que as profissões têm estatuto legítimo no campo da estruturação da identidade individual e uma relevância incontestável na estruturação do sistema social do ponto de vista global.

Há que se observar, no entanto que, assim como a identidade real do indivíduo possui um “campo duro”- sua essência estruturante e, um “campo mole” constituída pelos espaços de permeabilidade, flexibilidade, adaptação, alternâncias e alterações, também na identidade das profissões se confirmam os mesmos fenômenos, ou seja, um “campo duro”- sua essência estruturante: composto pelas teorias, conceitos e metodologias que constituem e expressam a especificidade do “fazer” naquela profissão; e um “campo mole”- seu espaço de adaptação às demandas impostas à profissão, sua permeabilidade e articulação com outros saberes e áreas do conhecimento etc.

Nessa perspectiva, é fundamental para a legitimação do “*modus operandi*”⁴¹ específico de uma profissão que, à revelia dos processos, fenômenos, modelos e sistemas societários onde esteja a intervir, a sua centralidade ou essência estruturante da profissão seja observada, respeitada e preservada, garantindo assim a sua especificidade de ação e a consolidação dos valores e traços operacionais que a identificam no mercado de trabalho.

⁴¹ Expressão do Latim, que significa “modo de operação”, neste trabalho utilizamos a expressão fazendo uma analogia com o modo de fazer algo ou alguma coisa (no sentido do fazer profissional), ou de maneira que identifique em seu realizador a essência da profissão (no sentido de aplicação do saber profissional).

Desta forma, a especificidade, a competência especializada resultante da formação, somada à “estrutura” da aprendizagem acumulada no processo de estruturação da identidade real, se configura como elementos indissociáveis da busca de efetivação da identidade profissional.

Assim, para enveredar pelos caminhos da formação profissional, buscamos conhecer o processo que se origina na incorporação de saberes especializados – saberes profissionais- a socialização secundária⁴² cujo conceito, segundo Dubar (1997, p. 96), revela:

São maquinismos conceituais que tem subjacentes um vocabulário, receitas (ou fórmulas, proposições, procedimentos), um programa formalizado e um “universo simbólico” veiculando uma concepção do mundo [...] são definidos e construídos por referência a um campo especializado de atividades.

Neste enfoque, as profissões podem ser organizadas social e politicamente por categorias, de acordo com sua relevância e legitimidade dentro da hegemonia de determinada sociedade.

Os “modos de categorização social” das profissões encontram-se registrados na história social do homem, porém a potencialização desses processos, que se fundamentam na formação escolar, só ganham legitimidade e se fortalecem na medida em que se constituem em componentes do complexo processo de identificação social dos indivíduos no espaço social determinado.

A estreita relação entre profissão/ formação/ processo identitário reforça-se no final dos anos 60, quando a crise no mercado atinge a relação trabalho-emprego e se expande nos anos 80 em função do desenvolvimento das políticas de gestão de emprego que aumenta as exigências de especializações e formação técnico-academicas:

A formação tornou-se um componente cada vez mais valorizado não somente no acesso aos empregos, mas também nas trajetórias de emprego [...]. Se o emprego é cada vez mais central para os processos identitários, a formação está cada vez mais estreitamente ligada a ele. (Schnapper: 1989 apud DUBAR, 1997, p. 112).

⁴² BERGER E LUCKMANN utilizam a expressão em seus estudos sobre o processo de socialização através da incorporação de saberes. Origina-se no fato de os autores considerarem que o processo de socialização que ocorre na convivência com o grupo familiar, a escola e a igreja se constituem nos primeiros contatos na rede relacional do indivíduo, promovendo, por eles chamado *socialização primária*, ou seja, que se efetiva nas primeiras relações do indivíduo tanto em nível de contato com crenças, valores, como em nível de inter-relação humana. (apud DUBAR, 1997).

A formação vista sob este ponto de vista é, pois, entendida como uma forma de conquista de espaço, reconhecimento e instrumento de socialização dos indivíduos em seu meio social. É ela que promove sua inserção em um meio social específico (categoria profissional), legitimando a aceitação de valores e princípios de uma matriz identitária profissional. É assim que podemos nos conectar com o pensamento de Giannotti (1986, p. 38) ao relatar que no espaço de formação (acadêmica) o indivíduo participa de uma rede de contatos que cimenta uma comunidade profissional, mas sua competência específica será conformada na experiência de trabalho. Na escola se inicia o processo, é o começo da estruturação da identidade profissional que somente se desenha e define, apresentando seus resultados, no exercício da vida profissional.

É assim, na complexa articulação de elementos formadores do tecido social; sob sua influência e a partir das necessidades sociais do homem, como resultado de uma formação teórica e metodológica específica que o Serviço Social se fortalece, chancela seu lugar no campo das e busca a legitimação e consolidação de sua identidade profissional no contexto da intervenção social no país.

2.4 Identidade *DO* Serviço Social no Brasil

Para realizar a construção de uma identidade *para si*, a história da sociologia das profissões revela que o acirramento do mercado, especialmente observado nos períodos de crises de emprego, pode ser considerado um elemento importante, pois a identidade reivindicada por uma profissão define sua jurisprudência tanto no sentido espacial (área de domínio da profissão) como no sentido de legalidade e legitimidade, e concede aos seus partícipes, aqueles indivíduos que através da formação específica obtiveram o “direto” de realizar determinadas tarefas no âmbito do espaço legal das profissões, *status* social.

Neste sentido, utilizando o mesmo mecanismo de categorização de identidades dos estudos de Dubar (1997), podemos analogicamente dizer que: quando falamos em Identidade *da*⁴³ Profissão, estamos nos referindo à *identidade reivindicada pela própria profissão*, ou seja, a identidade *da* profissão se efetiva como resultante de um *processo biográfico da*

⁴³ Neste trabalho quando utilizamos a expressão identidade *da* profissão ou identidade *do* Serviço Social, trata-se de uma alusão ao enfoque de identidade reivindicada decorrente do conjunto de aspectos apresentados neste parágrafo.

profissão (ver quadro de categorias de identidade) e ocorre no campo da identidade social real, consolidando-se na transação subjetiva entre as identidades herdadas e as identidades propendidas. Efetiva-se assim, um processo que inter-relaciona continuidades/reprodução, rupturas/produção.

Importante registrar, nos reportando à categorização apresentada por Dubar (1997), que a identidade *da* profissão, nesta dimensão (biográfica), pode se distanciar da identidade que lhe é socialmente atribuída no processo relacional. Ou seja, a identidade social “virtual” do serviço social; aquela que é atribuída ou assumida/incorporada, fruto da relação cooperação-reconhecimento/conflitos-não reconhecimento, que pode inclusive resultar na identificação de profissionais com instituições julgadas estruturantes ou legítimas, pode não se constituir na identidade real da profissão.

Neste sentido, da mesma forma que na identidade pessoal permanece uma “dualidade” entre o real e o “virtual”, na identidade profissional encontramos o mesmo “fenômeno”. No entanto, a consolidação da identidade da profissão, no plano do “real”, ou seja, *da identidade reivindicada*, assente na sua construção biográfica (histórica) que representa os seus “aspectos de pertença”; revela valores e ideologias estruturantes da profissão.

No caso específico do Serviço Social, sua origem ligada estreitamente aos postulados e dogmas da igreja católica e ao “assistencialismo de controle⁴⁴” que permeou os aspectos formadores da profissão no país, marca por décadas a profissão, atribuindo-lhe uma identidade que se estrutura na imagem da ajuda e na benevolência, porém fundamentada no controle social do Estado, da igreja e da burguesia sobre o proletariado e a parcela da população social e economicamente fragilizada, que começava a se organizar em movimentos populares e sindicais conforme refere Rosane Martins (2006, p. 89-91):

O Serviço Social nasce mergulhado nas tramas da classe dominante, atendendo ao seu interesse estratégico de disseminar a ideologia dominante e desarticular os movimentos e lutas da classe trabalhadora. [...] As práticas assistencialistas, paternalistas e clientelistas e a manutenção das políticas sociais organizadas de forma burocrática, com caráter controlador e disciplinador objetivava garantir a ordem, estabelecer o consenso entre burguesia e trabalhadores e amenizar as tensões existentes. [...] Totalmente subordinados aos interesses do capital, cooptados pela classe dominante e alienados diante de uma

⁴⁴ Usamos a expressão “assistencialismo de controle” para denominar o período inicial da profissão quando com vistas a controlar a população desprovida o Estado se alia à igreja no atendimento às necessidades sociais da população na expectativa de refrear as manifestações operárias decorrentes das organizações de classe que emergem na época sustentadas pelo avanço dos movimentos populares e sindicais.

realidade social posta, os assistentes sociais assumiram um papel sem identidade própria pois representavam a identidade do capital. [...] Com isso os assistentes sociais se constituíram uma categoria sem identidade própria, sem objetivos e metas estabelecidos de acordo com seus propósitos, dependendo totalmente das determinações da burguesia católica e do Estado [...].

O atendimento benevolente oferecido para a população, seguindo as determinações do Estado e da Igreja Católica; o desconhecimento dos reflexos do desenvolvimento sistema capitalista sobre as questões sociais, favorecem as ações profissionais alienadas e afasta o Serviço Social das camadas oprimidas da sociedade.

A prática profissional imediatista e assistencialista, alijada de posição e reflexão, torna-se aliada da dominação exercida pelo grupo hegemônico burguês.

Neste contexto, a burguesia e o Estado atribuem ao Serviço Social uma identidade que se fortalece da inexistência de métodos específicos da profissão que orientem a intervenção, e das respostas paliativas e imediatistas oferecida pela profissão no atende incontestemente dos interesses do capitalismo como conclui Martinelli (1991, p. 157) ao referir-se ao surgimento profissão:

É uma profissão que já surge no cenário histórico com uma identidade atribuída pelo capitalismo. E em vez de ser produzida historicamente, decorreu do poder hegemônico da classe dominante, que roubou dos agentes a possibilidade de construir formas peculiares de prática, autenticamente sociais.

O Serviço Social, através de sua prática, consolida-se como reprodutor do sistema de exploração da classe subalterna. A consonância da ação dos assistentes sociais com a identidade que o poder hegemônico lhe atribui, distancia a profissão do proletariado e, segundo Rosane Martins (2006), “para os trabalhadores os assistentes sociais assumiam a representação do poder, da opressão, da dominação em nome da classe dominante”.

A benevolência sob a qual se camufla a ação profissional fortalece a imagem assistencialista, paternalista e paradoxalmente controladora do Serviço Social no cenário das profissões sociais fragilizando as relações com outras áreas de intervenção social.

A busca pela ascensão social que embala o imaginário do proletariado que se deixa explorar pelo capital também acompanha o Assistente Social da época desenvolvendo no interior da categoria o fenômeno, denominado por Lukács de “consciência estatutária” apresentado por Martinelli (1991, p. 134), cujo significado reporta ao processo de busca de

ascensão individual à classe dominante expressando a negatividade de dimensão de classe do indivíduo ou, no caso do Serviço Social, da categoria.

Assim, temos a imagem fragilizada e alijada de consciência política e social sobre a realidade concreta, a desarticulação dos profissionais, a preocupação com interesses pessoais, a prática imediatista e paliativa descomprometida e desvinculada das questões sociais, marcando as primeiras décadas da profissão no país.

O fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a ação que lhe roubavam qualquer possibilidade de reflexão crítica. (MARTINELLI, 1991, p. 127).

No entanto, a identidade *atribuída* pelo capital, profissionalmente incorporada pelos Assistentes Sociais e socialmente aceita no campo das intervenções sociais no Brasil constituía-se, segundo Martinelli (1991, p. 158), em “[...] uma identidade frágil, esvaziada de tempo e de história [...]”, compondo uma categoria sem identidade profissional específica, útil ao sistema capitalista e importante para a burguesia, indispensável para a manutenção do poder hegemônico, cumprindo o papel da ideologia de controle social.

A década de 40 fulgura como cenário político no país como o período marcado pela aproximação do Governo Federal, capitaneado por Getúlio Vargas, com os Estados Unidos. Na altura, o Estado desponta como maior empregador do Serviço Social e tem nesse profissional a figura que fortalece a hegemonia da classe dominante e do Estado através da operacionalização de ações que, envolvidas por discursos humanitários escondem a intenção de controle da população e camufla o aumento da desigualdade social.

Da aproximação com o governo de Roosevelt dos Estados Unidos e com sua política de fortalecimento do padrão americano, assentado na dependência econômica dos países subdesenvolvidos, brotam também alterações na orientação prática/estatal para o Serviço Social.

A atuação profissional amplamente desenvolvida na linha de atendimento de casos desloca-se, para a orientação da prática desenvolvida pelos Assistentes Sociais americanos, que trabalham com grupos e têm como objetivo promover a organização de comunidade na perspectiva de adequação da população à estrutura social estabelecida.

A aproximação com o Serviço Social americano, no final da década de 40 promove também, em nível de Brasil, o estreitamento de laços da profissão com o Serviço Social da América Latina onde os Estados Unidos alavancam programas desenvolvimentistas, neste

contexto, segundo Martinelli (1991, p. 133), “[...] instalava-se um canal que lhe permitia (ao Serviço Social brasileiro) repensar a ideologia subjacente na metodologia de seus programas, além de facilitar o tráfego de influência em relação à profissão [...]”

Da expansão da demanda de trabalho social oriunda da nova metodologia de intervenção alavancada pela inserção do modelo americano na realidade brasileira, aumenta a necessidade de profissionais capacitados para a ação.

A metodologia de ação com grupos para a organização comunitária requer um número crescente de profissionais, neste contexto, as “moças da sociedade”, provindas da alta burguesia e aquelas ligadas aos movimentos da ação católica, já não são numericamente suficientes para a emergência dos fenômenos sociais e para a operacionalização das ações dos programas sociais adotados pelo governo.

Ocorrem, então os primeiros ingressos na profissão de pessoas sem origem aristocrática ou burguesa, cujo interesse na profissionalização se baseia na busca de “[...] qualificação, carreira remunerada e melhores salários” (MARTINELLI, 1991, p. 134).

A ação orientada para a organização da comunidade, implementada pelo modelo americano de assistência social atende ao interesse da classe dominante porém, aproxima o Assistente Social a realidade concreta da população subalternizada pelo sistema capitalista. Esta vivência aproximada com a vida do proletariado, coloca-o “frente-a-frente” a um contexto social que a orientação imediatista da sua ação, até então desenvolvida, não lhe permitia repensar ou refletir sobre a realidade nem tão pouco sobre os reflexos da sua intervenção.

Ao tomar consciência da realidade cotidiana da população atendida pelo Assistente Social, o Serviço Social admite a insustentabilidade e incoerência dos discursos e das práticas burguesas, e reconhece que estas só promovem a expansão e o acirramento do regime capitalista. Este confronto instiga grupos de Assistentes Sociais no Brasil a refletirem e repensar sobre prática profissional, questionando os objetivos, métodos e teorias que embasam sua intervenção na sociedade.

A junção dos elementos históricos aos questionamentos surgidos, dão início ao processo endógeno de reflexão sobre o papel da profissão frente aos fenômenos sociais que resultam da relação capital trabalho ampliando a desigualdade e a injustiça social no país.

Desse “olhar para si mesmo” que germinam os primeiros movimentos da categoria no sentido de revisitar as bases epistemológicas da formação, a crítica instaurada aponta para a urgência de novas formas de intervenção na dinâmica da sociedade e requer a (re)-construção identidade da profissão, fruto da história vivida e da apreensão de bases teóricas que indiquem

o caminho da práxis para o Serviço Social, reivindicando um perfil e uma identidade para profissão, vinculando a atuação profissional à classe subalterna.

Tornando-se críticos de sua prática e da identidade à qual estava referenciada, adquiriram condições de refletir, procurando desvendar as tramas do real, para poder compreendê-lo, conhecendo a sua estrutura, captando a sua essência. Nesse movimento de busca, que exige oposição, negação, contradição, a identidade atribuída ao Serviço Social era questionada e revisitada pelos “agentes críticos”, revelando suas inconsistências, fragilidades e submissões à lógica instituída pela sociedade de classes. [...] A identidade atribuída, esvaziada de contradição, do movimento, transformava-se em algo inerte, sem vitalidade [...]. (MARTINELLI, 1991, p. 140).

Nasce a partir daí o movimento de busca de uma identidade que expresse a função social e política da profissão. No entanto o processo de mudança interna *na* e *da* categoria sofre avanços e retrocessos, sendo dificultado pela resistência de profissionais cujas bases da formação estavam impregnadas pela orientação conservadora e dogmática. Assim, até a década de 60 o Serviço Social permanece preso ao conservadorismo, refletindo e contribuindo para o fortalecimento dos interesses da burguesia.

A singularidade existente na compreensão do campo da práxis aponta para a emergência de busca de matrizes de pensamento baseadas em tradições epistemológicas que respondam as dimensões postas na realidade do Serviço Social.

Porém, somente na década de 70, a partir da aproximação com a teoria marxista é o Serviço Social no Brasil reconhece o papel da profissão na sociedade capitalista. A “consciência de classe” dos profissionais marca a luta da categoria pela consolidação dos aspectos éticos e políticos como norteadores da profissão, surgem as primeiras e significativas mudanças na atuação do Serviço Social, define-se legitimamente no seio da profissão a resistência e o confronto com a prática conservadora ainda presente no campo da ação.

A aproximação teórico-filosófica com as bases marxistas implica no reconhecimento do papel da profissão no cenário da sociedade capitalista e da consciência de classe apreendida pela categoria. Estes aspectos re-configuram a ação profissional e assinalam a legitimação das bases que sustentam a identidade agora “*reivindicada*” pela profissão

Este movimento, que resulta no fortalecimento da identidade *da* profissão, se expressa e toma concretude no Projeto Ético Político e no Código de Ética do Serviço Social, revelando o compromisso com uma prática embasada em raízes teóricas que apontam estratégias que contribuam o fortalecimento da busca e legitimação dos direitos sociais da população.

Na legitimidade dos textos legais, se definem os certames da ação profissional, demarcando o espaço, a especificidade e os princípios do Serviço Social no campo da intervenção social no país.

Nesta perspectiva, para atendimento das demandas contemporâneas e para obter respostas, tanto do ponto de vista interventivo, como do ponto de vista de seu reconhecimento no cenário das profissões sociais, o Serviço Social redefine a formação profissional na perspectiva de sustentação teórica e metodológica, buscando maior aproximação com as questões sociais, para que intervenção profissional atenda as demandas postas no cotidiano da ação.

O redimensionamento da formação se efetiva através da propositura de implantação, nos cursos de Serviço Social em nível nacional, de novas Diretrizes Curriculares elaboradas coletivamente sob a coordenação da ABEPSS, que:

[...] *reafirmassem* um projeto de formação profissional comprometido com os valores e princípios de um profissional que tem no horizonte a autonomia, a emancipação, a defesa da liberdade e da equidade, a socialização da política e da riqueza socialmente produzida e o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. A condução de uma prática profissional nessa perspectiva pressupõe competência teórica, técnico-operativa e ético-política. (CRESS, 2006, p. 25-26, grifo nosso)

As Diretrizes foram aprovadas no âmbito profissional em 1996 conferindo-lhe legitimidade junto ao CFESS e, no domínio do Conselho Nacional da Educação (CNE) em 2001, adquirindo o reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) como referência legal para orientação, implantação e avaliação de cursos de graduação em Serviço Social em todo o país.

A partir de então, a formação profissional, em Serviço Social se assenta sobre nexos teóricos, filosóficos e metodológicos que apontam para a articulação da teoria com a prática e que, segundo as Novas Diretrizes Curriculares “se organizam na perspectiva de atendimento à dinâmica da vida social”.

Desta forma o currículo mínimo tem como base a permanente construção de conteúdos que ofereçam a possibilidade de, ao finalizar o processo de formação profissional, o Assistente Social esteja preparado para intervir nos processos sociais consolidados no conjunto epistemológico dos Núcleos de Fundamentação conforme se apresentam nas Diretrizes Curriculares:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social: responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura [...]. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis [...]. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.[...].

Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira [...]. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país.

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional: considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho [...]. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo. (ABESS/CEDEPSS,1996, online).

A re-organização dos determinantes da formação acadêmica se compatibiliza com os princípios fundamentais da profissão preconizados no Projeto Ético Político do Serviço Social que norteiam a ação no campo da prática, conforme podemos confirmar na reprodução de seu texto:

Dos Princípios Fundamentais

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CEFSS, 1993, p. 3).

Como resultado do movimento de reflexão sobre a prática profissional e sobre a sustentação teórica do Serviço Social, que se iniciara nos debates que marcaram os encontros de Assistentes Sociais e estudantes de Serviço Social nas décadas de 70 e 80, “[...] definindo sua direção sociopolítica de compromisso com os interesses imediatos da classe trabalhadora” (ABRAMIDES, 2006), o Serviço Social define também nos textos dos atos legais de legitimação da profissão e da formação acadêmica a resistência da categoria ao conservadorismo que marcou a sua história.

Assim, no final da década de 90 a profissão se re-configura, adquire “*corpo*” teórico e instrumentalidade prática que lhe conferem ampliação e respeitabilidade no campo das profissões de intervenção social no país.

Além de atribuir maturidade à profissão, o Projeto Ético Político e as Diretrizes Curriculares apontam para relevância de aspectos que legitimam o resgate da centralidade do homem (usuário) no cenário da sociedade “[...] restituindo-lhe o lugar de sujeito da sua própria história”, como confirmam os elementos que compõem o Código da Categoria ao enfocar as relações que devem se estabelecer no atendimento ao usuário:

CAPÍTULO I

Das Relações com os Usuários

Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) *contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;*
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, *respeitando democraticamente as*

decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias (sic) aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;

c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos *mecanismos indispensáveis à participação dos usuários*;

d) *devolver as informações colhidas* nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

f) *fornecer à população usuária*, quando solicitado, *informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social* e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;

g)[...]

h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º - É vedado ao assistente social:

a) *exercer* sua *autoridade* de maneira a *limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses*;

b) [...]; c) *bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições*, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar (sic) aqueles que buscam o atendimento de seus direitos. (CEFESS, 1993, p. 3, grifo nosso)

Na expressão do Código de Ética da Profissão o Serviço Social reconhece a liberdade como valor ético central na ação prática do Assistente Social e fortalece o compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão do homem. Perfilha o homem como indivíduo social responsável pela construção da história da sociedade e da sua própria história, conduzindo-o a centralidade da práxis do Serviço Social.

O avanço e amadurecimento da profissão fortalecem o movimento de ruptura com a carapaça conservadora e o tradicionalista que acompanhou seu processo histórico.

Ao reafirmar seus princípios éticos e políticos vinculados ao campo da democracia-popular, o Serviço Social desconstrói a neutralidade ideológica sob a qual foram construídos os alicerces de sua prática e assume sua posição no espaço das profissões que intervém na sociedade.

Com este *movimento*, o Serviço Social adquire visibilidade sócio-política no contexto da intervenção nos processos sociais participando do planejamento, elaboração e execução das Políticas Públicas de atendimento as questões sociais e assim, define a especificidade da prática, fortalecendo a identidade *da* profissão.

Temos então, inscrita como resultado do desenvolvimento histórico da profissão e dos compromissos social e profissionalmente assumidos, a “demarcação” da *cara* do Serviço Social na contemporaneidade. É a conformidade da identidade *do* Serviço Social no Brasil, determinada pelo eixo mais importante que é aquele que se sedimenta na prática como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais.

Essa dimensão política específica do projeto profissional explicita-se, conforme apresenta Sant`Ana (2000, p. 81):

[...] por meio da defesa da equidade e da justiça, da consolidação da democracia como garantia de direitos civis, políticos e sociais e da democratização como processo de socialização da riqueza socialmente construída [...] prevê o compromisso como competência que deve fazer parte de um processo de aprimoramento, e a defesa da qualidade dos serviços prestados.

Esta identidade, na perspectiva do estudo sociológico que fundamenta este trabalho, se caracteriza como *identidade profissional e socialmente reivindicada*, ou seja, é aquela cuja construção se dá a partir do “processo biográfico”, da “identidade para si”, do sentido de “pertença reivindicada”, a partir de “como o Serviço Social se insere no contexto das profissões”. Emerge e se confirma no processo histórico da profissão conforme apresenta Martinelli (1991, p. 157): “[...] os modos de produção de identidade, como categoria histórica, social e política, estão relacionados com o movimento da história, pois ela pulsa em tempo e em movimento”.

Os avanços e mudanças na profissão asseguram ao Serviço Social contemporâneo a participação na esfera das decisões sobre a organização das políticas públicas da assistência social no país e na sua efetivação e garante-lhe lugar na agenda das políticas públicas e espaço para a intervenção profissional na consolidação dos direitos sociais fundamentais, objeto da Constituição Federal de 1988.

A profissão adquire respeitabilidade profissional e espaço ampliado para a sua ação; a identidade encontra na sociedade contemporânea lugar para consolidar-se e concretizar a especificidade da sua intervenção.

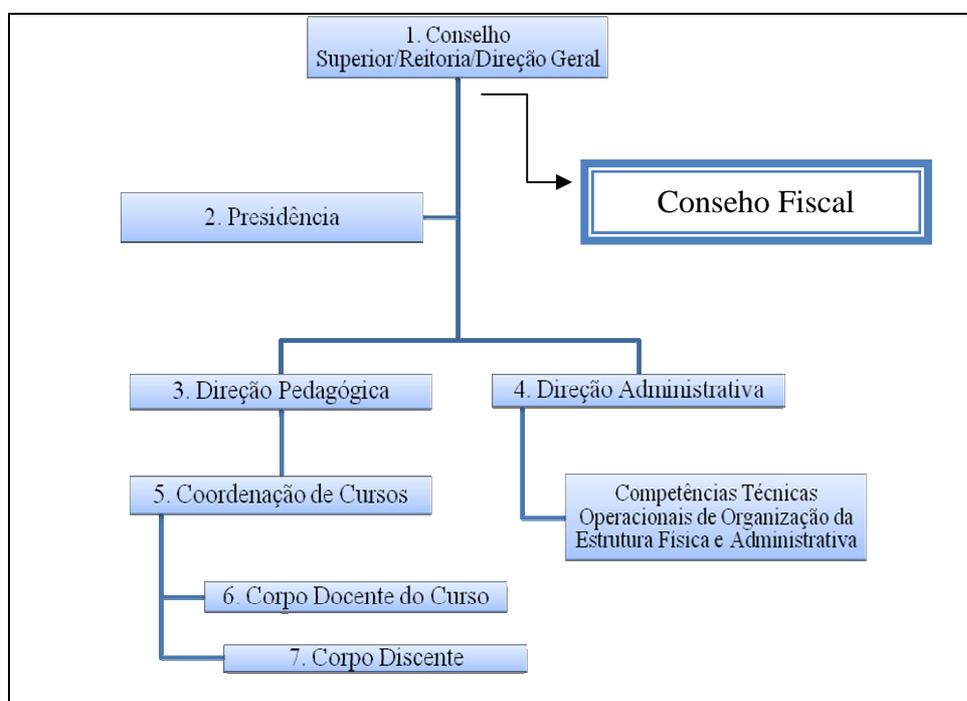
2.5 A Estrutura Organizacional do Ensino Superior Privado: o papel da coordenação de curso em evidência

Os cursos de graduação fazem parte do conjunto de cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e nesta perspectiva compõem o corpo acadêmico das unidades de ensino.

A organização administrativa das instituições de ensino, como de qualquer empresa, quando vista a partir da estrutura pode ser apresentada em forma de

“Organograma”⁴⁵, ou seja, de uma forma gráfica que facilita a percepção das linhas de subordinação/hierarquia sobre as quais se definem as responsabilidades, as competências e o espaço de cada profissional dentro da instituição. No caso das instituições de ensino, expressa também a articulação das atividades administrativas, pedagógicas e acadêmicas existentes no universo da formação.

A partir de pesquisa documental⁴⁶ exploratória realizamos a primeira aproximação com a realidade investigada, este estudo proporcionou a vislumbrarmos a posição hierárquica⁴⁷ da coordenação de curso na estrutura organizacional apresentado no modelo de organograma⁴⁸ construído a partir do a aproximação com a realidade das instituições investigadas.



Quadro 4 - Organograma - Estrutura Hierárquica – Ensino Superior Privado⁴⁹

⁴⁵ Representação gráfica de uma organização ou de um serviço, e que indica os arranjos e as inter-relações de suas unidades constitutivas, o limite das atribuições de cada uma delas. (FERREIRA, 1999).

⁴⁶ Realizamos estudo documental em Regimentos e Estatutos Internos para conhecimento da estrutura organizacional e das atribuições e competências dos cargos que efetivam a administração pedagógica das Instituições de Ensino Superior Privado. Por se tratarem de dados agrupados genericamente os nomes das instituições não são revelados.

⁴⁷ Ressaltamos que não existe uma determinação “oficial” no país nem em relação à nomenclatura dos cargos ou em relação e estrutura, desta forma, o “modelo” apresentado é meramente ilustrativo e de autoria da pesquisadora.

⁴⁸ Modelo elaborado pela autora com base nos estudos realizados sobre estruturas organizacionais de instituições privadas de ensino superior.

⁴⁹ Elaborado com em dados das EEIS pesquisadas.

Neste contexto, procuramos situar o Coordenador de Curso no espaço institucional, criando um modelo básico simplificado, que apresenta de forma genérica a organização interna de uma Instituição de Ensino Superior. Podemos reconhecer a posição *privilegiada* do coordenador expressa na possibilidade de efetivar a articulação entre os indivíduos envolvidos no processo ensino aprendizagem: direção pedagógica, docentes e discentes.

O aprofundamento no estudo da estrutura organizativa das instituições de ensino nos encaminhou ao elenco de atribuições e competências funcionais, dos cargos ligados a gestão/direção/coordenação, expressos na estrutura das instituições de Ensino Superior Privado.

A relevância do cargo de Coordenador de Curso, para fins deste trabalho, indica a necessidade de aprofundamento nas competências e no papel que ele desempenha no contexto da formação profissional.

Buscamos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) o cargo relacionado ao ensino cuja descrição oficial da função fosse consoante com as atribuições de Coordenadores de Curso no Ensino Superior.⁵⁰

Essas atribuições são legitimadas em procedimentos internos e podem sofrer variação de acordo com o Estatuto ou Regimento Interno da Instituição.

Desta forma, apresentamos *apenas* as funções que se repetiram em pelo menos 05 (cinco) instituições daquelas que compõem o universo da pesquisa, dando ênfase às competências funcionais relativas à Coordenação de Curso de Serviço Social, instância da administração do ensino superior privado que se constituiu objeto desta pesquisa.

2.5 1 Conselho Superior/Reitoria/Provedoria/Conselho Deliberativo

Das Competências

-Delibera sobre relatórios financeiros, alienação e apropriação de bens, incorporação de entidades, orçamentos, aprova estatutos e regimentos, aprova criação e extinção de cursos, delibera sobre compras de equipamentos e contratações de funcionários e convênios, emite resoluções, etc.

⁵⁰ “**Coordenador pedagógico:** Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre comunidade escolar e as associações a ela vinculadas”. (BRASIL, 2002, p. 219).

2.5.2 Presidência ou Direção Geral

Das Competências:

-Órgão executivo que superintende todas as atividades da instituição.

-É assessorado por órgãos técnicos e de execução e por diretorias existentes na instituição.

-Administra a instituição e a representa nas instâncias legais.

-Cumpre e faz cumprir a legislação existente.

Dirige a execução de atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação.

2.5.3 Direção Pedagógica

-Responsável pelas atribuições, competências e determinação das atividades e ações de nível técnico-formativo dos cursos existentes na instituição.

-Responde e se subordina diretamente à presidência ou direção geral da instituição.

-Supervisiona e orienta as ações de coordenação dos cursos a quem estas estão diretamente subordinadas.

-Direciona questões ligadas aos projetos pedagógicos dos cursos, zelando pelo bom andamento e cumprimento das atividades técnicas e legais dos cursos.

-Orienta, cumpre e faz cumprir as determinações previstas nas legislações referentes a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos decretos e deliberações do Ministério da Educação e Cultura.

2.5.4 Direção Administrativa

-Responsável pelos serviços administrativos e corpo técnico não docente da instituição, tem composição variável de acordo com definição de cargos e responsabilidades que compõem a estrutura de cargos da instituição.

2.5.5 Corpo Docente do Curso ou Colegiado do Curso

-Formado pelo grupo de funcionários que compõem o pessoal docente das instituições de ensino. Forma-se pela legitimação de vínculo empregatício que se estabelece em contrato de trabalho. ⁵¹

2.5.6 Corpo Discente do Curso ou Alunado

- Composto pelos alunos regularmente matriculados na faculdade compõe o corpo discente de cada curso.

2.5.7 Coordenação de Curso

Cargo de subordinação direta à Direção Pedagógica da Instituição.

- Emite parecer sobre contratação e dispensa de professores;
- É responsável pela atribuição de aulas no âmbito do Curso;
- Participa de Órgãos colegiados, comissões internas e da Congregação da Instituição;
- Atende e orienta alunos e professores no âmbito do curso sobre questões administrativas e pedagógicas;
- Representa o Curso e fala em nome do Curso sempre que solicitado;
- Analisa, opina e orienta a estruturação e articulação dos conteúdos programáticos das disciplinas;
- Acompanha o desenvolvimento e cumprimento dos conteúdos programáticos e ementários do curso;

⁵¹ Os contratos de professores variam quanto ao tipo e modalidade de acordo com a forma de pagamento e podem ser: horistas (por hora/aula dada), contratos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contratos por prazo determinado ou contrato de substituição. Nas pesquisas realizadas não encontramos legislação oficial de obrigatoriedade sobre a modalidade ou forma de contrato de docente de nível.

- Propõe à Congregação alterações nos componentes curriculares do curso;
- Observa e orienta no espaço institucional o cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso;
- Mantém o corpo docente e discente motivado para as atividades acadêmicas propostas;
- Propõe à Direção atividades acadêmicas e científicas definidas pelo Colegiado do Curso;
- Prepara, convoca e coordena reuniões do Colegiado e reuniões discentes no âmbito do Curso;
- Representa e gerencia junto aos órgãos superiores as necessidades/ expectativas coletivas docentes e discentes em relação a instituição.
- Organiza o horário anual das disciplinas;
- Planeja ações de curto, médio e longo prazo;
- Elabora em parceria com o colegiado do Curso e Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Regimentos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Estágio.
- Promove ações de responsabilidade e envolvimento social do colegiado do curso e discentes com a comunidade;
- Cumpre e faz cumprir os prazos institucionais relacionados às questões administrativas e pedagógicas;
- Promove a imagem do Curso divulgando e participando de eventos e palestras;
- Orienta a Direção Pedagógica nas tomadas de decisões questões referentes ao Curso: corpo docente, alunato, etc;
- Promove a relação interpessoal e estimula a articulação docente para melhoria da qualidade do ensino;
- Estimula, incentiva e colabora para o desenvolvimento profissional dos professores do curso;
- Estimula o desenvolvimento de pesquisas, iniciação científica e produção dos docentes e discentes;
- Analisa e emite parecer final sobre adequação e compatibilidade curricular em caso de transferências de alunos, subsidiando o trabalho da secretaria;
- Estabelece contatos e promove ações para a legitimação de campos de estágio;
- Acompanha e orienta a coordenação de estágios curriculares, emitindo parecer final sobre o cumprimento de estágios;

- Acompanha e orienta as Atividades Complementares e Eventos promovidos no âmbito do curso no espaço acadêmico;
- Acompanha a organização e apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso;
- Emite parecer final acerca de projetos de pesquisa e eventos apresentados por docentes e discentes do curso apresentando e defendendo na Congregação.
- Defere e indefere solicitações de abono ou dispensa de professores;
- Analisa e emite parecer sobre atestados de professores e alunos;
- É o responsável junto a Direção Pedagógica por dispensa de alunos e abono de faltas, emitindo parecer final;
- Representa legalmente o curso junto aos órgãos da categoria e nos instâncias superiores da instituição;
- Estabelece estratégias de ação para a promoção e valorização do curso no espaço acadêmico;
- Opina e emite parecer sobre questões pedagógicas e administrativas, no âmbito do curso, omissas nas normas da instituição;
- Cumpre e faz cumprir os documentos normativos legais da Instituição e do Curso.

A estrutura das instituições e as atribuições que são conferidas aos Coordenadores de Curso revelam sua importância no contexto tanto na dimensão pedagógica da função, como nas demais competências que lhes são atribuídas. Imbricada de elementos que extrapolam a dimensão pedagógica da ação, a função de coordenação resvala em ideologias, políticas e determinantes institucionais que podem intervir na formação profissional.

2.5.7.1 As dimensões funcionais da Coordenação de Curso

A expansão do Ensino Superior Privado no país promove mudanças significativas no contexto interno das instituições. As novas demandas postas ao gerenciamento e administração das instituições repercutem no papel e na ação cotidiana dos Coordenadores de Curso; novas competências lhe são impostas e novas habilidades passam a ser consideradas fundamentais para o atendimento da dinâmica do novo papel funcional conforme revela Delpino e outros (2008, p. 2) em estudos sobre o tema:

Com a expansão do sistema educacional de ensino superior privado as Instituições de Ensino Superior – IES iniciaram um processo de gestão profissional similar ao sistema industrial. [...] A atividade de coordenação de um curso deixou de ser meramente burocrática, passando a ser uma atividade de gestão que envolve desde a captação de alunos no mercado até a viabilidade financeira do curso. É preciso conhecer as necessidades da área e tomar decisões que beneficiem todo o curso e Instituição.

Ao tomarmos estudos realizados sobre o atual do Ensino Superior averiguamos que a competitividade que assola o setor privado surge como fator determinante na ampliação das responsabilidades funcionais do coordenador, Marques apresenta:

Em um cenário cada vez mais competitivo no Ensino Superior, seria natural que todos os elementos da gestão [...] fossem 'convocados' a colaborar na construção de resultados positivos. Nesse sentido, tem crescido a cobrança sob os coordenadores de curso, tradicionalmente ligados apenas à gestão acadêmica. Seguindo a linha da profissionalização, o contato direto do coordenador com os professores, alunos e a diretoria tem se mostrado um elemento precioso na evolução da administração. Para isso, no entanto, o perfil da função passa por uma mudança profunda [...]. (MARQUES, 2006, online).

Nesta linha de estudos, a Coordenação de Cursos de Serviço Social na contemporaneidade se vê imersa em um conjunto das atividades tendentes a criar condições indispensáveis à formação da categoria profissional não só sob uma nova ordem profissional, mas também sob uma nova ordem funcional, que agrega dimensões que extrapolam as questões pedagógicas.

Segundo Franco (2006) as novas demandas postas aos Coordenadores⁵² de Curso no cotidiano de trabalho, suas responsabilidades, atribuições, encargos e competências podem ser agrupadas em 04 (quatro) áreas distintas: Funções Políticas, Funções Acadêmicas, Funções Gerenciais e Funções Administrativas que ocorrem em simultaneidade estruturando a base sobre a qual a Coordenação no Ensino Superior se mantém.

Considerando que a centralidade da pesquisa refere-se a formação profissional, abstraímos do trabalho de Franco (2006) elementos da Função Acadêmica com a qual poderemos construir nexos de articulação com os dados da pesquisa, segundo o autor, o coordenador:

⁵² O estudo desenvolvido pelo Professor Doutor Édson Raymundo Pinheiro Franco desenvolveu-se na Universidade do Amazonas, porém suas conclusões revelam a emergência do trabalho de coordenação de curso de forma ampla alcançando também a realidade vivida nos Institutos de Ensino Superior Privado.

[...] deve ser o responsável pela elaboração e execução do Projeto Pedagógico do Curso. [...] deverá ser o mentor do projeto do curso [...]. O Projeto Pedagógico deverá estabelecer os fundamentos e os objetivos do curso [...] que lhe dão identidade [...] deverá considerar os princípios e as idéias básicas do projeto institucional da IES [...]. É responsável pelo desenvolvimento atrativo das atividades escolares. [...], pela atratividade da aula [...]. A junção entre teoria e prática deve ser objeto de discussão entre coordenador e docente na revisão do conteúdo programático da disciplina é fundamental que aquele procure convencer o professor da necessidade de trazer, para o campo prático, o conhecimento ministrado. [...] Coordenador de Curso funciona também como um assistente pedagógico do corpo docente. [...] deve ser responsável pela qualidade e pela regularidade das avaliações desenvolvidas em seu curso. [...] as avaliações necessitam ser acompanhados pelo Coordenador. [...] deve cuidar do desenvolvimento das atividades complementares em seu Curso [...] estimular o desenvolvimento, conhecer a programação estabelecida e/ou planejá-la e favorecer os estudantes com atividades que realmente os entusiasmem ao aprendizado. [...] deve estimular a iniciação científica e de pesquisa entre professores e aluno. [...]. Discutir em reunião de Congregação de Curso um rol de iniciativas científicas é da responsabilidade do Coordenador de Curso. [...]deve ser responsável pela orientação e acompanhamento dos monitores. Selecionar disciplinas que exijam a colaboração de monitores é tarefa do Coordenador de Curso. [...] deve ser responsável pelo engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão universitária. [...] deve ser responsável pelos estágios supervisionados e não-supervisionados [...] deve esmerar-se por recolher das empresas o desempenho nos estágios, permitindo até mesmo rever o Projeto Pedagógico do Curso. (FRANCO, 2006, online).

Os estudos asseguram que no “espaço” de ação o Coordenador de Curso exerce sua função de articulação das 03 forças que potencialmente integram o processo de formação acadêmica: a direção pedagógica (institucional), a docência (colegiado) e os discentes (alunato). Espaço de expressão do papel de representante da profissão e da categoria profissional; “*locus*” de expressão da práxis, onde revela o comprometimento profissional com as Diretrizes Curriculares do Curso, com os dispositivos legais que regulamentam a formação e com a categoria profissão.

A posição assumida pelo Serviço Social representando as matrizes de luta pela ruptura com o conservadorismo que aliam a profissão a questões amplas na consolidação dos direitos sociais representa também, a busca da hegemonia da profissão tanto no sentido de demarcar sua área de atuação, quanto em fortalecer os contornos de identidade profissional. Esta luta torna-se relevante quando pensamos nas possibilidades existentes no âmbito acadêmico, de organização de arranjos curriculares e orientação pedagógica que apontem para a compreensão da fundamentação científica que sedimenta a prática e define a caracterização da profissão.

É no espaço do agir profissional que o Coordenador pode (re)-afirmar, o compromisso com a categoria, expresso no comprometimento com a formação profissional que se assenta no conhecimento teórico-metodológico da profissão, conformado com a de busca reflexiva de fundamentação epistêmica para a compreensão do campo de ação profissional consoante com a dinâmica, na articulação necessária da teoria e da prática “trabalhando”, nesta perspectiva, para a consolidação da identidade *da* profissão, assim, tem papel marcante efetivação e concretude das lutas da categoria.

CAPÍTULO 3 A PESQUISA: o trabalho de investigação

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de uma longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados [...] um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade, a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante originais. (Rosália Duarte).

3.1 Definindo o Universo, os Sujeitos e a Amostra da Pesquisa

3.1.1 Universo e Sujeitos

A importância do Ensino Superior no Brasil e o desenvolvimento do segmento no Ensino Privado, constitui por si só objeto de curiosidade e estudos. Na idéia inicial deste trabalho, impulsionados pela curiosidade investigativa e mergulhados em questões diretamente ligadas ao Ensino Superior Privado, entabulamos na fantasia de desenvolver a pesquisa em nível nacional.

O envolvimento com o Ensino Superior Privado provoca questionamentos sobre a realidade das relações administrativo-pedagógicas que se estabelecem neste contexto, envolvendo a formação profissional de vieses não vistos e não sentidos no nível aparente do processo ensino-aprendizagem.

Estes elementos, somados à emergência das respostas hipoteticamente levantadas, contribuíram para a definição prévia do universo (imaginado) para a investigação. Então, balizados pela experiência vivida como Coordenadora de Curso em Instituição Privada e por acompanhar, como profissional da área, a expansão do Ensino Superior Privado, movida inclusive pela necessidade de conhecer a aproximação da concorrência, decidimos por realizar a investigação apenas em instituições privadas.

Conscientes da tendência de expansão do Ensino Superior que se acentua nos últimos anos no país, sob o discurso político de promoção da acessibilidade ao ensino superior, como estratégia para o atendimento da demanda reprimida, formada pela camada excluída dos

processos de seleção das universidades públicas, reconhecemos a importância deste segmento no contexto da formação profissional.

Na ânsia por respostas, no primeiro momento nos aproximamos do contexto nacional da Educação Superior Privada através de pesquisa exploratória em buscas em sites oficiais; os dados levantados revelaram sua importância no momento do recorte necessário para definição espacial do universo.

A trajetória se constituiu em etapa importante do trabalho, promovendo a evolução das idéias e contribuindo para a maturidade do pesquisador. O processo desvendou as dificuldades para a realização de investigação em nível nacional, revelando limites pessoais que poderiam comprometer a exequibilidade do trabalho e inviabilizar o desenvolvimento da pesquisa, daí que buscamos em Minayo (2001, p. 53-54) a sustentação para efetivação do *recorte* definidor do campo de pesquisa:

[...] concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação [...] o campo torna-se o palco de manifestações de intersubjetividades e interações [...].

Assim, dos primeiros contatos exploratórios com o universo (contexto nacional) onde se instalam as instituições de Ensino Superior Privado, construiu-se uma cartografia do Ensino Superior no país, desenhada a partir do percurso abaixo e apresentada na forma de quadros.¹

Da oferta de vagas no Ensino Superior Público e Privado buscamos a quantidade de vagas oferecidas nos cursos de Serviço Social no país, em seguida apreendemos dos documentos oficiais analisados as instituições distribuídas por região geográfica. De posse destes dados, realizamos o levantamento dos cursos de Serviço Social Privado existente (ano de 2007) na região Sudeste, verificando a quantificação nos estados que compõem esta região.

Obteve-se assim, o “mapeamento” da realidade do Ensino Superior nos país, localizando os Cursos de Serviço Social, finalizando por apresentar a quantidade existente no Estado de São Paulo, conforme os quadros a seguir:

¹ Quadros elaborados pela autora com base nos dados da publicação eletrônica: Miolo - Sinopse Estatística da Educação Superior – Portal Sistema Integrado de Informações do Ensino Superior (SINAES). (DAES/INEP/MEC, online).

- CENÁRIO NACIONAL:

► Da oferta de cursos no Ensino Superior Presencial:

BRASIL	
Público	6.659
Privado	16.892
TOTAL GERAL	23.551

Quadro 5 - Quantidade de Cursos na Educação Superior - Modalidade: Presencial

Constatamos no Quadro 5 que as instituições privadas representam 72% do total de Instituições de Ensino Superior no Brasil enquanto o ensino público congrega 28% da totalidade. Desta forma, pela representatividade que tem no cenário nacional, o Ensino Superior Privado necessita figurar no centro dos debates sobre este nível de formação, validando a relevância desta pesquisa.

BRASIL	
Público	50
Privado	212
TOTAL GERAL	262

Quadro 6 - Quantidade de Cursos de Serviço Social - Modalidade: Presencial

Em relação à quantidade de cursos de Serviço Social no país, do total de 262 cursos autorizados pelo MEC, o Quadro 6 revela que 81% são oferecidos em instituições privadas e apenas 19% são ofertados em instituições públicas, justificando a expansão dos cursos privados no Brasil.

► **Das Instituições de Ensino Superior Privado – Modalidade Presencial**

BRASIL	
Ano de 1997*	689
Ano de 2007	2032

Quadro 7 - Evolução do número de Instituições Privadas no Brasil

*Fonte: Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil - 1980-1998 - MEC-INEP/SEEC - (DAES/INEP/MEC, online).

O Quadro 7 apresenta a expansão das de instituições privadas no período de 1997 a 2007 e revela um aumento de 1343 novas instituições autorizadas pelo MEC o que representa uma média anual de 134 novas Instituições de Ensino Superior Privado anualmente. Os dados revelam a resposta do mercado privado a uma demanda crescente no país.

BRASIL	
Região	Quantidade
Norte	122
Nordeste	362
Centro Oeste	230
Sudeste	983
Sul	335
TOTAL	2032

Quadro 8 - Quantidade de Instituições por Região Geográfica

O Quadro 8 expõe que 48% da oferta de cursos superior privado concentra-se na Região Sudeste, seguida pela Região Nordeste (19%); Região Sul (16%); Região Centro Oeste (11%) e Região Norte (6%) revelando a importância da Região Sudeste na formação profissional do país.

- REGIÃO SUDESTE:

► Das Instituições de Ensino Superior Privado - Modalidade Presencial

REGIÃO SUDESTE	
Estado	Quantidade
Minas Gerais	287
Espírito Santo	86
Rio de Janeiro	114
São Paulo	496
TOTAL	983

Quadro 9 - Distribuição por Estado

A Região Sudeste no cenário nacional, o Estado de São Paulo detém a maior concentração de Instituições de Ensino Superior Privado registrando um percentual de 50% das instituições, seguido por Minas Gerais (29%), Rio de Janeiro (12%) e Espírito Santo (9%). Entendemos que a relação quantidade/estado corresponde a fatores como: concentração populacional, por aquisitivo da população, concentração de renda no Estado etc.

► Dos Cursos de Serviço Social no Ensino Superior Privado na Região Sudeste – Modalidade Presencial

REGIÃO SUDESTE	
Estado	Quantidade
Minas Gerais	46
Espírito Santo	05
Rio de Janeiro	21
São Paulo	51
TOTAL	123

Quadro 10 - Distribuição por Estado

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da publicação eletrônica: Miolo - Sinopse Estatística da Educação Superior (2007). (DAES/INEP/MEC, online).

O Quadro 10 mostra a concentração de Cursos Privados de Serviço Social Presencial na região, temos os estados de São Paulo e Minas Gerais detendo 41% e 37% dos cursos respectivamente, seguidos de 17% no Rio de Janeiro e 5% no Espírito Santo. Os dados revelam a importância da formação privada em Serviço Social no contexto da região apontando para a relevância de estudos focados nesta realidade.

O conhecimento da realidade do ensino superior privado no país, a consciência de sua importância e prevalência no cenário nacional, somados à sua expansão, nas últimas décadas no Estado de São Paulo², corroboraram para a decisão final de realizar da investigação *apenas* nas Instituições Ensino Superior Privado, tendo como universo os limites geográficos deste Estado.

3.1.1.1 O Estado de São Paulo: aproximação com o cenário da pesquisa

a) Situando o leitor

Localizado na região Sudeste do Brasil, o Estado de São Paulo, composto por 645 municípios³ distribuídos em 42 regiões de governo e 14 regiões administrativas, concentra em seu território o maior pólo industrial do país, a maior densidade demográfica e é o centro econômico da federação.

Com uma população que ultrapassa atualmente a marca dos 40 milhões de habitantes, o Estado de São Paulo representa, detém a maior concentração populacional do país e a maior arrecadação financeira com o Produto Interno Bruto (PIB)⁴, mais significativo do Brasil, repetindo há décadas uma série histórica que, apesar das alterações ocorridas no país desde 2002 o estado permanece em primeiro lugar no ranking da escala econômica nacional.

² Os dados oficiais registram que 33 (trinta e três) dos 56 (cinquenta e seis) cursos de Serviço Social existentes no Estado de São Paulo entre públicos, privados, fundacionais, presenciais, semi-presenciais, em sistema de (EaD) foram iniciados no período de 2000 a 2008. (DAES/INEP/MEC, online).

³ Dados extraídos do Atlas da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados da Economia Paulista (SEADE)

⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, online).

Nos últimos 50 anos, o desenvolvimento tecnológico somado aos processos de descentralização política, empreendidos pelos governantes estaduais e federais a partir do final da década de 80, provocaram transformações socioeconômicas no país, iniciando um processo de “retorno” de grande massa populacional para cidades de médio porte localizadas em centros administrativos do estado. Este “movimento migratório” redistribuiu parcialmente a população, (re) povoando as cidades do interior.

As medidas políticas de descentralização administrativa, a instalação de parques industriais em cidades de médio porte do interior do estado, a busca por qualidade de vida, a fuga da violência que assola as grandes cidades do estado, potencializa o interior com aportes institucionais privados para atendimento, também em nível educacional, desta nova demanda.

A desconcentração industrial da região metropolitana re-configura o cenário econômico e social do estado. Neste contexto, com o aumento da população no interior do estado, temos o surgimento de demanda populacional para o Ensino Superior deslocada e distribuída pelas diversas regiões.

O Estado, no entanto, enquanto responsável pelo atendimento das necessidades e direitos da população, não se prepara adequadamente para o atendimento das novas demandas residente no interior, especialmente no campo da formação superior.

b) Desenvolvimento do Ensino Superior no Estado

A **Universidade de São Paulo (USP)** Em 1933, após a derrota do Estado de São Paulo na Revolução de 1932, um grupo de empresários da cidade de São Paulo, com o objetivo de formar intelectuais para gerir as instituições públicas, funda a - Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP).

Balizado pela mesma preocupação com o futuro e com a possibilidade de potencialização da organização do anarquismo civil no Estado, o então interventor Sr. Armando Sales de Oliveira cria em 1934 a Universidade de São Paulo (USP), primeira Instituição Pública de Ensino Superior do Estado, alinhando seu pensamento aos empresários da época.

Enquanto a ELSP se vocaciona para a formação de uma elite política, a USP prepara intelectuais para gerir escolas secundárias e para a formação de pesquisadores nas áreas

básicas. Atualmente, agrega 36 unidades de pesquisa e ensino destas, 24 se localizam na capital.

Atualmente a USP detém o maior número de vagas para cursos de graduação do Ensino Superior Público no país e figura no ranking das maiores formadoras de mestres e doutores do mundo.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

No final dos anos 50 início da década de 60, com a expansão do ensino superior no país, são fundados vários Institutos Isolados de Ensino Superior em diversos pontos do interior do Estado de São Paulo, regidos pela Secretaria de Educação, através da Coordenadoria de Ensino Superior de São Paulo (CESESP), criada em 1969, que assinalam o pioneirismo em Ensino Superior Público de qualidade no interior paulista.

No ano de 1975, a insatisfação com a forma de gestão e gerenciamento dos Institutos Isolados leva seus diretores a buscarem outras estratégias públicas de atendimento às necessidades organizativas da estrutura da modalidade de ensino que dirigiam e, em consonância com o Governo do Estado, deixam a Coordenadoria de Ensino Superior para assumirem uma direção própria na forma de Universidade.

Assim, em 1976, por determinação do Governador do Estado Dr. Paulo Egydio Martins, cria-se a UNESP, congregando 14 (quatorze) *campi* distribuídos pelo interior de São Paulo e agregando cursos de várias áreas do conhecimento. No ano de 2003, a UNESP se expande, cumprindo a política educacional de empreender ações que desenvolvam o Ensino Superior Público, criando novas unidades de ensino atualmente denominadas de *Campi* Experimentais.

Hoje, a UNESP se constitui como uma potencia nacional em pesquisas científicas, qualidade de ensino e formação profissional em diferentes áreas do conhecimento. Reconhecida internacionalmente pelas pesquisas que desenvolve, a UNESP figura entre as maiores e melhores faculdades do país, incorporando em seu meio acadêmico alunos de diferentes regiões do país, desenvolvendo projetos de extensão comunitária e cumprindo relevante papel na sociedade paulista.

No entanto, mesmo com a expansão dos *Campi* da UNESP e a ampliação de vagas na USP, o desenvolvimento do Ensino Superior Público no Estado não alcança a mesma velocidade do crescimento da sua população, que se propaga em função do, ainda intenso, fluxo migratório que São Paulo recebe de todo o país.

Assim, mesmo provido de 02 das maiores e melhores Universidades Públicas do país – USP e UNESP o Ensino Superior Público do Estado não atende a demanda populacional que ambiciona frequentar suas cadeiras.

Atualmente o Estado de São Paulo conta com 56⁵ cursos de Serviço Social autorizados pelo MEC, somados entre as modalidades: público, privado e fundacional.

Em relação ao número de instituições que oferecem curso de Serviço Social no Estado, da pesquisa documental realizada encontramos dados que nos permitiram a transcrição na forma gráfica que apresentamos no Gráfico 01 – “Categoria Administrativa”, revelando a não expansão do ensino público na área, confirmando a impossibilidade do Estado em atender a demanda existente.

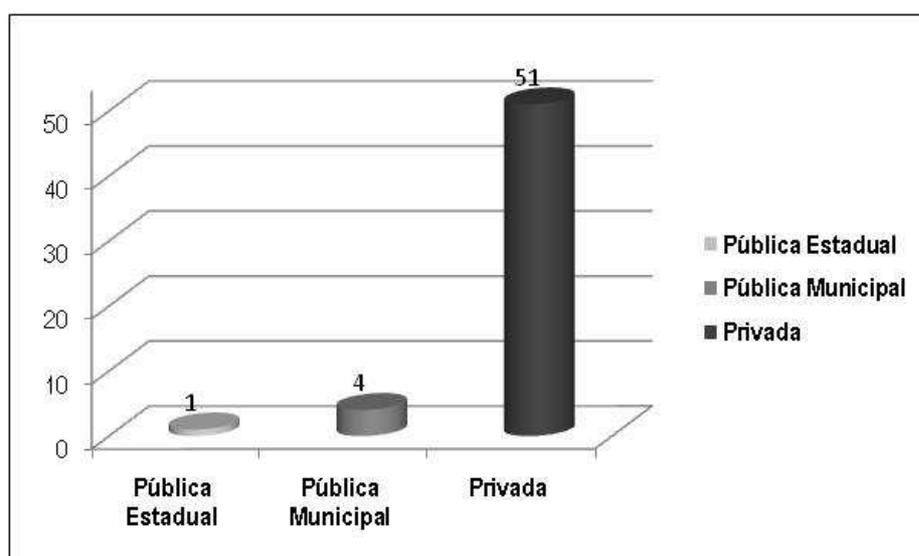


Gráfico 1 - Cursos de Serviço Social Por Categoria Administrativa

Fonte: Dados coletados do site MEC-INEP, ano de 2008. (DAES/INEP/MEC, online).

Ainda em referência a dados quantitativos, o Gráfico 2 (dois) revela dados que expressam a expansão do Ensino Superior Privado, autorizada pelo MEC, na expectativa de atender a demanda de alunos existentes para os Cursos de Serviço Social no Estado de São Paulo.

⁵ Dados retirados do site do MEC – INEP, ano 2008.

Dos 51 (cinquenta e um) cursos privados 01 (um) é de Ensino a Distância (EaD) (não presencial), sendo desconsiderado para fins deste trabalho. (DAES/INEP/MEC, online).

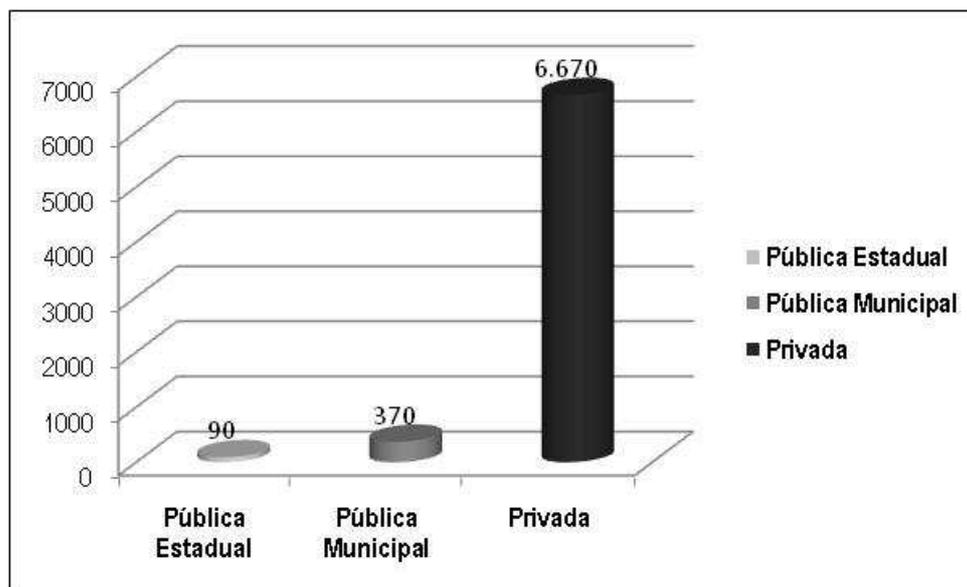


Gráfico 2 - Vagas Oferecidas Nos Cursos Por Modalidade Administrativa

Fonte: Dados coletados do site do MEC-INEP, ano de 2008. (DAES/INEP/MEC, online).

Berço da formação em Serviço Social; São Paulo é o Estado onde se instalou, na década de 30, a primeira escola de Serviço Social do país, sendo ainda o local onde se iniciaram os primeiros Cursos de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado na área.

Além da importância no cenário e na história política, social e econômica do país e da sua importância no contexto histórico do Serviço Social brasileiro, a escolha do Estado de São Paulo como universo para a pesquisa fundamentou-se também nos seguintes aspectos:

1. A importância histórica dos cursos de Serviço Social do Estado no cenário nacional;
2. A repercussão e influência da produção de conhecimento em Serviço Social notadamente iniciada nas escolas do Estado de São Paulo;
3. A atual importância dos cursos de Serviço Social do Estado de São Paulo no cenário nacional;
4. O grande contingente de pesquisas desenvolvidas nos cursos de Serviço Social do Estado de São Paulo, produzindo e renovando o conhecimento teórico, metodológico e prático da profissão com alcance nacional;

5. O aumento significativo de cursos de Serviço Social oferecido, nas instituições privadas do estado nas últimas décadas, conforme podemos confirmar no Gráfico 3 (três), demonstra a significância que a modalidade Ensino Privado tem para a formação em Serviço Social no Estado de São Paulo.

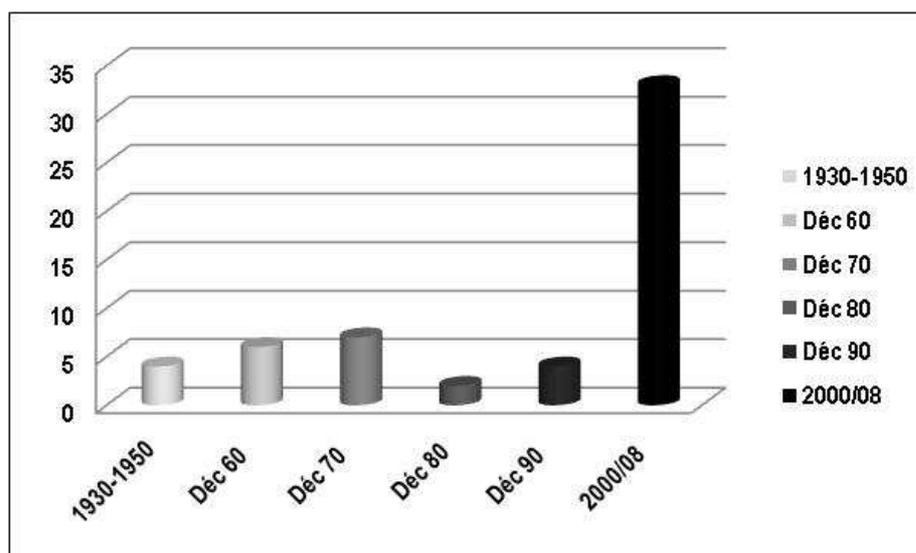


Gráfico 3 – Expansão de Cursos Privados de Serviço Social em São Paulo

Fonte: Dados coletados do site do MEC-INEP, ano de 2008. (DAES/INEP/MEC, online).

Assim, balizados nos elementos que validam a importância do Estado de São Paulo no cenário nacional e na história do Serviço Social e do Ensino Superior Privado no contexto da formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade, tomamos como universo territorial da pesquisa o Estado de São Paulo e como campo de investigação as Instituições de Ensino Superior Privado que oferecem curso de Serviço Social na modalidade presencial instaladas neste Estado.

Desta forma, tendo como objeto de estudo a consolidação da identidade do Serviço Social e como objetivo dar visibilidade aos elementos que contribuam para a concretude da identidade *do* Serviço Social expressos nas respostas ao questionário da pesquisa, tomamos como sujeitos os Coordenadores de Cursos de Serviço Social de Instituições de Ensino Superior Privado Presencial do Estado de São Paulo.

Partimos do pressuposto que a coordenação de curso figura como anteparo, mediador e articulador das novas exigências postas à formação, e emerge na estrutura da instituição de ensino como profissional do Serviço Social que “*a priori*” representa as lutas da profissão para a

qualificação e legitimação da ruptura com o conservadorismo, efetivando através da sua prática a concretude do movimento da categoria no sentido de consolidar a identidade reivindicada, construída e compreendida historicamente, conforme refere Martinelli (1993, p. 17):

[...] a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que se engendram e são por ela engendradas.

Neste enfoque, entendemos que a formação do aluno, profissional que efetivará a consolidação da identidade da profissão no exercício da prática, constrói-se também no “fazer” do coordenador de curso, permeada pela visão e apreensão dos elementos constitutivos que “ele” tem do Serviço Social, configurando a relevância de empreendermos análise desta visão da profissão.

3.1.2 A Amostra: quantificação e qualificação

Assente no cumprimento do método dialético, optamos por realizar pesquisa quantitativa, asseverando que conforme nos orienta Minayo sobre a abordagem dialética:

Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação de quantidade como uma das qualidades dos fatos e dos fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. (MINAYO, 2001, p. 24-25)

Assim, definida caracterização dos sujeitos, avançamos no sentido de definir a quantidade de coordenadores para a composição da amostra.

Certos de que no caso da pesquisa qualitativa a quantidade de sujeitos que compõe a amostra não é aspecto de determinante para o resultado final do trabalho, tomamos como assertiva o pensamento de Gil (1999) ao apresentar que o critério que determina o valor da amostra em pesquisa qualitativa é sua adequação aos objetivos do trabalho. Sustentados por este pensamento constituiu-se a amostra com os 18 questionários respondidos

voluntariamente pelos coordenadores no período de 30 dias contados a partir do envio por correio eletrônico (e-mail), do instrumental da pesquisa.

Temos então, uma amostra constituída aleatoriamente a partir da participação voluntária dos sujeitos que compõem o universo da pesquisa, observados os critérios já expostos.

3.2 Definição do Instrumento de Pesquisa e o Procedimento de Abordagem

A construção do instrumental e a abordagem do campo da pesquisa constituem etapas tão importantes quanto as fases que as sucedem.

A exploração teórica e epistemológica do problema detectado; o mergulho no seu interior, a dissecação das características que o compõem; o universo e os aspectos que o envolvem; as influências que sofre e as influências que determina no meio, enfim, a sondagem que precede o esforço de aproximação concreta do objeto e de seu contexto, por si só, constituem um exercício de pesquisa.

Este processo de (re)conhecimento do objeto e do problema é fundamental para a estruturação do arranjo científico sobre o qual se sustenta a definição das categorias de análise, os conceitos teóricos/filosóficos que iluminam a interpretação dos dados coletados a partir das indagações endereçadas ao sujeito pesquisado.

3.2.1 A escolha do instrumento da pesquisa

O processo para escolha do instrumental de coleta de dados foi permeado de reflexões e estudos sobre questões que envolvem a abordagem do sujeito, como: o tempo, a distância, os meios de envio possíveis e confiáveis disponíveis, a disponibilidade dos sujeitos para responder ao inquérito e a elaboração de questões que abordassem os conceitos sustentadores das categorias de análise de forma clara, específica e abrangente, permitindo sua compreensão pelos autores das respostas.

A construção das questões constituiu foco de especial atenção. Testamos a clareza, a inteligibilidade e a sua estruturação, realizando pré-testes aplicados a 03 (três) Coordenadores de Curso de Serviço Social de Fundações Municipais. A estes profissionais explicou-se a

importância da participação, análise e parecer sobre o instrumental, para a confiabilidade do trabalho.

Como já expusemos, preocupados com a extensão territorial do universo, e sustentando a opção quanti-qualitativa para a pesquisa, optamos pelo uso de questionário estruturado, composto de perguntas fechadas e perguntas abertas que permitissem ao sujeito inquirido expressar suas expectativas e opiniões, suas experiências, seu modo de ver a realidade, sua análise da conjuntura onde se dá a efetivação de seu trabalho, pois como revela Minayo (2001, p. 22):

A pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Neste enfoque, a pesquisa quanti-qualitativa apresenta a possibilidade de trabalhar com o objetivo/o real e com o subjetivo, mediando a realidade, o factual na inferência do nível da paixão, do sentimento, da emoção dos atores sociais, buscando-se na expressão da intervenção que este efetiva no real, a gênese da sua apreensão sobre fenômenos sociais.

Cuidamos, portanto, para que o instrumento da pesquisa atendesse às nuances da hipótese apresentada, viabilizando na prática concreta da pesquisa, a apreensão de elementos de fecunda e profícua análise.

Assim, o questionário foi elaborado com questões fechadas e abertas, em arquivo PDF de auto-preenchimento⁶, descartando qualquer possibilidade tanto de alteração do conteúdo do questionário, como dos dados inseridos pelo sujeito responsável pelo preenchimento do mesmo.

Vencido o prazo estabelecido para recebimento dos questionários (30 dias), antecedendo a realização da análise dos dados, elaboramos um sistema de codificação que nos permitiu preservar imagem das instituições participantes da pesquisa, guardando sigilo sobre as mesmas.

Desta forma, instituímos uma seqüência de 04 (quatro) letras maiúsculas que se repetem em todos os questionários, diferenciadas pela inserção de símbolo *underline* seguido

⁶ Com o arquivo PDF de auto-preenchimento, o documento fica protegido por uma senha sem a qual não se tem acesso ao texto do documento, sendo demarcados espaços definidos para a inserção de textos escritos.

de letra maiúscula na seqüência do alfabeto oficial brasileiro: QCSS_A, QCSS_B, QCSS_C, QCSS_D, QCSS_E, assim, sucessivamente.

Em seguida, efetivamos a organização das questões em 06 (seis) eixos, cada qual abordando especificamente um aspecto constitutivo dos elementos que se agruparão para a composição das categorias de análise, são eles:

1º Eixo - Dados Gerais: apresentado em gráficos, congrega os elementos de identificação dos sujeitos da pesquisa e de sua relação com a instituição, como: formação do coordenador, titulação, tempo de dedicação à coordenação, modalidade de contrato de trabalho, tempo de trabalho (na coordenação), processo de seleção etc.

2º Eixo - Refere-se ao Colegiado do Curso: nele buscamos apreender a representatividade do curso, constituição, competências, confirmando a participação e articulação discente/docente na organização da gestão.

3º Eixo - Focaliza a Coordenação do Curso: neste eixo buscamos conhecer e revelar as atribuições, articulações, competências dos coordenadores dos cursos pesquisados, na perspectiva de apreender qual das competências recebem maior ênfase na gestão: as políticas, as administrativas, as pedagógicas ou as funções institucionais.

4º Eixo - Do Serviço Social: focado no objetivo de captar a visão e os elementos constitutivos do Serviço Social na perspectiva do “olhar” do coordenador do curso, este eixo congrega os elementos destacados pelos sujeitos da pesquisa na sua apreensão da profissão.

5º Eixo - Do Projeto Ético Político: partindo do pressuposto que o Projeto Ético Político adquire concretude na expressão da prática profissional, que esta resulta da apreensão dos aspectos teóricos, éticos, políticos e metodológicos constitutivos da profissão e se efetiva na relação ensino-aprendizagem, empreendemos esforços no sentido de nos apropriar do entendimento que os Coordenadores de Curso têm sobre a sua consolidação.

6º Eixo - Da Identidade Profissional: entendendo que a identidade profissional se constrói tanto no processo acadêmico como nas relações que se realizam no espaço de

formação profissional e na relação que o aluno desenvolve a partir do início do processo de formação profissional, destinamos aos aspectos apresentados pelos Coordenadores de Curso, neste eixo, especial atenção na busca do seu entendimento acerca do processo de construção e consolidação da identidade *do* Serviço Social.

3.2.2 Procedimento de abordagem dos sujeitos

A primeira aproximação com o universo da pesquisa revelou a existência de 59 (cinquenta e nove) cursos de Serviço Social no Estado de São Paulo autorizados pelo MEC (Anexo B).

No portal MEC-INEP foi possível obter no item “Dados Oficiais” das instituições, os elementos de identificação dos cursos: endereço, telefone, e-mail, site, nome do dirigente, etc.

De posse destes dados, utilizando o recurso de telefonia via computador⁷ contatamos as instituições na totalidade do universo do Ensino Superior Privado do Serviço Social paulista (51 cursos), estabelecendo comunicação com o dirigente da faculdade (ou seu representante) a quem nos apresentamos, apresentamos a pesquisa e averiguamos a disponibilidade e interesse de participação da mesma.

Após confirmação do interesse, obtivemos telefone para contato direto com o coordenador do curso a quem seria enviado o questionário da pesquisa via correio eletrônico (email) e os documentos referente a realização da pesquisa.

Procedemos então o contato telefônico direto com os coordenadores. Novamente nos apresentamos, apresentamos a pesquisa e averiguamos o interesse e disposição em contribuir com o trabalho.

Considerando a amplitude e a extensão da área geográfica que circunscreve do universo de realização da pesquisa, após a abordagem (telefônica) de sensibilização e esclarecimento sobre os objetivos e conteúdo da investigação, utilizamos o correio eletrônico⁸ (opção consensual – e-mail institucional) como estratégia de encaminhamento dos questionários para os coordenadores, em consonância com o pensamento de Medeiros:

⁷ Para contato com as instituições utilizamos o serviço de ligações internacionais livres do sistema Voip – serviço *Just voip* - tendo em vista que o contato se efetivou no ano de 2008, período de realização do Estágio no Exterior como Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE).

⁸ Criamos o e-mail: **lecaclima_pesquisa@yahoo.com.br** para fins específicos de envio dos questionários e troca de correspondência com os Coordenadores de Curso que compõem o universo da pesquisa.

No que diz respeito ao ramo da Pesquisa Científica, a Internet tem representado um ambiente essencial, não somente para propagação da informação, mas para a cooperação entre instituições. Ela permite ao profissional [...] pensar globalmente e gerar com maior eficiência e rapidez, produtos de valor para a comunidade. (MEDEIROS, 2003, online).

Tomados os passos iniciais, empreendemos ação para a “hospedagem” do questionário em site⁹, permitindo aos coordenadores a opção de auto-preenchimento e envio automático do material para o Banco de Dados que “recepcionaria” as respostas do questionário “hospedado”.

Para compilação dos dados coletados criamos Relatório de Dados (Apêndice D) utilizando recurso de informática do Programa Microsoft Office Access que permitia a visualização das respostas de forma clara, facilitando o aprofundamento da análise e possibilitando ao investigador perscrutar pelo universo do “não dito”, das entrelinhas das respostas. Relatório favorece a leitura analítica dos conteúdos expressos nas respostas dos sujeitos da pesquisa.

Enviamos então, e-mail aos Coordenadores dos Cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Privado do Estado, contendo orientações sobre a pesquisa (Apêndice B), documento emitido pelo Programa de Pós Graduação da UNESP confirmando a matrícula da pesquisadora no programa (Anexo A), endereço do site “hospedeiro” do questionário, cópia do questionário anexado (Apêndice C), e orientações sobre o preenchimento pois conforme explicita Barros (1988, p. 50):

Os questionários remetidos *pelo correio*¹⁰ devem trazer todas as instruções ao pesquisado. Esta carta explicativa deve motivar o informante a expressar-se com clareza e profundidade demonstrando a importância de colaboração do pesquisado. A carta deve trazer em si um apelo ao leitor. Nela o pesquisador deve esclarecer o que é a pesquisa, seus objetivos e destino final. Ela deve ser breve, porém conter todas as instruções necessárias para o preenchimento do questionário, garantindo o anonimato.

Enviamos e-mail para as 51 (cinquenta e uma) instituições que compõem o universo do Ensino Superior Privado de Serviço Social do Estado de São Paulo, para, a partir das repostas recebidas em 30 (trinta) dias, contados da data do envio do e-mail, constituirmos a amostra.

⁹ O questionário foi hospedado no site: <http://altbai.100webSPACE.net/PesquisaCampo.html>.

¹⁰ Grifamos o termo, pois, na altura de publicação da obra o correio eletrônico não se constituía em ferramenta de comunicação acessível como nos dias atuais e a forma de remessa de correspondência se efetivasse apenas através do correio tradicional. Desta forma o abordamos na abrangência de seu significado adaptando-o aos dias atuais.

Recebemos 18 (dezoito) questionários preenchidos com os quais construímos o Relatório de Dados para análise.

3.3 Tratamento dos Dados

3.3.1 Apresentação e Análise

A busca de respostas para as indagações que originaram este estudo e para aquelas que surgiram ao longo do seu desenvolvimento permitiram a aproximação necessária para o conhecimento da realidade das instituições de Ensino Superior pesquisadas.

A organização das respostas nos 06 (seis) eixos iniciais permitiram a estruturação de um relatório onde os dados se apresentam de acordo com o relato dos coordenadores. A leitura exaustiva do relatório numa aproximação apurada dos conteúdos expressos explícita e implicitamente conduziram para a percepção dos elementos fundantes do pensamento dos coordenadores, contribuindo para a legitimação das categorias de análise que a priori emergiam na construção teórica do trabalho.

O desencadeamento das idéias que surgiram das fontes teóricas reunido aos elementos extraídos dos questionários apontou para a análise dos dados a partir das categorias: Conjuntura Social Brasileira, Serviço Social, Projeto Ético Político e Identidade Profissional, contextualizando-as e apreendendo a dimensão da inter-relação e articulação que se estabelece entre elas.

No entanto, o processo dinâmico da sociedade e a dialética que encaminha esta pesquisa asseveram a ruptura com a classificação estática das categorias desta forma o trabalho foi conduzido na valorização e emergência do *processo* de articulação entre elas para a frutificação da análise.

Na articulação das categorias buscamos entender o processo de consolidação da identidade da profissão no contexto da formação acadêmica contemporânea do Serviço Social, respondendo às inquietações sobre as quais balizamos a pesquisa.

Inicialmente elencamos 03 (três) aspectos dos Dados Oficiais e os elementos referentes à formação do Colegiado do Curso para apresentar em forma de gráfico o cenário onde se efetiva a formação acadêmica em Serviço Social no Estado de São Paulo. Apresentar

o “terreno” ou campo onde se efetiva a pesquisa situa o leitor no universo investigado, oferecendo a possibilidade de construção imaginária do cenário da formação com elementos extraídos do real.

A “escolha” destes dados se fundamenta na importância da categoria Coordenação de Curso no contexto da formação profissional e como foco central desencadeador do processo desta investigação, apresentamos também o gráfico da formação do Colegiado do Curso nas instituições por seu papel junto à Coordenação.

Na perspectiva que apreendemos os elementos de estudo deste trabalho, entendemos que a *titulação* do coordenador significa não somente a dedicação à produção do conhecimento, mas também a maturidade que o profissional obtém na reflexão “provocada” pelo processo de construção e re-construção da base epistêmica do pensamento sobre o qual edifica sua visão da profissão, re-configurando o entendimento das bases referenciais do Serviço Social.

No mesmo processo de análise, destacamos o tempo de dedicação ao agir profissional no atendimento específico das demandas da coordenação, sejam elas políticas, pedagógicas ou acadêmicas, institucionais ou gerenciais.

Entendemos que o cargo de coordenação exige, pela sua responsabilidade geral, carga horária de dedicação exclusiva, permitindo ao coordenador apreensão dos problemas específicos da gestão, bem como a possibilidade de reflexão e análise na busca de respostas para a construção pedagógica do processo ensino-aprendizagem.

O tempo de dedicação às atribuições pedagógicas permite a efetivação da práxis profissional do coordenador consoante com as Diretrizes Curriculares e com as orientações dos atos que legalizam a ação profissional, constitutivos do perfil profissional exigido pelo momento atual.

A vivência acadêmica e o estreitamento das relações com o Colegiado do Curso, com os discentes e demais equipes da instituição permite uma visão abrangente da realidade institucional, possibilitando a reflexão crítica necessária à condução do trabalho.

Desta forma apresentamos, em gráficos, o cenário das instituições com elementos abstraídos dos questionários relacionados com a conformação do cargo de Coordenação de Curso e do Colegiado do Curso.

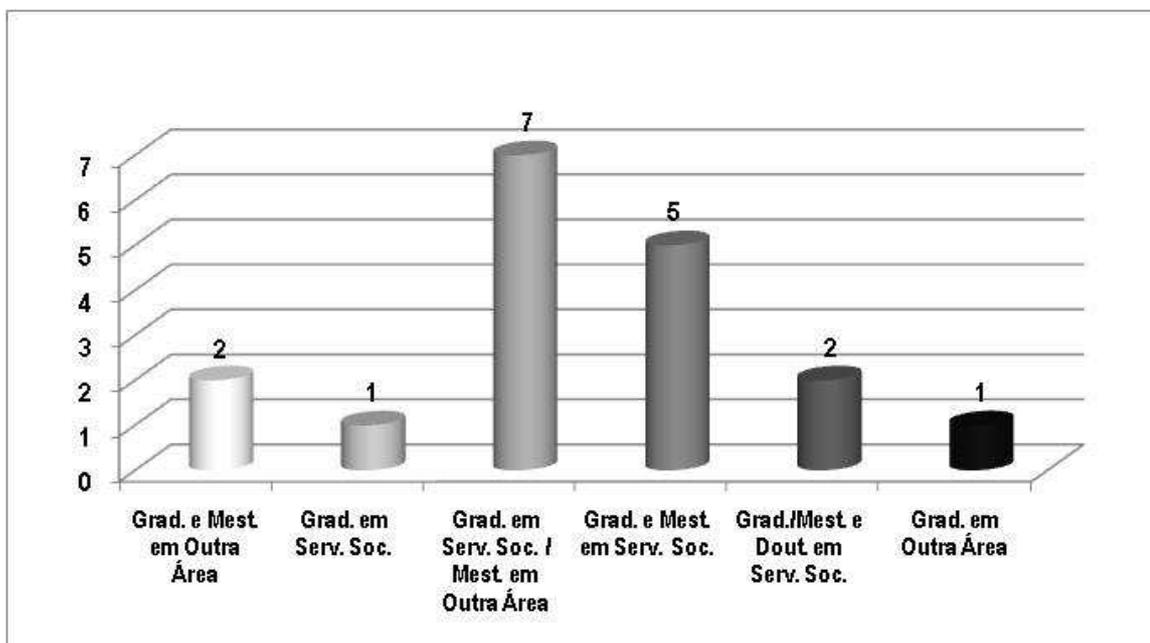


Gráfico 4 - Da Formação e Titulação do Coordenador

A pesquisa revela que 39% dos coordenadores são graduados em Serviço Social com Mestrado em outra área, seguidos de 29% com graduação e mestrado em Serviço Social.

O expressivo percentual de coordenadores com titulação de mestre (57%) demonstra a valorização específica do título de mestre para profissionais ligados à área acadêmica. Entretanto, quando analisamos a área da titulação registramos que o percentual de títulos (mestre) em Serviço Social fica abaixo do índice de titulação em outras áreas, este dado se torna preocupante ao revelar que titulação em Serviço Social não representa é condição prioritária para a gestão dos Cursos. A pesquisa apresenta apenas 11% dos pesquisados com graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social.

Estes percentuais, analisados a partir da realidade atual do Ensino Superior Privado no Brasil revela aspectos importantes da realidade paulista, dos quais destacamos:

1. Prevalência de contratação de mestres e especialistas tanto para a coordenação de curso como para a docência, em detrimento dos possuidores de título de doutor, balizada pelo valor da hora de trabalho significativamente inferior, expressando que as questões financeiras (custo/lucro) invariavelmente refletem nas questões pedagógicas.
2. A inexistência de obrigatoriedade legal sobre percentuais de especialistas, mestres e doutores para composição de equipes docentes no ensino privado, sendo

atualmente apenas uma *orientação* do MEC os percentuais de 30% entre mestres e doutores e 70% de especialistas nos cursos de graduação, somado a questões financeiras das instituições, revelam a tendência cada vez maior de retração do mercado para docentes titulados.

3. A possibilidade de ocupação do cargo de coordenação por profissional sem titulação e sem experiência docente, sem vivência do cotidiano acadêmico.

Estas tendências, neste segmento do mercado de trabalho, podem comprometer o resultado final da formação profissional, tendo em vista que o processo de formação acadêmica (graduação) não garante a maturidade teórico-científica necessária para atender as demandas do cargo de coordenação de curso e sendo a formação acadêmica para bacharel, a matriz curricular do curso não contempla disciplinas ligadas à prática do ensino.

Desta forma, no primeiro grupo o percentual (muito significativo para o que representa) chama a atenção para 02 (dois) aspectos que compõem o debate contemporâneo do Serviço Social:

1. A ocupação do cargo de coordenação por profissionais de outras áreas o que contraria tanto as orientações do conjunto CEFESS-CRESS, que defendem e buscam garantir que os cursos de graduação em Serviço Social sejam coordenados especificamente por Assistentes Sociais, e
2. A desvalorização da titulação em Serviço Social, pelas instituições de ensino, para ocupação do cargo de coordenador e conseqüentemente para o processo de formação em na área revela uma desconsideração da necessidade de conhecimentos específicos das bases teóricas e metodológicas da profissão como fatores indispensáveis para a qualificação dos cursos.

No segundo grupo, se somarmos os coordenadores com graduação e titulação (mestrado/doutorado) em Serviço Social, temos o mesmo percentual (11%) que, considerando que representa a quantidade de profissionais na coordenação de cursos com formação e titulação específicas na área, torna-se excessivamente baixo e corrobora com a análise já apresentada.

Entendemos que a *tendência* atual do Ensino Superior Privado de diminuir de seus quadros a representatividade de professores mestres e doutores na condução dos cursos presenciais pode comprometer o processo de consolidação da identidade de profissão, o fortalecimento da categoria no cenário das intervenções sociais e o comprometimento com a mudança social, expressa no texto e processo de construção do Projeto Ético Político da Profissão.

Considerando que o conhecimento das bases teóricas e metodológicas da profissão são de domínio exclusivo do Serviço Social, verificamos que a tendência de ocupação do cargo de coordenação por profissional de outra área pode comprometer a concretude do projeto de formação profissional perfilado no contexto das demandas contemporâneas da profissão.

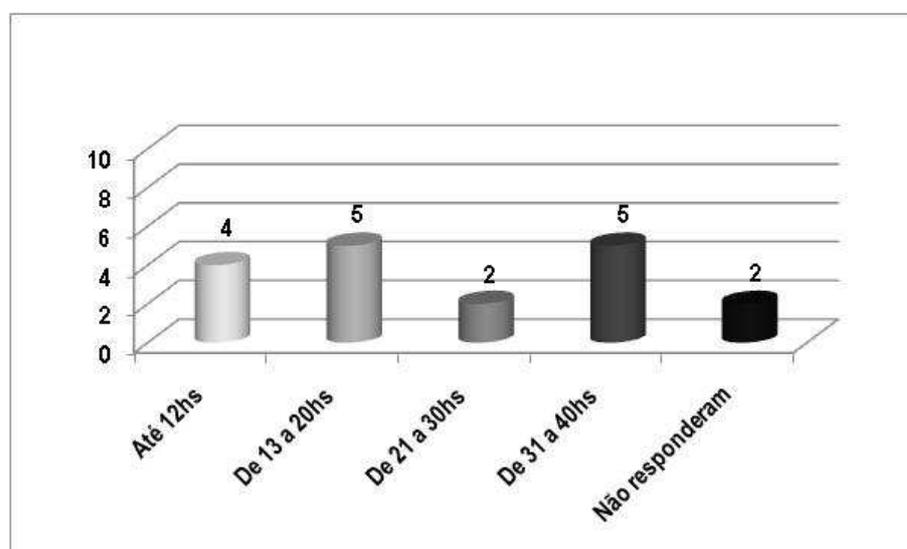


Gráfico 5 - Do Tempo de Dedicção à Coordenação

Apresentado pelos coordenadores como uma das maiores dificuldades do cargo, o tempo de dedicação à coordenação, figura como um fator negativo, pois a jornada oficial estipulada pela instituição não atende a real necessidade de trabalho.

O gráfico demonstra que em 50% das instituições participantes da pesquisa, a jornada de trabalho dos coordenadores é parcial (todos acumulam a docência) e muitos revelam que a dedicação de fato excede o tempo estabelecido no contrato, legitimando horas “gratuitas” de trabalho.

O tempo escasso também compromete a dedicação exclusiva à questões pedagógicas do curso, tendo em vista que a participação em organização de eventos institucionais,

comissões e comitês internos; obrigações inerentes ao cargo demandam quantidade excessiva horas de trabalho e dedicação, impactando o compromisso pedagógico.

A dedicação parcial/reduzida à coordenação do curso somada à sobrecarga provocada por demandas não pedagógicas e aos contratos de “horista”¹¹ para docentes, representam na ótica dos coordenadores, elementos dificultadores da ação da coordenação para a efetivação das necessidades pedagógicas dos cursos.

Neste sentido a concretização de tarefas relacionadas à análise da realidade específica da instituição pode ficar comprometida, dificultando a construção consistente de políticas de ensino que contemplem o acompanhamento e legitimação de espaços para a articulação do colegiado em processos de estudo dos nexos formadores das disciplinas conforme orientação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

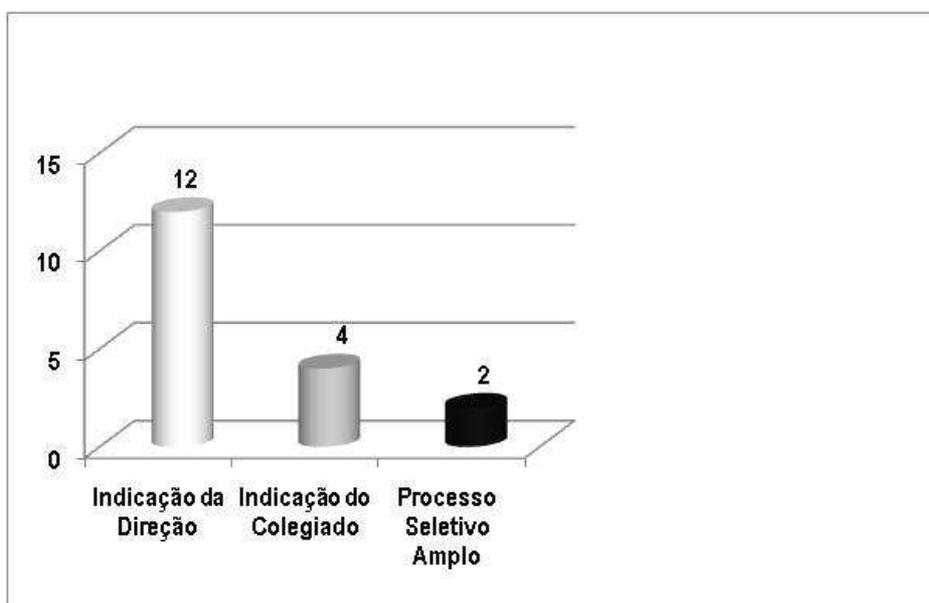


Gráfico 6 - Processo de Seleção para Coordenação

Partindo do pressuposto que a assunção ao cargo de coordenação deveria ser balizada na análise de currículo (titulação), experiência docente (prova didática), avaliação de conhecimentos específicos dos elementos teóricos, éticos, metodológicos, políticos e práticos da profissão (prova escrita) ou, em indicação/eleição pelo Colegiado do Curso, o gráfico revela uma situação inquietante no Ensino Superior Privado no Estado de São Paulo.

¹¹ Não existe regulamentação oficial que defina obrigatoriamente o “tipo” de contrato do trabalho docente no Ensino Superior Privado, variando de acordo com determinações internas da instituição, as Comissões de Pareceristas do MEC *apenas* verificam a existência de registro em carteira de trabalho – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não interferindo no mérito da modalidade contratual.

Em 67% das instituições a assunção ao cargo dá-se por indicação da Direção, que nem sempre prioriza aspectos como conhecimento e prática.

Estudos apontam que, considerando o acirramento do mercado, a expansão do ensino, a proliferação de cursos somados a novas modalidades de ensino (semipresenciais, ensino a distancia), as instituições tendem a valorizar aspectos do perfil profissional que indicam potencialidades políticas/administrativas em detrimento de capacitação, experiência e conhecimentos teóricos, éticos, políticos, práticos e metodológicos da profissão.

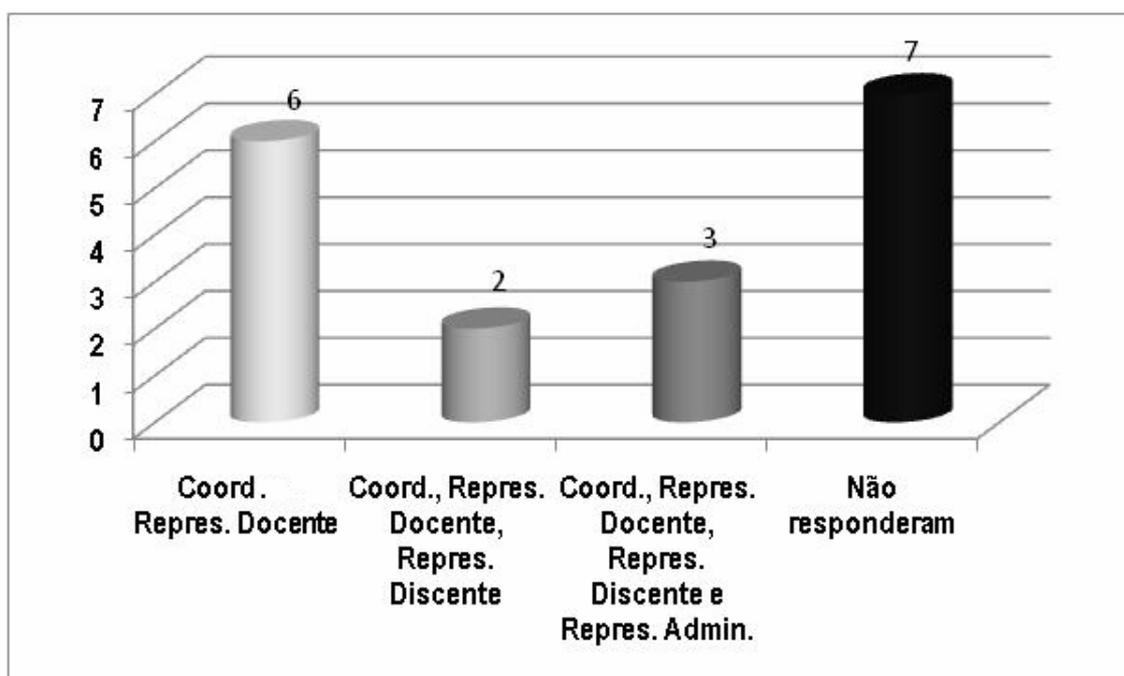


Gráfico 7 - Formação do Colegiado

O Colegiado do Curso constitui-se formalmente na instituição como órgão que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso, destacamos dentre suas atribuições:

- Acompanhar e avaliar a execução didático-pedagógica na implantação dos currículos, tendo como foco principal a qualidade do ensino;
- Propor modificações de currículos plenos e programas, considerando as exigências da formação profissional pretendida;

- Estabelecer os objetivos do curso e traçar o perfil profissional correspondente;
- Discutir e promover o debate de temas pedagógicos e científicos ligados ao curso, planejar e avaliar no foro interno as atividades acadêmicas no âmbito da formação, propor a organização do currículo pleno, obedecendo ao currículo mínimo;
- Promover a integração dos programas das disciplinas e seus planos de execução.

Entendemos a relevância do Colegiado do Curso sustentada pela significação da representatividade docente no âmbito institucional e com constituição majoritária de docentes da área específica do Serviço Social, temos também a legitimação da representatividade do Serviço Social, como categoria profissional, no contexto institucional.

A presença do Colegiado e o elenco de suas atribuições fortalecem as ações do Coordenador e democratizam a gestão pedagógica no curso.

No entanto, os dados apresentados revelam que significativo número de participantes - 39% - não responderam à questão, este traço pode revelar a ineficácia ou pouca efetividade do Colegiado do Curso nas Instituições de Ensino Superior Privado, podendo ser uma configuração apenas protocolar, sem efetividade ou autonomia para a ação. Em 17% das instituições a composição do Colegiado do Curso conta com representante do corpo administrativo, o que pode configurar elemento de inibição da categoria docente. Em 28% das instituições aparece a representação discente, retratando iniciativas que asseguram a participação das 03 (três) esferas que constituem o processo ensino-aprendizagem, versando sobre a formação do Colegiado com representatividade dos envolvidos na formação acadêmica, possibilitando que as discussões tenham abrangência e alcance mais efetivos.

3.3.2 Consolidação da Identidade da Profissão: interpretação e discussão dos resultados

3.3.2.1 *A Conjuntura Social Brasileira: o espaço de inquietações, de construção histórica e de legitimação da práxis profissional*

A responsabilidade de ir além da compreensão superficial da vida cotidiana impressa na competência da investigação nos encaminha ao mergulho necessário para a configuração do cenário macro-social onde se revelam as questões abordadas neste estudo.

Imersa no processo de globalização que assola o mundo, a conjuntura brasileira se revela devassada pelos efeitos desse *paradigma*, forja seus tentáculos e se firma no mundo pós-moderno.

A expressão globalização surgiu nos anos 60, porém como a conhecemos hoje, assentada em fatores econômicos, teve seu início nos anos 80 com a integração em nível mundial das relações econômicas, criando uma interdependência entre os povos e as nações. Na perversidade da interdependência, as potências econômicas enriquecem à custa do empobrecimento dos países periféricos e do enfraquecimento do Estado nacional, desregulamentando ou extinguindo direitos sociais.

Ao retrair-se no atendimento de direitos sociais da população, o Estado emerge como um promotor do fosso da desigualdade social no país, que se amplia e se aprofunda com o avanço das mudanças tecnológicas que se consolidam nos anos iniciais do século XXI.

Na tentativa de atenuar os trágicos efeitos do capitalismo, criam-se mecanismos políticos para neutralizar os resultados da ineficiência do Estado no atendimento das demandas sociais que emergem das relações que se estabelecem no campo do trabalho e se incide no espaço social mais amplo, invadindo o cotidiano da classe trabalhadora.

Disfarçada por discursos que mesclam direitos sociais com deveres da sociedade civil, a política impetrada no país atualmente forja o modelo neoliberal e perverte os direitos sociais legalmente garantidos em programas de atendimento à população cada vez mais afastada dos bens produzidos pelas próprias mãos.

Os efeitos da globalização não se circunscrevem apenas no espaço econômico da nação, invadem os diferentes campos da vida social (KUNSCH, 1997, p. 135) e tal efeito “[...] está alterando completamente os comportamentos e funciona como um novo paradigma para entender o mundo de hoje.”

A globalização pode ser entendida como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes da tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância, e vice-versa. Este processo é dialético porque essas ocorrências locais podem ir numa direção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram. A transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo. (GIDDENS, 1996, p. 45).

Assim, a globalização aventada na década de 60, ganha força nos anos 80, se potencializa na década de 90 e o mundo chega ao novo milênio *verdadeiramente globalizado*.

A globalização na esfera econômica dita normas ao neoliberalismo que, imerso em peculiaridades definidas pelo econômico, altera a vida cotidiana da população e desvirtua a construção de uma nova ordem social. Em suas particularidades o neoliberalismo, no território brasileiro, faz emergir um Estado protetor que, na ânsia de atender grandes grupos econômicos, se omite de responsabilidades efetivas e soluções eficazes no terreno das necessidades fundamentais da população.

No campo da educação, direito fundamental da população, impresso na Carta Constitucional de 1988, o Brasil apresenta uma política educacional no universo da formação superior que revela a ineficiência e desinteresse do Estado em atender a demanda populacional de estudantes na esfera do ensino público. Em contrapartida, estabelece política permissiva de expansão da esfera privada, criando no espaço da formação profissional a livre concorrência de mercado que permeia as relações econômicas neoliberais, invadindo o espaço educacional.

Ao redefinir o significado de termos como “direitos”, “cidadania”, “democracia”, o neoliberalismo em geral e o neoliberalismo educacional, em particular, estreitam e restringem o campo do social do político, obrigando-nos a viver num ambiente habitado por competitividade, individualismo e darwinismo social. Quando “a democracia educacional é redefinida como democracia de consumo no supermercado educacional” (Kenway, 1993, p. 116), há uma redução das formas de pelas quais podemos esperar construir um futuro baseado na discussão e crítica pública, coletiva e democrática das desigualdades e injustiças sociais da presente configuração social. (GENTLLI, 1994, p. 22, grifo do autor).

O aspecto mercadológico que invade e se firma no universo da formação profissional se revela na expressão dos coordenadores de curso, configurando a base das dificuldades que se apresentam na efetivação da práxis profissional:

As maiores dificuldades encontradas no meu desempenho na coordenação se dá (sic) pela conjuntura em que o país vivencia a crise econômica, as políticas escassas para a área de Educação, isso, considerando o ensino precário que os alunos vivenciam na educação infantil, fundamental e média, que se estende aos níveis universitários. Além, é claro, das propostas de contenção de gastos das IES, incluindo a que me encontro, que preconizam a quantidade, em detrimento da qualidade, se valendo da legislação vigente no país (LDB, 1996) para nos "impor" propostas de matrizes curriculares que assegurem 20% dos cursos presenciais on line [...]. (QCC-B).

A falta de investimento do Estado no ensino, que marca a história da educação no Brasil nas últimas décadas do século passado, imprime reflexos na qualidade da formação profissional.

O nível precário de escolaridade e as políticas empreendidas no ensino fundamental e médio se constituem em elementos que comprometem a capacidade de apreensão de conteúdos que compõem o processo de formação acadêmica em Serviço Social.

O sucateamento do Ensino Superior Público, num tempo em que o mundo globalizado” exige do potencial produtivo da população, formação técnico-científica e pluralidade de conhecimentos, expressa o paradoxo que se instala no país. De um lado o mercado cada vez mais exigente em níveis e padrão de formação e capacitação profissional, de outro um Estado que se omite de oferecer a população educação pública de qualidade em número suficiente para atendimento da demanda existente.

No entanto, validando o Estado Neoliberal na contrapartida dos baixos investimentos no Ensino Superior, o Estado legitima a instalação desenfreada de cursos, em proporção maior do que a sua capacidade de avaliação e acompanhamento: “A instalação de novas universidades (IES-Institutos de Ensino Superior) privadas tem sido a política do governo federal, mesmo a revelia de comissões de especialistas que trabalham como consultoras para a avaliação de processos de criação de novas universidades (IES).” (WANDERLEY, 1998, p. 9).

A política expansionista do Ensino Superior Privado não pode ser sinônimo de comprometimento da qualidade, a diversidade de categorias administrativas¹², modelos de ensino, possibilidade do exercício da docência em nível superior em cursos privadas sem exigência de formação para o ensino ou aprofundamento em cursos pós graduação *lato* ou *stricto sensu*, tem instituído uma pluralidade de padrões de ensino em Serviço Social, que mesmo cumprindo “*de direito*” as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, não podemos garantir

¹² No Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) legitima em seu texto 04 (quatro) categorias administrativas: 1)particulares em sentido estrito; 2) comunitárias; 3) confessionais e 4) filantrópicas. (Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

que “*de fato*” que a formação atual, na totalidade dos cursos, expressem o perfil explícito na conformação do projeto ético político da profissão e efetivamente comprometido a negação do projeto societário hegemônico.

[...] diferentes visões de universidade (cursos superiores) seguem coexistindo não apenas no Brasil, mas no âmbito internacional e estão enraizadas no movimento histórico da sociedade e na compreensão das mudanças que acontecem no mundo contemporâneo, impulsionadas pela revolução científica e tecnológica, num contexto de globalização da produção de mercados. (WANDERLEY, 1998, p. 7).

Assente nas fortes exigências da complexa sociedade pós-moderna, que requer profissionais com competências específicas, críticos e eticamente comprometidos com a realidade brasileira, com o Projeto da Profissão e com a consolidação da identidade reivindicada pela profissão; a formação em Serviço Social se imprime de exigências que asseguram a validação do seu processo histórico de formação, balizado em fundamentos teóricos metodológicos que o afastem da prática conservadora e se comprometa efetivamente com o conjunto da sociedade.

Permeada por limites estruturais que se engendram no ensino superior privado no Brasil a Coordenação de Curso de Serviço Social, adensa sua visão da conjuntura brasileira apreende a gama de dificuldades pedagógicas e administrativas que surgem no cotidiano da gestão acadêmica revelando o elenco de limites e dificuldades a serem superados no processo ensino-aprendizagem, na perspectiva pedagógica da função.

Superar a fragmentação do processo ensino-aprendizagem, imprimir qualidade a pesquisa extensão, trabalhar a interdisciplinaridade de forma a possibilitar o diálogo entre as disciplinas, qualificar o estágio supervisionado, enfrentar os problemas de infra-estrutura, insuficiência de recursos, instalações precárias, número elevado de aluno por turma, figura do professor horista que tem sua disponibilidade comprometida, a ausência de um plano de carreira, etc. (QCC-A).

[...] número restrito de professores em carreira docente, uma vez que o maior nº de professores são horistas [...]. (QCC-M).

Apreensão explícita sobre o processo de formação contemporâneo se revela diluída na ação cotidiana onde a sobrecarga de competências administrativas e compromissos institucionais ganham vulto, diante do acirramento do mercado e da necessidade de preservação do espaço de trabalho.

[...] ausência de estrutura administrativa própria do curso, o que propicia sobrecarga de trabalho à coordenação [...]. (QCC-M).

[...] dificuldade encontrada refere-se ao tempo de dedicação à coordenação, este tempo é muito pequeno para fazer-se cumprir todas as responsabilidades da coordenação do curso [...].(QCC-E).

[...] excesso de ações burocráticas; Insatisfação dos docentes quanto à remuneração do valor de h/a; Falta de investimento em h/a remunerada para atividades de pesquisa e extensão [...]. (QCC-H).

O fantasma da instabilidade profissional que assombra a classe docente no universo das instituições privadas é um fator não revelado, mas permeia o cotidiano docente no Ensino Superior Privado e preocupa professores e coordenadores.

A queda no número de alunos quase sempre implica em compulsória redução de custos e suspensão de investimentos que invariavelmente significam: troca de professores qualificados por profissionais sem experiência ou qualificação compatível com a docência com valor de hora/aula inferior, achatamento ou suspensão de ajuda de custo, subsídios para participação em eventos científicos, suspensão de incentivos a pesquisa.

Por ser um curso de instituição privada, as dificuldades estão no campo do ensino superior no país: concorrência regional com outros cursos, principalmente com cursos a distância; trabalhar com alunos ingressantes com formação precária; fidelizar o aluno no curso tendo em vista, principalmente, as dificuldades financeiras; desenvolver pesquisa na área do Serviço Social; não poder contar com uma equipe ampla de professores com dedicação para o curso. (QCC-I).

Neste contexto, ações que possam fazer frente no enfrentamento da questão mercadológica que invade o Ensino Superior Privado no país, sustentada pela omissão do Estado, e que pode comprometer a formação e o futuro do Serviço Social como categoria de intervenção comprometida com o projeto societário de construção de uma nova ordem social, se pulverizam em soluções pontuais, de pouca relevância ou significação para o contexto coletivo da profissão.

No âmbito da coordenação sentimos drasticamente os efeitos destas políticas e nos colocamos na linha de frente da discussão, enfrentando, contrapondo e nos colando como os “empecilhos” para a proposição de políticas de ajuste e contenção de gastos. Os limites se encontram também, no momento em que a categoria política do Serviço Social, ainda encontra-se, sem forças políticas de interferir juridicamente nas “procriações” de inúmeras IES e de cursos a distância. Sinto que os limites precisam ser superados para além de notas de

repúdio e, sim, articuladamente, e do ponto de vista para além do político, instituir mecanismos jurídicos de confronto com essa realidade precária em que nos encontramos. Outros limites se associam a carga horária restrita e também o acúmulo de atividades exercidas: professora, coordenadora, "divulgadora" do curso, etc. (QCC-B)

A preocupação expressa pela maioria dos coordenadores na pesquisa endossa um dos pressupostos deste trabalho e corrobora com a inquietação da autora em que pesem os rebatimentos de questões financeiras sobre a formação e a consolidação da identidade *do* Serviço Social, componentes indissociáveis do compromisso assumido pela categoria na constituição do Projeto Ético que conforme assevera Sant`Ana (2000, p. 84) “[...] trata de valores e finalidades, e isto significa escolha, compromisso e responsabilidade para com a construção de uma nova ordem societária [...]”

3.3.2.2 Formação Profissional: espaço de (re)conhecimento do Serviço Social e a identidade da profissão

Numa sociedade pós-moderna, neoliberal, globalizada, o Serviço Social contemporâneo, resultante legítima do processo dialético instaurado no seio da própria profissão, reconhece-se como categoria e vislumbra a possibilidade de concretizar o seu vir a ser profissional.

O marco da redefinição do projeto profissional na década de 1980 teve o tratamento dispensado ao significado social da profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Destacou-se a historicidade do Serviço Social, percebida na dinâmica das relações de produção e compreendida a profissão como processo, em que se transformam ao transformarem-se as condições nas quais se inscreve. Contextualizou-se o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão. (RODRIGUES, 2004, p. 13).

Diante do contexto sócio-educacional explícito na sociedade brasileira, frente aos impasses e limites colocados pela conjuntura, o Serviço Social como categoria assume que a formação para o profissional contemporâneo, sob as diretrizes da ABEPSS e orientado pelo Projeto Ético Político, move-se entre a política privatista da educação superior imposta pelas exigências do mercado e a resistência definida pela afirmação do compromisso profissional com a democracia e a ruptura com a hegemonia do capital.

No entanto, a pesquisa revela que em sua maioria os coordenadores de curso, ao serem questionados sobre seu o papel do coordenador, expõem suas atribuições com foco nas competências regimentais. Ao “falar” sobre o seu papel profissional na instituição, 67% deles se prendem nas atividades burocráticas em ações administrativas legalmente definidas (regimentais).

Atender às demandas de ordem pedagógica, disciplinar ou administrativa [...] supervisionar, controlar e orientar o desenvolvimento das atividades acadêmicas. (QCC-D).

[...] dar todo o respaldo e subsídios necessários para o corpo docente na execução de “um bom trabalho” dentro do curso [...] fazer prevalecer entre os alunos do curso o comportamento ético e moral; dar todo o apoio administrativo à instituição de ensino. (QCC-F).

[...] responsável pelo planejamento, avaliação e “monitoramento” do Projeto Pedagógico do Curso. Realizar o acompanhamento de abertura de turmas, responder por toda parte administrativa e acompanha e supervisiona toda vida acadêmica dos discentes. (QCC-H).

[...] responsável político e administrativamente pela condução do curso e suas atividades, sempre em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Estatuto da Instituição. (QCC-J).

As falas destes coordenadores evidenciam as atribuições administrativas ou institucionais, expressando no discurso legalista a relevância e o destaque destas no âmbito das competências da coordenação.

Entendemos que a focalização nas práticas administrativas pode expressar uma possível e implícita hierarquização das atribuições nas IES pesquisadas, empreendida pela própria Instituição.

Certificamos que a priorização de ações administrativas *pode distanciar* o Coordenador de ações que forjem no curso a marca do Serviço Social contemporâneo na perspectiva do projeto de formação profissional cravado em fundamentos éticos e políticos que registrem a identidade da profissão.

Constamos que ao relatar sobre o papel da coordenação no âmbito do curso, 23% dos participantes referenciaram o trabalho articulado ao Projeto Ético Político da Profissão, expressando com clareza a consciência do comprometimento com a profissão.

Para além das atribuições exigidas pela IES ao coordenador de curso, avalio que o papel, de coordenador se efetiva no próprio movimento da realidade social, [...] na correlação de forças do mercado competitivo das IES privadas, que se tornaram lócus de uma proposta de “venda do

conhecimento", e, no contra ponto, das exigências da formação profissional em Serviço Social preconizadas pelas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), CFESS/CRESS/ENESSO [...]. No âmbito pedagógico e político, eixo principal da atuação na coordenação [...] se concretiza na luta pela garantia de formação de qualidade, mesmo, nas intempéries de redução de custos que vivencia as IES. (QCC-B).

[...] atenção à qualidade da formação profissional, tendo como referência as diretrizes da ABEPSS. (QCC-G).

Planejar, dirigir, acompanhar e avaliar as atividades didáticas do curso [...] com vistas a busca constante de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas do curso; mobilizador do processo de aprendizagem e mediador no processo de conhecimento; facilitador do processo democrático, com vistas a promoção do aluno como sujeito do processo de ensino-aprendizagem; promotor do ser auto-crítico; construir mecanismos que contribuam para a interdisciplinaridade entre as disciplinas e conteúdos programáticos; Promotor dos meios para efetivação do exercício ético-político, com firme compromisso com a profissão do Serviço Social e com a sociedade. (QCC-N).

Ressaltamos que nenhuma referência foi feita à contextualização e entrelaçamento do Projeto Profissional do Serviço Social e da formação acadêmica com a identidade da profissão, cuja conformação se inicia no espaço acadêmico.

Entendemos que o papel do Coordenador de Curso de Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior Privado, para além das responsabilidades administrativas, se reveste de responsabilidades pedagógicas forjadas na história da profissão. Estar alinhado com esta perspectiva não é prerrogativa apenas dos profissionais que estão na prática interventiva, isto é, a docência não deve afastar o assistente social de seu compromisso com a categoria.

[...] é preciso ressaltar que em qualquer espaço institucional é possível e exequível uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão, desde que o assistente social tenha um alinhamento teórico político com tal projeto. (SANT'ANA, 2000, p. 89).

De acordo com os dados revelados na pesquisa registramos a emergência de redefinição das competências do coordenador, trazendo para o centro dos debates sobre a formação em Serviço Social a reflexão sobre o papel, as atribuições e competências do Coordenador de Curso; colocando as atribuições ligadas efetivamente ao cumprimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e das orientações expressas no Projeto Ético Político da profissão. Entendemos que nesta dimensão se possa garantir o processo de construção da identidade profissional no âmbito da graduação, cumprindo o papel da formação de nível superior.

É certo afirmarmos que no espaço institucional da educação superior o aluno recebe o papel orientador específico do quadro conceitual, das técnicas e procedimentos, instâncias portadoras de dinâmicas profissionais distintas. Seu efeito recai na recomposição dos saberes formadores da identidade individual sem, no entanto, extingui-los, ao contrário, a apreensão de conhecimentos formadores das especificidades da profissão permite construir uma identidade forjada nos fundamentos da mesma, contribuindo para a legitimação do espaço sócio-profissional de ação.

Registramos que 11% dos participantes não responderam a questão, o que pode revelar insegurança para expressar opinião sobre o assunto ou desinteresse sobre o mesmo.

Retomamos os elementos teóricos que animam esta análise e sustentam as interpretações e nos apontam para uma visão contemporânea do Serviço Social, que se coaduna com o pensamento de Guerra (1997, p. 10) na medida em que o conformam como uma profissão de nível especializado cujas particularidades da ação se determinam pela forma como o profissional se “[...] insere na divisão sócio-técnica do trabalho em determinadas condições histórico-sociais.”

Na expectativa de apreender a representação do Serviço Social nas dimensões epistemológica e prática da profissão na ótica dos Coordenadores de Curso participantes da pesquisa, fizemos 02 (duas) perguntas: “*O que é o Serviço Social?*” e “*O que faz o Serviço Social?*”, das quais apreendemos:

3.3.2.3 Dimensão epistêmica

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho [...] surge com interesses ideológicos submersos a favor do projeto de sociedade burguesa e, ao passo do movimento da realidade histórica, política, social, cultural, elabora uma reavaliação dos rumos e interesses defendidos. Trata-se de uma profissão que ao passo que se aproxima da teoria social crítica (marxiana) se move para um novo re-ordenamento político-profissional, se colocando na vinculação orgânica da classe trabalhadora, sendo um profissional que também vivencia as determinações da sociedade capitalista, vendendo sua força de trabalho e possuindo nos dizeres de Yamamoto “uma autonomia relativa”. Sendo uma profissão que luta na contracorrente das propostas neoliberais, defendendo, construindo, propondo, executando políticas sociais e públicas para a garantia dos direitos sociais, preconizados, em especial, a partir da CF/88. Tem como objeto de sua intervenção as seqüelas do sistema capitalista, ou seja, as expressões da questão social - que se torna o ápice da desigualdade social na divisão de classes sociais. (QCC-B).

Compreendemos o Serviço Social na atualidade a partir do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão como meios vitais para a consolidação de uma perspectiva de transformação social e um projeto ético político da profissão, a qual tem profundas raízes no movimento de reconceituação. Assim, o Serviço Social tem, na questão social o fio condutor de sua ação e o enfrentamento e/ou eliminação dessa condição. Isso exige do profissional formação ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa. (QCC-N).

É uma profissão que intervêm nas múltiplas manifestações da questão social [...]. (QCC-A).

"É" trabalho, uma das divisões sócio-técnicas do trabalho social. "É" uma ciência social aplicada. (QCC-G).

É uma profissão que requer capacidade de análise teórico-crítica da realidade social e, em particular, na área específica de atuação. (QCC-E).

É uma profissão de caráter interventivo com formação generalista configura-se numa especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sócio-técnica do processo de trabalho, atuando diretamente nas políticas públicas, defendendo os direitos sociais, busca enfrentar as inúmeras expressões das "questões sociais". (QCC-P).

A análise das questões com referência à apreensão do conhecimento sobre o Serviço Social, impulsionada pela busca interna da fundamentação teórica que lhe dá sustentação e orienta sua ação, revela que 17% dos entrevistados expressam a articulação entre o processo histórico do Serviço Social, a construção do Projeto Ético Político e as mudanças ocorridas no interior da profissão a partir da aproximação com as teorias marxistas.

Entendemos que ao apresentarem a apreensão desta articulação, indissociável e necessária para a realização do trabalho do Assistente Social na contemporaneidade, expõe a consistência de conhecimentos sobre a profissão necessários para a efetivação da ação pedagógica sedimentada nos valores que norteiam e constroem o Serviço Social atual.

Expressão recorrente em 39% dos questionários, a inserção do Serviço Social na "divisão sócio-técnica" do trabalho, porém estes não expressam nenhuma interlocução desta inserção com o processo histórico da profissão nem com as alterações teóricas que embalam a profissão na sociedade contemporânea com a aproximação com a teoria social marxista, a recorrência de uma expressão "em voga" pode se esvaziar de significação se não se abrigar nos conceitos que lhe dão significado e consistência. Em nossa análise asseveramos que a força ideológica de uma orientação ético-política, carece extrapolar o nível do discurso para que ganhe corpo e efetive-se concretamente na prática.

Dos participantes da pesquisa, 44% não conseguiram fazer distinção entre a dimensão epistemológica e a dimensão prática, apresentando, nas respostas, elementos que compõem a ação cotidiana, instrumentais e tarefas desenvolvidas pelo Assistente Social, sem qualquer inferência a questões epistêmicas e cognitivas do Serviço Social.

3.3.2.4 Dimensão da prática

[...] intervém para o enfrentamento das expressões da questão social, através de uma fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, comprometida com a classe trabalhadora, atuando nas relações objetivas e subjetivas da realidade social, aquelas determinadas pela ordem social burguesa, mas também construindo, além da análise crítica da realidade, propostas democráticas, participativas e de envolvimento com a população atendida, ampliando direitos e garantias sociais. (QCC-B). Opera processos de gestão, administração e gerenciamento de serviços, programas e projetos sociais [...] intervém numa determinada realidade tanto no âmbito individual como, no coletivo. (QCC-E).

O Serviço Social é uma profissão especializada que intervém nas manifestações da questão social decorrentes das contradições da sociedade capitalista. (QCC-J).

Partindo dos conhecimentos históricos, sociológicos, econômicos, interfere na reprodução material e imaterial da força de trabalho sócio-político e ideo-político tendo como campo de ação teórico e prático o enfrentamento da 'questão social'. (QCC-P).

A profissão se materializa através da gestão e criação de Políticas Sociais relativas às áreas fundamentais à garantia das necessidades humanas, pautada nos Direitos dos cidadãos. (QCC-O).

Na expressão do conhecimento sobre a dimensão da prática profissional do Serviço Social, encontramos em 17% das respostas a articulação de bases teórico-metodológicas da profissão como elemento de sustentação de uma prática que vislumbra o enfrentamento das questões sociais.

A apropriação de elementos teóricos para sustentação da prática implica em entender o Serviço Social como uma prática que necessita de raízes teóricas para sua intervenção na sociedade inspirada em princípios ético-políticos, que apontam para a ruptura com o conservadorismo histórico da profissão e com a hegemonia do capital. Expressam a orientação da prática para a consolidação da identidade *da* profissão.

O enfrentamento das questões sociais aparece em 39% dos questionários como a expressão do fazer profissional. O expressivo percentual revela o entendimento do fazer profissional como um processo de intervenção que se concretiza no espaço das profissões, atuando no rescaldo de questões relativas a desigualdade e/ou não concretização de direitos sociais que promovem a desigualdade. O Serviço Social é colocado como “a” profissão de enfrentamento”, porém não apreendemos no texto das respostas elementos que indicassem a consistência teórica que consubstanciaria o comprometimento com uma nova ordem social.

A referência às Políticas Públicas, sua implementação e gestão, aparecem em 33% das respostas.

As políticas públicas são o eixo central dos debates contemporâneos sobre o espaço da prática profissional do Serviço Social, na perspectiva da Política Nacional da Assistência (PNAS).

Fortalecido com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a criação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a gestão e planejamento de Políticas Públicas ocupa lugar significativo para a prática profissional no entendimento dos entrevistados. Podemos entender que a visão destes participantes esteja revelando o reconhecimento da expressividade que o Serviço Social adquire na atualidade, a revelia do avanço do capitalismo e do neoliberalismo, dada a posição da categoria de *enfrentamento* da hegemonia do capital e de *adensamento* das lutas da classe trabalhadora.

Em 11% das respostas encontramos os participantes versando sobre a prática profissional expressando a ação do Assistente Social na perspectiva do atendimento a caso, grupo e comunidade revelado em respostas como:

O Assistente Social presta serviços a pessoas, grupos, comunidades. Presta serviços assistenciais essenciais para que pessoas, grupos e organizações possam superar dificuldades. (QCC-L).

Ou uma visão psicologizada da atuação profissional, revestida de linguagem e “alcances” de intervenção para os quais a formação não prepara (ou não deve preparar) o profissional, revelando uma visão desfocada da realidade concreta da profissão na atualidade:

[...] o trabalho do assistente social incide sobre a consciência dos outros indivíduos sociais e de si próprio, objetivando a mudança de atos e comportamentos. (QCC-N).

Pudemos, entretanto, apreender que ainda persiste em alguns profissionais a raiz da filantropia e da ajuda, herança da raiz catolicista que fundamentou a prática profissional na

sociedade capitalista durante décadas, permeada por atendimentos com ênfase no comportamento do indivíduo, imprimindo na ação cotidiana do Assistente Social paradigmas de validação de práticas dissonantes da perspectiva contemporânea da profissão.

3.3.2.5 *Identidade Profissional: Projeto Ético Político e Identidade do Serviço Social*

Partindo do pressuposto que o Projeto Ético Político se constitui no elemento que aponta caminhos para a consolidação da identidade que o Serviço Social reivindica “para si”, na dimensão dos estudos de Dubar¹³, no espaço sócio-profissional da sociedade brasileira, buscamos apreender o entendimento dos Coordenadores acerca da relação existente entre ele (Projeto Ético Político) e a identidade *da* profissão.

Entendemos que o “projeto de formação profissional” que vislumbra a consolidação da identidade da profissão se efetiva no entendimento das expressões do Projeto da Profissão. No encaço desta descoberta, buscamos respostas a questões diretamente ligadas à compreensão do Projeto e da relação deste com a identidade *do* Serviço Social.

Na visão dos coordenadores pesquisados, encontramos, na sua totalidade, apresentada textualmente de diferentes formas, a compreensão do Projeto Ético Político, sua efetivação e a relação com a identidade da profissão. Evidenciamos algumas respostas que figuram como a representação da fala dos coordenadores, cuidamos para abstrair aqueles cuja elaboração oferece-nos uma amplitude de elementos, congregando assim o pensamento geral:

O projeto Ético Político da profissão é acima de tudo a intencionalidade e direção que se dá a prática profissional. Implica no compromisso do profissional em desenvolver sua prática profissional com competência e imprimir qualidade aos serviços prestados, visando a emancipação e emponderamento da população usuária. (QCC-A)

[...] hegemonicamente, vinculado a perspectiva teórica e prática dos elementos da teoria social crítica (marxista). (QCC-B).

É a materialização de uma posição política, crítica, intelectual, cercada de compreensão sócio - histórica, na qual almeja a emancipação e autonomia do usuário. (QCC-C).

Tem um horizonte ético, tecido por um conjunto de valores e princípios que indicam os posicionamentos a eles correlatos, portanto, com uma dimensão

¹³ Estudo aprofundado em Claude Dubar (1997).

política identificada por esses valores que expressam-se por uma operacionalidade, ou uma praxis, significada pela transformação da realidade a qual se situa. Confere assim, uma identidade social a profissão e a categoria. (QCC-E).

Efetivar o projeto ético político e dar identidade a profissão significa a categoria continuar construindo seus marcos de luta: a ruptura com o conservadorismo, a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e a implementação do SUAS com seus sistemas de proteção social. (QCC-A).

Se efetiva também nas proposições de políticas públicas de enfrentamento as expressões da questão social, na luta cotidiana para a garantia de direitos sociais e trabalhistas, inserindo-se nas diversas lutas da sociedade e dos movimentos sociais. E, também, na formação profissional em que se encontra docentes, coordenadores, na luta diária para a garantia de um ensino de qualidade, com componentes teóricos, críticos, éticos, políticos [...]. (QCC-B).

Assegurando um ensino com denso trato teórico, ético, metodológico é operativo, para que no exercício profissional, formação e intervenção caminhem juntos. É necessário uma profunda análise da sociedade e mercado e perceber as possibilidades e limites. Identificar as situações concretas postas na realidade dos espaços institucionais, porém com um distanciamento crítico, para concretamente intervir nesse movimento contraditório. (QCC-H).

[...] com uma formação profissional de qualidade e com rigor teórico crítico, histórico e prático; contínuo aperfeiçoamento profissional; participação efetiva nos/dos órgãos de representação da categoria e de direitos. (QCC-I).

[...] consolidação do Projeto Ético e Político e da Identidade Profissional depende do compromisso e postura dos profissionais em defesa da qualidade da formação profissional, seja responsável e comprometido com os princípios que regem o projeto profissional. (QCC-L).

A pesquisa reflete o conhecimento dos profissionais sobre o Projeto Ético Político que orienta a profissão, demonstrando sua compreensão, revelando a apreensão do processo contínuo e dinâmico que envolve a consolidação e efetivação dos valores implícitos no seu texto, aferindo relevância aos aspectos políticos e éticos que apontam para a produção de um processo hegemônico do fazer profissional:

[...] porém um projeto ainda não vivenciado por uma significativa parte da categoria profissional. (QCC-B).

Explicitam a convicção da necessidade de fortalecimento do processo da formação acadêmica como uma condição indissociável da efetivação do Projeto Ético Político.

Detectamos que em sua maioria, os Coordenadores apresentam uma percepção aprofundada do projeto, revelando entender o alcance dos elementos que fundamentam sua construção, seu processo histórico e os valores que perpassam sua estruturação e ganham concretude na prática profissional.

Sua construção (se fortalece) se efetiva essencialmente no processo de formação e depende de fatores internos e externos, ou seja, depende tanto dos elementos da estrutura e conjuntura do curso, quanto da ideologia dos alunos ao entram em contato no processo de formação. (QCC-D).

Constrói-se (ganha concretude) na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes, e das contradições sócio-culturais engendradas por essas lutas, que se configuram no processo dialético. (QCC-P).

Em relação à identidade profissional, revelam entendimento da diversidade de representações identitárias das profissões como resultado dos processos históricos e diacrônicos; socialmente chancelados e apreendidos pelos próprios profissionais.

Identidade profissional é o conjunto de representações sociais que a categoria profissional possuiu de si mesma. (QCC-D).

[...] é como a profissão se apresenta para si, para seus pares e para a sociedade; é a consciência que se tem das atribuições e da importância do profissional no processo de trabalho; é a imagem que se tem da profissão individualmente e coletivamente. (QCC-I).

Identidade profissional é o processo histórico onde se desenvolve e se objetiva uma profissão na sociedade, sua trajetória e prática. (QCC-J).

As respostas ao questionamento sobre a identidade *do* Serviço Social demonstraram a nebulosidade na qual mergulha o conceito em se tratando do Serviço Social, a resposta do coordenador representado pela sigla QCC-E revela com nitidez a “falta de clareza” que assola os participantes da pesquisa sobre a identidade da profissão.

Penso que a identidade do Serviço social é **um mosaico** composto por varias imagens do serviço, dependendo de quem o olhe que vai desde a velha identidade assistencialista (posto que essa prática ainda persista na profissão), passando pelas diversas visões dos usuários, dos empregadores, dos próprios assistentes sociais e da categoria enquanto representação coletiva. Entendo que a categoria e uma parte significativa dos assistentes social têm uma identidade da profissão coerente com o projeto ético-político, mas as matizes a partir desse centro são diversas e algumas divergentes. (QCC-E, grifo nosso).

A identidade do Serviço Social **só será definida** quando se clarificar: o que é o Serviço Social; O que faz o Serviço Social; O que é o Projeto Ético Político. (QCC-K, grifo nosso).

São várias, contraditórias e co-existentis, desde as representações do Serviço Social tradicional e conservador, até aquelas que o situam no campo da defesa dos direitos sociais e da luta por transformações sociais em direção a sociedades justas/igualitárias, sendo estas hoje hegemônicas no que se refere à produção acadêmico - científica e entidades representativas. (QCC-G, grifo nosso).

As respostas apresentadas representam a quase totalidade dos dados da pesquisa. Revelam que a identidade como consciência social de classe ainda permanece no nível do discurso vago e inconsistente, permeada pelo diacronismo que envolve a construção das identidades profissionais.

As respostas sugerem uma “nebulosidade” cuja gênese parece advir do não compreender a especificidade da profissão, que caracterizaria o núcleo duro ou campo específico da ação profissional.

A dificuldade revelada pelos participantes da pesquisa justificaria a inexistência nas respostas sobre a identidade profissional e identidade do Serviço Social de dados que apontassem qualquer relação ou articulação do espaço de formação profissional como locus de configuração da identidade profissional.

CONCLUSÕES

*Todo conhecimento começa com um sonho. O conhecimento nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada [...].
(Rubem Alves).*

Abordar um tema, objeto recorrente da preocupação profissional, que permeou a nossa trajetória, transforma o estudo em momento profícuo de análise, reflexão e síntese. Finalizar o trabalho é registrar a superação de uma fase, dar concretude ao percurso histórico, epistêmico e metodológico empreendido na busca de respostas para as inquietações que se transformaram em mola do processo desencadeado.

Neste percurso, o aprofundamento nos estudos, as reflexões, a criação, os debates e discussões sobre o tema amalgamaram o caminho e consolidaram a direção tomada.

O desenvolvimento da pesquisa proporcionou o desvendamento do objeto de análise fazendo incidir sobre ele nuances antes não imaginadas, ampliando o conhecimento sobre o universo teórico e metodológico que envolve o tema investigado.

A base teórica do estudo se consolidou e ganhou sustentação ao atendermos a necessidade imperativa de revisitar conceitos e teorias num processo dialético, dinâmico e retro-alimentador, desconstruindo e reconstruindo a visão de mundo e do universo restrito da pesquisa, validando os elementos metodológicos indispensáveis para o trabalho de campo e para o exame dos dados. A definição das bases teórica e metodológica, sobre as quais se assentaria a investigação, determinou o ângulo de análise e contribuiu para elaboração e construção do pensamento que se configura no registro final do processo.

Penetramos na conjuntura social do país e encontramos na fecundidade do passado os elementos indispensáveis para o conhecimento e a interpretação das matrizes da sociedade contemporânea tomadas como categorias de análise. Entender a história da profissão e do Ensino Superior Privado no país foi fundamental para que a análise versasse com objetividade e cientificidade sobre os dados das respostas dos sujeitos, afastando do vigor do olhar as subjetividades do pesquisador.

Ao extrair dos aspectos apresentados a essência do pensamento do coordenador, a análise se fez crítica e coerente, consistente em conteúdo e argumentação, balizada no conhecimento teórico adquirido no processo investigativo.

Reconhecendo que o Serviço Social contemporâneo só pode ser entendido e interpretado a partir de sua contextualização com as contradições que edificam a história do país, nos encaminhamos para a busca de elementos históricos sobre a formação em Serviço Social, sobre a profissão, sobre o Ensino Superior Privado e sobre o papel do Coordenador de Curso em Instituições de Ensino Superior Privado na certeza de que a profissão do Assistente Social no país se constrói a partir do envolvimento da categoria com processo dinâmico da sociedade.

Defrontamo-nos com o interior de uma realidade da qual tínhamos a visão da superfície, o aprofundamento nos dados permitiu-nos transformá-los em quadros que ilustram o panorama e o terreno onde instalamos as lentes da pesquisa.

A maturidade epistêmica necessária para os encaminhamentos da investigação surge da aproximação com aspectos relevantes que envolvem o objeto de estudo e foi adquirida ao revisitarmos os espaços históricos onde se desencadearam os movimentos e mudanças da profissão, onde se construíram e se conformaram os processos de formação acadêmica, de intervenção na sociedade, de reivindicação de elementos identitários. Essa maturidade ganha força e subsidia a segurança necessária à continuidade do percurso.

As unidades de contexto utilizadas como *partículas* para a realização da análise das categorias – Conjuntura Social Brasileira, Serviço Social, Projeto Ético Político e Identidade Profissional – foram abstraídas a partir da inter-relação e da articulação de seus nexos com as categorias em foco. Ao estabelecermos estes nexos (unidade de contexto & categorias de análise) nos encaminhamos para o reconhecimento da relação entre as categorias e o cenário da formação contemporânea e para o desvendamento dos aspectos que envolvem o processo de consolidação da identidade **da** profissão no contexto da formação acadêmica.

O entendimento do espaço acadêmico dos cursos de Serviço Social como *lócus* onde se inicia o processo de constituição da identidade **do** Serviço Social se concretiza através da busca de fundamentos dos processos de formação da identidade social e profissional, na perspectiva sociológica de construção das identidades, que valida o universo relacional do sujeito como ambiente de legitimação das mesmas.

O reconhecimento da validade do conceito de espaço institucional de ensino superior como *lócus* do processo de aprendizagem profissional, ambiente em que ocorrem tanto as mudanças relacionadas às informações recebidas no âmbito da sala de aula, como aquelas que se originam na convivência acadêmica, se revigora na constatação de que a formação acadêmica em nível superior traz em si a concepção da dialética resultante do contato com um

fluxo de idéias que compõem momentos de desconstrução de paradigmas e de construção/reconstrução de novas bases conceituais.

Esse espaço relacional contribui para a modificação da identidade individual, “moldando” e configurando a identidade profissional.

Ao definirmos o método qualitativo para desenvolvimento da pesquisa, encaminhamos os estudos no sentido de apreender dos dados apresentados os significados não ditos pelos sujeitos.

Nesse contexto, averiguamos que o processo de formação acadêmica nas Instituições de Ensino Superior Privadas, onde realizamos a pesquisa, pode expressar na micro-realidade abordada, ocorrências da macro-realidade brasileira.

É certo dizer que as Instituições de Ensino Superior Privado no Estado de São Paulo e no país se constituíram numa sociedade capitalista, expandiram-se sob a égide de um projeto neoliberal, num mundo globalizado e se fortaleceram numa realidade cuja reestruturação produtiva ambiciona a ampliação da economia e o desenvolvimento do país baseados no lucro.

Nesse sistema, onde a racionalidade do mercado emerge e se configura na competitividade e rentabilidade, surpreendemos essas instituições assoberbadas de questões que há algumas décadas não faziam parte do universo do ensino superior no país.

A “livre concorrência” imposta pelo sistema capitalista e cooptada pela democracia do sistema neoliberal, que define as políticas públicas e setoriais do país, invade o espaço da educação e do ensino superior no Brasil, imprimindo nas Instituições de Ensino Superior Privado a realidade do sistema econômico vigente e os percalços do mercado.

Potencialmente ampliado, o universo das Instituições de Ensino Superior Privado convive com uma realidade econômica que nem sempre condiz com os discursos divulgados na mídia sobre a garantia da qualidade de ensino no aspecto pedagógico da formação.

A contratação mínima de docentes titulados, antes critério para a alta conceituação das instituições pelo MEC, faz parte de um passado recente. Hoje os percentuais de doutores e mestres para composição do quadro docente se constituem apenas em uma referência do Ministério da Educação, utilizado na mídia para divulgação, nem sempre verdadeira, de uma realidade camuflada.

Neste contexto, nomes de mestres e doutores podem se transformar em estratégia institucional, servindo mais à mídia para a captação de alunos, do que ao atendimento das necessidades pedagógicas da formação profissional. Assim, os contratos de professores titulados, representantes da qualificação teórica na carreira docente, servem mais ao mercado

competitivo que se transformou o ensino superior e às visitas de pareceristas do MEC ou dos Conselhos Estaduais de Educação, do que à primazia da qualidade na formação acadêmica.

Reflexo da expansão desenfreada das últimas décadas e dos impactos que a “livre concorrência” impôs ao setor educacional no Brasil, o Ensino Superior Privado necessita de visibilidade no contexto da formação dos profissionais do Serviço, atualmente representa o maior potencial formador do Estado de São Paulo e só por este motivo já mereceria a centralidade nos debates da categoria.

Dessa forma, o papel dos Coordenadores de Curso de Serviço Social nas instituições privadas ganha destaque na medida em que estes profissionais trabalham no confronto das situações e rebatimentos originados na situação financeira da instituição, no âmbito da gestão pedagógica do curso, que refletem no atendimento das necessidades pedagógicas da formação: demissão de docentes, composição de quadro desqualificado, utilização de métodos de avaliação discente incompatíveis com o nível de ensino, processos de seleção para ingresso discente assente na quantidade em detrimento da qualidade de conhecimentos do ingressante etc.

O Coordenador de Curso, no cenário atual, equilibra-se sobre um tripé: de um lado a necessidade crescente de melhores condições de trabalho, autonomia e qualificação da equipe para potencialização do curso, de outro o compromisso profissional com a categoria e de outro, necessidade pessoal de manter-se no mercado formal de trabalho, sendo impelido a institucionalizar sua ação e seu discurso moldando-se às diretrizes institucionais, podendo distanciar-se das matrizes que cancelam formação e a prática profissional.

O Serviço Social na história do Brasil avança e se reconstrói com o fortalecimento do conhecimento teórico-metodológico que embasa a profissão. Nesse contexto, solidifica sua atuação no campo das intervenções sociais apresentando, na contemporaneidade, maturidade teórica em produção de conhecimento e pesquisa profissional. A necessidade de aquilatar a formação acadêmica ao *status* profissional alcançado pela profissão e às novas demandas postas ao profissional exige conhecimento teórico-metodológico específicos do Serviço Social e competências específicas pedagógicas e administrativas dos coordenadores.

Desta forma, o papel do Coordenador de Curso ganha vulto e se reveste de compromisso e comprometimento com o Serviço Social, é o profissional inserido no universo acadêmico “autorizado” legitimamente (“de direito”) a interferir diretamente no processo de formação no âmbito do Ensino Superior Privado.

No entanto, constatamos que enquanto a profissão reivindica e conquista um espaço maior de atuação no contexto social, no espaço das instituições de Ensino Superior Privado os

Coordenadores pesquisados, a revelia de expressarem conhecimentos teórico-metodológicos da profissão, do Projeto Ético do Serviço Social, apresentam, em sua maioria, uma visão distanciada e não-relacionada da identidade *da* profissão com o processo de formação.

A pesquisa informa a baixa contextualização da consolidação da identidade *do* Serviço Social com o processo ensino-aprendizagem, revelando que significativo número de coordenadores não se dão conta de que *é* na faculdade que se lavra o início do processo da formação da identidade profissional, balizada nos conteúdos apreendidos e na vivência instigante da realidade que permeia o universo acadêmico.

A visão deslocada da formação profissional como elemento constitutivo da identidade da profissão é um aspecto preocupante para a categoria na medida em que poderá comprometer as conquistas resultantes do processo histórico de ruptura com uma identidade que foi atribuída à profissão pelo poder hegemônico na época de sua profissionalização. Uma identidade esvaziada de conceitos e valores éticos e políticos, distanciada da matriz marxista que imprime características de enfrentamento e ruptura à profissão.

Entendemos que tanto a categoria profissional como os órgãos representantes da categoria (ABEPSS/CFESS/CRESS) não podem assistir passivamente, “de braços cruzados”, que o capitalismo neoliberal transforme o Ensino Superior Privado “em uma espécie de supermercado”, conforme ressalta Giannotti (1986, p. 37), onde a formação profissional não passa de uma mercadoria que, apenas na contrapartida do pagamento de mensalidades e aproveitamento insuficiente, ofereça ao aluno, através da posse de um documento, o “monopólio” de uma profissão.

Talhada para o enfrentamento das questões impostas pelo capitalismo na sociedade, a categoria não pode se eximir de posicionar-se no enfrentamento das questões que assolam a formação de novos profissionais.

Garantir a possibilidade de acompanhamento e validação dos Cursos Privados de Serviço Social pelos órgãos representativos da categoria surge como uma possibilidade para o controle do mercado da educação superior privada dos Cursos de Serviço Social, afiançando ao conjunto ABEPSS/CEFSS/CRESS o direito de emitir parecer sobre a abertura, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação em Serviço Social no país.

No contexto da Coordenação de Curso, a pesquisa revela também a necessidade dos coordenadores de curso buscar maior aprofundamento e compreensão da questão social, dos fundamentos teóricos, filosóficos, éticos e metodológicos sobre os quais assenta o fazer profissional do Assistente Social na contemporaneidade.

Nas respostas aos questionários pudemos abstrair parcelas de subjetividades dos sujeitos que imprimem de significados, valores e emoções o processo de ensino-aprendizagem, permeando os cursos de personalismos e visões subjetivas e institucionalizadas da realidade.

Pode-se afirmar que a coordenação de Curso de Serviço Social carece de esclarecimentos sobre a formação da identidade profissional, que resultará em concepção consistente da identidade *do* Serviço Social e da sua interface com o processo de formação profissional. A falta de clareza sobre o tema pode comprometer a identidade balizada no processo de formação, refletindo-se na prática do profissional e na consolidação da identidade que o Serviço Social reivindica para si.

Com o objetivo de trazer à superfície aspectos relevantes da pesquisa, destacamos a título de notas conclusivas elementos que reforçam nossa tese sobre a realidade estudada:

1. O coordenador ocupa posição privilegiada para realização da práxis profissional comprometida com a profissão e deve trabalhar na interlocução dos aspectos pedagógicos e administrativos que constroem a formação profissional na conjuntura atual, articulando-os com os nexos teóricos/metodológicos que fortaleçam a consolidação da identidade da profissão.
2. A sobrecarga de atribuições administrativas designadas aos coordenadores compromete sua atuação e os distancia da gênese da ação pedagógica de construção *consistente e coletiva* dos nexos formadores da profissão na perspectiva dos fundamentos expressos nas Diretrizes curriculares da ABEPSS.
3. No empenho da atuação, os Coordenadores de Curso abarcam um papel relevante como mediadores de questões econômicas, políticas e pedagógicas que se integram na realidade do Ensino Superior Privado no país e se destacam como o orientador/responsável, no âmbito da categoria, pelo processo de formação de novos profissionais, fortalecidos pelo colegiado do curso.
4. A política neoliberal e o capitalismo têm provocado impactos no Ensino Superior Privado no país, colocando em xeque o resultado final da política nacional “facilitadora” da expansão da iniciativa privada no espaço da educação superior.

5. A expressão da identidade profissional, revelada na prática cotidiana, não pode ser entendida “descolada” da identidade individual do sujeito nem deslocada do processo de formação profissional.
6. A identidade individual influencia as escolhas, as posições diante de fatos, de fenômenos sociais e políticos, enfim, a posição ideológica do sujeito define sua forma de apropriação dos elementos constitutivos da identidade da profissão, dos quais se aproxima no processo de formação acadêmica através das bases teóricas e metodológicas que dão a especificidade da profissão.
7. Na medida da codificação imprecisa da identidade *da* profissão apreendida pelos coordenadores e implícita nas respostas da pesquisa, expressa-se a dificuldade de entender a especificidade da profissão como o “núcleo duro”, *o espaço onde se condensam as teorias sobre as quais se estrutura a ação do Assistente Social* e contribui para a configuração da multiplicidade de identidades que a profissão revela na práxis cotidiana, resultando em uma variedade de posturas ideológicas que os profissionais assumem diante da demanda que lhes é apresentada, tornando difusa também a representação social da profissão.

Tais identidades carecem ser entendidas conforme assevera Martinelli (1991, p. 19) ao principiar seus estudos, “[...] não podem ser pensadas [...] a distancia da totalidade social, como abstrações ou generalidades ou como categorias isoladas; é preciso pensá-las dialeticamente como categorias plenas de movimento e historicidades [...].”

É preciso visualizá-las essencialmente dinâmicas, construídas no permanente confronto das contradições que se revelam no mundo real, no meio das determinações.

Assim, entendemos que identidade *do* Serviço Social não deve ser apreendida apenas como uma mistura de elementos que, apesar de diversos, se congregam para formar o todo, mas sim, como um processo dinâmico, cognitivo, potencialmente dialético, passível de alterações que a adaptem a novas situações e demandas sem, no entanto, comprometer ou transformar a centralidade sobre a qual sustenta sua especificidade.

Ainda percebemos que a questão de centro em torno da qual gravita a discussão levantada neste trabalho, aparentemente satisfeita em si, quando aprofundada revela-nos uma questão universal e de centralidade inevitável no confronto e busca do entendimento de questões corriqueiras da vida no cotidiano do mundo do trabalho.

No estudo realizado, desvendamos os resultados da relação capital X trabalho, polemizados nas obras de Marx e naturalizadas na vida social contemporânea, que não emergiram espontaneamente dos dados transcritos pelos coordenadores na pesquisa. Contudo, se revelaram expressão destes sobre sua ação prática cotidiana quando, coordenadores (ameaçados pelo risco de demissão) reproduzem no mundo do trabalho a ideologia do capital/instituição.

Estes fatos revelam na hierarquização da ação, ao priorizar questões administrativas em detrimento das questões pedagógicas; ao assumir estratégias administrativas para aumento de alunos em detrimento da valorização docente e qualificação do curso; quando evitam no próprio campo de atuação o enfrentamento das questões que emergem da relação de trabalho que se estabelece no domínio da exploração capitalista e comprometem o fortalecimento do Serviço Social e a consolidação da identidade *da* profissão.

Neste sentido, percebemos que este trabalho não seria completo se esta situação apreendida não fosse revelada e registramos que, diante das considerações apresentadas, o estudo aponta novos horizontes para pesquisas sobre o tema e explicita que, diante dos elementos expostos, podemos confirmar os rebatimentos da economia, da política, da hegemonia do capital sobre a consolidação da identidade *da* profissão na medida em que refletem na ação (no papel) dos coordenadores de curso, diminuindo-lhes a autonomia e as possibilidades de realização da práxis profissional.

Assim, ousamos dizer que a tese confirma que no âmbito da formação acadêmica o Serviço Social carece de reposicionamento dos profissionais, da categoria, como classe profissional e dos órgãos representativos da profissão (conjunto CRESS/CFESS e ABEPSS) frente às questões conjunturais da atualidade relacionadas: ao Ensino Superior no país, à formação profissional e a garantia de qualidade do processo ensino-aprendizagem no espaço acadêmico que dificultam, comprometem e distorcem o processo de Consolidação da Identidade *da* Profissão, seja qual for seu espaço de conformação.

REFERÊNCIAS

ABESS./CEDEPSS. **Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social:** aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Disponível em: <<http://www.ssrede.pro.br/Curr%20minimo%201996.doc>>. Acesso em: 22 maio 2009.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social:** com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.cress-ce.org.br/legislacao/4.htm>>. Acesso em: 22 maio 2009.

ABRAMIDES, Maria Cecília da Costa. **O projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro.** 2006. 406 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3408>. Acesso em: 30 maio 2009.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira. **A investigação nas ciências sociais.** 5. ed. Lisboa: Presença, 1995.

ANARCO-sindicalismo. In: RODRIGUES, Edgar. **Pequeno dicionário das idéias libertárias.** Rio de Janeiro: CC&, 1999.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. Ensino Superior e o Ensino no Curso de Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 165-188, jan./jun. 2000.

ANTUNES, Ricardo Luís. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica.** 4. ed. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não:** filosofia do novo espírito científico. 3. ed. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1984.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social.** Lisboa: CPIHTS; São Paulo: Veras, 2001.

BARBALET, J. M. **A cidadania.** Lisboa: Estampa, 1989. (Ciências sociais; 11).

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 5. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARON, Sandra Santos Cabral. Relações de ensino: territórios de potência e marcas de resiliência. In: GARCIA, Regian Leite; SERRALHEIRO, José Paulo. (Org.). **Afinal onde está a escola ?** Porto: Poredições, 2005.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRANCO, Francisco; FERNANDES, Ernesto. **O Serviço Social em Portugal: trajetórias e encruzilhadas**. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/Portugal.pdf>>. Acesso em: dez. 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12. ed. São Paulo. Brasiliense. 1984. (Primeiros passos).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. Brasília, DF: FAT, 2002. Disponível em: <http://www.editoraatlas.com.br/Atlas/uploadedFiles/MPT_PORTAL.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2009.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 2007/2008.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jul. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 2008/2009.

BRYMAN, Alan; DUNCAN, Cramer. **Análise de dados em ciências sociais: introdução as técnicas usando o SPSS**. Tradução de Alexandra Figueiredo de Barros. 2. ed. Oeiras, Pt: Celta, 1993.

CADERNOS ABESS: a produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 5, jul. 1995.

CALDAS, Alberto Lins. O ecoturismo e o fetiche do olhar. **Presença**, Porto Velho, v. 1, n. 8, p. 41-46, 1996.

CARVALHO. Alba Maria Pinho. A pesquisa contemporânea no debate em Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, p. 43-66, jul. 1995.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Armando. **Teoria do conhecimento científico**. 8. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. (Epistemologia e sociedade).

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORETH, Emerich. **Questões fundamentais de hermenêutica**. Tradução de Carlos Lopes Matos. São Paulo: EPU, 1973.

COSTA, Edmilson. A globalização e os clássicos do imperialismo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. **Anais** Campinas: Ed. Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao5/Edmilson_Costa.pdf>. Acesso: 18 maio 2007.

GRESS-SP-9ª Região. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentalização da(o) Assistente Social**. 2. ed. rev., ampl. e atual. até dezembro de 2005. São Paulo, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAES/INEP/MEC. **Sistema Integrado de Informações da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Ética**. Palestra na Fundação Abrinq, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fa000035.pdf>>. Acesso em: abr. 2007.

DELPINO, Rosemar et al. Ensino superior: o novo perfil do coordenador de curso. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12.; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 8., 2008, São José dos Campos. **Anais....** São José dos Campos: Ed. UNIVAP, 2008.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1990.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1994. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto, 1997. (Ciências da educação, 24).

ECHEVERRÍA, Javier. **Introdução a metodologia da ciência**: filosofia da ciência no século XX. Tradução de Miguel Serras Pereira. Porto: Almedina, 2003.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de textos científicos**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

FERREIRA, Aída. O Serviço Social em contexto de globalização: limites e (ou) desafios. **Campus Social**: Revista Lusófona de Ciências Sociais, Lisboa, v. 2, p. 19-25, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno dicionário brasileiro de língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **Dicionário Aurélio eletrônico**: século XXI. São Paulo: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

FLORES, Luiz Carlos da Silva. **Fatores de gestão que influenciam o desenvolvimento das Universidades Comunitárias do Sistema Fundacional de Ensino Superior de Santa Catarina**. 2005. 175 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FONTÁN JUBERO, Pedro. **La escuela y sus alternativas de poder**: estudio crítico sobre la autogestión educativa. Barcelona: CEAC, 1978.

FRANCO, Édson Raymundo Pinheiro. **Funções do coordenador de curso**: como construir o coordenador ideal. Manual elaborado pelo Reitor da Universidade da Amazônia. Publicado em 11 maio 2006. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=10823>>. Acesso em: 10 out. 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Plano, 2003.

FRAUCHES, Celso da Costa. **A livre iniciativa e reforma universitária brasileira.**

Disponível em:

<<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/CELSODACOSTAFRAUCHES>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

GARCIA, Valter. **Administração educacional em crise.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época; v.12).

GATTI, Bernadete. O problema da metodologia nas ciências humanas e sociais. In: RODRIGUES, Maria Lucia; NEVES, Noemia Pereira (Org.). **Cultivando a pesquisa:** reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas. 2. ed. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 1999.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade e educação:** visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994. (Ciências sociais da educação).

GENTILLI, Raquel. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social.** 2ª Ed. São Paulo. Veras, 2006.

GIANNOTTI, José Arthur. **Universidade em tempo de barbárie.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. USP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade pessoal.** Tradução de Miguel Vale de Almeida. Oeiras, Pt: Celta, 1994.

_____. **Novas regras do pensamento sociológico.** Tradução de Antonio Escobar Filho. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. **O mundo na era da globalização.** Lisboa: Presença, 2000.

_____. **Sociologia.** Tradução de Alexandra Figueiredo e outros. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia:** o que é sociologia? Tradução de Lupe Cotrim Garude e José Arthur Giannotti. 10. ed. São Paulo: Difel, 1986.

_____. **Dialética e ciências humanas I.** Tradução de João Arsênio Nunes. Editorial Presença. Lisboa, 1972. (Biblioteca de ciências humanas, 20).

_____. **Epistemologia e filosofia política.** Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1984. (Biblioteca de textos universitários, 65).

GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 18, n. 54, p. 9-25, jul. 1997.

HALL, Stuart. O interior da ciência: ideologia e “sociologia do conhecimento”. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (Org.). **Da ideologia**: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas. 2. ed. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HERNADEZ, Alfredo. **Serviço Social: ética, deontologia & projectos profissionais**. Coimbra: CPIHTS, 2001,

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

_____. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, p. 35-80, 2004.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

INFORMATIVO CRESS/SP. São Paulo: CRESS, n. 105, maio 2007.

KUNSCH, Maria Margarida Krohling. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilie. **Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reaccionária**. Moscovo: Progresso ; Lisboa: Avante, 1982.

LESSA, Sérgio. Marxismo e ética. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 14, p. 109-115, 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/D_SLessa.pdf>. Acesso em: abr. 2007.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Tradução de Maria João Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LLANOS, Alfredo. **Introdução à dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2003.

MARQUES, Renato. **Coordenador com visão de gerente**. 11 maio 2006. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=10822>>. Acesso em: 12 out. 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 2. ed. Cortez: São Paulo, 1991.

_____. _____. 3. ed. Cortez: São Paulo, 1993.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. **Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.41-60, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>>. Acesso: 26 ago. 2008.

MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa. **O processo de formação discente no curso de Serviço Social da UNIUBE**: determinações, contradições e transformações rumo à construção da identidade profissional. 2006. 315 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

MCDONOUGH, Roisín. A ideologia como falsa consciência. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (Org.). **Da ideologia**: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas. 2. ed. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MEDEIROS, Marisa. A pesquisa científica e a internet. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2003, Salvador. **Proceedings CINFORM**. Salvador, 2003. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000594/>>. Acesso: 19 nov. 2008.

MEYER JUNIOR, Victor. **Financiamento do ensino superior no Brasil**: reflexões sobre fontes alternativas de recursos. Bragança: Instituto Politécnico, 1991. (Série Estudos, 14).

MINAYO, Maria Cecília. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. (Temas sociais).

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em:

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 141-157, jul./dec. 2006.

MORAES, Irany Novah. **Elaboração da pesquisa científica**. 3. ed. ampl. São Paulo: Atheneu, 1990.

MORAES, Silvia E.; SILVA FILHO, João Camilo da. **Escola e universidade na pós modernidade**. Campinas: Mercado das Letras : FAPESP, 2000.

MOREIRA, Ivone. **O pensamento pedagógico de Antonio Sérgio**. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Instituto de Educação, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2002.

MOTA, Ana Elisabete. **Capitalismo contemporâneo, Serviço Social e formação profissional**: algumas premissas e muitos desafios. Presidente Nacional da ABEPSS. Palestra proferida em CD-Pesquisa realizada junto às unidades de ensino de Serviço Social, 2006.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

NEVES, Noêmia Pereira. Serviço Social no Brasil, 1936 a 1968 – memória. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 5, n. 2, p. 87-109, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez : Ed. UNICAMP, 2001. (Passando a limpo).

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1996.

OZGA, Jenny. **Investigação em políticas educacionais**: terreno de contestação. Tradução: Isabel Maia. Porto: Porto, 2000. (Currículo, políticas e práticas).

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético político. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Mod. 1. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999.

PELLOSO, Rodrigo Gelamo; FERRAZ, Maria da Graça Chamma Ferraz e. Ética e moral como modos de produção de subjetividade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 117-128, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29418.pdf>>. Acesso em: abr. 2007.

PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. Tradução de Fernanda de Paiva Tomás. Lisboa: Moraes, 1981. (Pensamento vivo).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Coleção Memória da educação. 18. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RODRIGUES, Edgar. **Anarquismo à moda antiga**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, [19--].

RODRIGUES, João Antonio. **A formação profissional do assistente social sob a égide do novo currículo na FHDSS-UNESP**. 2004. 131 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

RODRIGUES, Maria Lúcia. Caminhos da transdisciplinaridade: fugindo às injunções lineares. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 64, p.124-. 134, nov. 2000.

_____.; NEVES, Noêmia Pereira (Org.). **Cultivando a pesquisa. reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 1999.

ROMERO, Andrés. **Metodologia de análise de conteúdo**. Lisboa: UCP, 1991.

ROSA, Patrícia Silvia A. **Serviço Social: identidade atribuída versus identidade reelaborada**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2007.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia: elementos de metodologia de trabalhos científicos**. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.

SANTOS, Boaventura da Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. Porto: Afrontamento. 1993.

SEVE, Lucien. Método estrutural e método dialético. In: MOULOUD, Noel et al. **Estruturalismo e marxismo**. Tradução de Carlos Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Andréia Cristina Frazão da. **Reflexões metodológicas sobre análise de discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero**. Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/Reflexmetodologica.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O professor e o combate à alienação imposta**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Questões da nossa época, v. 57).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto de profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

STALIN, Joseph. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. Texto escrito em 1938. Disponível em: <<http://www.moreira.pro.br/textose38.htm>>. Acesso: 28 out. 2008.

TORRES, Carlos Alberto. **Sociologia, política e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, 9).

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 7-17, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. Desafios profissionais do Serviço Social no Brasil. In: KARSCH, Ursula M. (Org.). **Estudos do Serviço Social: Brasil Portugal**. São Paulo: EDUC, 2005. v. 2.

APÉNDICES

APÊNDICE A – Plano de Trabalho-Estágio no Exterior

ESTUDOS E ATIVIDADES

1. ÁREA DE INTERESSE: Formação em Serviço Social

2. PERÍODO 01/03/2008 a 31/12/2008

3. LOCAL DOS ESTUDOS:

Instituição:	UCP-Universidade Católica Portuguesa
País:	Portugal
Cidade:	Lisboa
Orientador no exterior:	Prof. Dr. Francisco José do Nascimento Branco
Endereço eletrônico:	fnbranco@fch.ucp.pt

4. TÍTULO DO PLANO DE ESTUDOS:

Serviço Social Europeu: evolução histórica e identidade contemporânea da profissão em Portugal, limites e perspectivas.

5. RESUMO DO PLANO DE ESTUDOS:

Março de 2008: Investigação histórica das raízes do Serviço Social em Portugal

Abril: Levantamento dos cursos de graduação em Serviço Social em Portugal para construção de amostra para pesquisa

Maior: Conhecimento da Realidade da Formação em Serviço Social, procedimentos para abertura de escolas, nível de licenciatura.

Junho: investigação da matriz curricular dos cursos e eixos formadores da profissão em Portugal (amostra)

Julho: Conhecimento das áreas de atuação do Serviço Social no país e demandas contemporâneas

Agosto: Construção de Instrumental de Pesquisa de Campo para abordagem de coordenadores ou dirigentes dos cursos no país

Setembro: Aplicação da pesquisa

Outubro: Análise dos dados

Novembro: caracterização (da identidade) da profissão em Portugal

Dezembro: Sistematização do Estudo abordagem dos limites contemporâneos da profissão no país.

NOTA: Durante o período de Estágio no Exterior a investigadora deverá participar de eventos, grupos de estudos e investigação ligados ao Serviço Social, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, e áreas afins, apresentando trabalhos e participando dos Fóruns de discussão e reflexão, articulando conhecimentos e aprimorando sua formação.

Resumo do Relatório do Estágio no Exterior

Resumo de Relatório – Plano de Trabalho no Exterior (2008)– Bolsista CAPES – PDEE

I - Introdução:

Quando no início da pesquisa bibliográfica para realização da tese de doutoramento tomamos conhecimento de que em Portugal o Serviço Social também havia “surgido” na década de 30 e sobre a mesma influência teórica franco-belga, a autora teve o interesse despertado para o desenvolvimento de estudo paralelo, em Portugal, com o objetivo de conhecer o Serviço Social naquele país: sua gênese, desenvolvimento e realidade atual da formação profissional.

Desta forma, quando o Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP-Franca publicou o Edital para Seleção de Bolsistas do Programa PDEE - CAPES para elaboramos um Plano de Trabalho, que após aprovação da orientadora da Tese Professora Doutora Djanira Soares de Oliveira e Almeida, foi submetido ao processo de seleção UNESP/CAPES, sendo contemplado com a aprovação em janeiro de 2008 para realização dos estudos no período de 10 meses (março a dezembro) na Universidade Católica Portuguesa (UCP) – Lisboa.

II - Desenvolvimento do Plano de Trabalho

2.1 Serviço Social Português: gênese e desenvolvimento:

Em Portugal, no final do século XIX, início do século XX as relações da Igreja e do Estado são forjadas pela emergência dos regimes liberais e republicanos. A Igreja perde a hegemonia que detinha no antigo regime, e inicia uma luta para recuperar o poder e o patrimônio material perdido com a reforma eclesiástica liberal antimonástica. Neste contexto as questões religiosas e sociais ganham visibilidade como estratégia da Igreja para recuperar a hegemonia perdida. Na vertente das estratégias emerge a busca de “uniformizar tipo de agente” a ser “usado” nas organizações sociais da Igreja contrapondo-se a profissionalização dos serviços e a laicização que invade os serviços públicos através das contratações do Estado.

A década de 30 é marcada pela organização política dos católicos que passam a conferir maior atenção aos problemas sociais que identifica, segundo seu dogma, como problemas morais e a recrutar agentes para intervir nesse universo. O movimento laico que se desenvolve no país se sustenta no entendimento da ciência como mola propulsora da evolução humana e exige a inovação da ciência como forma definitiva do conhecimento do homem.

Esta orientação influencia os serviços médicos ligados ao movimento higienista e a medicina social, emergindo daí a necessidade de profissionalização de atividades até então desenvolvidas por voluntários. Estes movimentos somados a assistência e beneficência a

gênese da profissionalização do Serviço Social na década de 30 promovendo a criação e o desenvolvimento do Serviço Social.

Compartilhando o poder com o Estado, a Igreja detém a realização das atividades religiosas e sociais, concretizando sua ação com a criação das primeiras escolas de Serviço Social no país.

Assim, em 1935 através da Ação Católica cria-se a primeira escola de Serviço Social de Portugal – Instituto de Serviço Social tendo como diretora a Condessa de Rilvas, Presidente da Associação de Serviço Social, associação de leigos, ligada a Igreja Católica. A associação busca na Union Catholique des Service de Santé et des Services Sociaux de Paris orientações para a instalação da escola. Portugal recebe Marie Thérèse de Lévêque, diplomada na França para instalar a escola em Portugal.

O Serviço Social profissionaliza-se em Portugal a partir dos reflexos da laicização da sociedade associada ao positivismo e ao cientismo no desenvolvimento das ciências médicas e sociais e na constituição dos serviços sociais públicos e privados. É encarado como apostolado e exclusivamente feminino.

A formação em Serviço Social adquire legalidade em 1939 pelo Decreto Lei n. 3015 de 14 de dezembro que reconhece os cursos ministrados no Instituto de Serviço Social de Lisboa e no Instituto de Coimbra. Os cursos tinham duração de 03 anos com Planos de Estudos estruturados entre estágios e aulas das áreas médico-sanitária, jurídica, filosófica e técnica.

Em 1956 é publicado o Decreto-Lei n. 40687 de 10 de julho que amplia a formação para 04 anos, mas, mantém o programa que se desenvolvia até então acrescido da elaboração de uma monografia social. Em 1961 os cursos de Serviço Social são reconhecidos como formação de Nível Superior e passam a admitir estudantes do sexo masculino. Na década de 70 (1973) o Instituto de Lisboa passa a integrar a International Association of School Work. Porém, o movimento de reconceituação do Serviço Social que se desenvolve na América Latina na mesma época repercute na Europa e influencia os profissionais portugueses promovendo uma insatisfação em relação a atuação profissional.

A década de 70 é rica em acontecimentos para o Serviço Social Português¹⁴:

1978: Criação da Associação de profissionais de Serviço Social;

1980: Criação da Licenciatura¹⁵ em Serviço Social.

1985: Alteração do Plano de Ensino do Serviço Social para 05 anos.

¹⁴ Dados tirados do artigo: O Serviço Social em Portugal: trajetórias e encruzilhadas (autores: Doutor Francisco Branco e Professor Ernesto Fernandes), Lisboa, Pt (xerocopiado do original).

¹⁵ A licenciatura em Portugal não se refere à formação para o ensino como no Brasil, é o correspondente aos cursos de bacharelado no Brasil.

1987: Convênio com a PUC - Pontifícia Universidade Católica no Brasil para Cursos de Pós Graduação.

1989: Reconhecimento do grau de Licenciatura aos Cursos de Serviço Social dos institutos particulares.

1991: Criação da carreira de Técnico Superior em Serviço Social, nos quadros da função pública.

1995: Autorização dos Cursos de Mestrado em Serviço Social nos Institutos do Porto e Lisboa.

1996: Criação da Licenciatura em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

2000/01: Primeira licenciatura em Serviço Social no ensino público.

A década de 90 é marcada pela expansão dos cursos de Serviço Social no país e da oferta de cursos de pós-graduação na área.

2.2. A profissão em Portugal

Em Portugal o Serviço Social se insere no sub-grupo de Especialistas das Ciências Sociais e Humanas. Tendo como campo de trabalho especialmente os serviços públicos, as autarquias locais, nas organizações filantrópicas, associações, cooperativas e em empresas de diferentes segmentos. Em atividades que visam conforme Branco (2007, p. 11),

[...] garantir a ajuda social em situações de precariedade econômica e social e de marginalização e exclusão [...] encarregam-se de missões de desenvolvimento, no âmbito de programas de luta contra a pobreza e exclusão social e em projectos de desenvolvimento social local [...] funções de apoio técnico aos organismos associativos [...] funções de apoio técnico aos tribunais de execução de pena e de acompanhamento e preparação do regresso à situação de liberdade [...] assessoria técnica no domínio de direito tutelar de menores [...] participação em projetos de reinserção e prevenção da marginalidade, [...] funções no âmbito do acolhimento de famílias de doentes, informações sobre direitos e gestão da doença.

Na contemporaneidade a atuação profissional do Assistente Social em Portugal se insere no contexto das profissões de intervenção social e se instala na divisão do espaço profissional com a Educação Social, Animação, Segurança Social, Política Social etc. A divisão do campo profissional, o processo tardio de produção do conhecimento e as dificuldades de instituição de formas elementares de regulação da profissão, vulnerabilizam o Serviço Social dificultando a organização da categoria como classe profissional.

2.3. A formação em Serviço Social na contemporaneidade

- Cursos de Serviço Social (nível de licenciatura):

Portugal conta atualmente, com 19 (dezenove) Instituições de Ensino Superior em Serviço Social divididos entre ensino público e privado (observa-se que existem divergências entre os aspectos de definição de institutos público e privados no Brasil).

- Cursos de Pós-graduação em Nível de Mestrado e Doutorado e:

A partir de 1995 instalam-se em Portugal os primeiros cursos de mestrado e somente em 2003 cria-se o primeiro programa de doutorado. Atualmente no país 06 (seis) instituições oferecem cursos para titulação de mestre e 03 (três) instituições oferecem curso em nível de doutoramento.

Considerações Finais do Estágio no Exterior

O trabalho desenvolvido em Portugal proporcionou a aproximação com a realidade e a realização de pesquisa com aplicação de questionário aos coordenadores/diretores de Cursos de Licenciatura em Serviço Social que apresentou a realidade concreta do Serviço Social Português. A realização de entrevistas não formais e o contato sistemático com as coordenadoras/diretoras dos cursos contribuiu para a apreensão de elementos da realidade não expressos no questionário utilizado.

O reconhecimento do universo e a análise dos questionários apontaram para o processo atual de busca de uma identidade da profissão no país. A permanência no ambiente acadêmico durante o período do Estágio permitiu acompanhar os debates que se organizam em torno do tema no país se constituindo em um dos pontos centrais do debate contemporâneo em Portugal. O Plano de Trabalho foi cumprido atendendo a busca de respostas da estagiária às questões que motivaram o trabalho.

APÊNDICE B - E-mail Enviado aos Coordenadores para Apresentação do Pesquisador, Apresentação da Pesquisa, Encaminhamento do Questionário e Indicação do Site

Srs(as) Coordenadores(as) de Cursos Serviço Social.

Saudações Acadêmicas!

Estamos realizando pesquisa na Região Sudeste - Estado de São Paulo, (para tese de Doutorado em Serviço Social) com a expectativa de contribuir com a construção do conhecimento na área, a partir das representações expressas pelos coordenadores de curso sobre: a realidade contemporânea do Serviço Social, a ação da coordenação e a formação "para" a profissão.

Considerando a importância da pesquisa na busca de elementos que contribuam para o fortalecimento do Serviço Social na dimensão teórica e prática da profissão, **solicitamos:**

Que o **COORDENADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**, **responda o questionário (clicar no link abaixo)** e, após preenchimento, **clicar em "enviar"** (os dados serão enviados automaticamente à pesquisadora).

Título (provisório): "Coordenação de Curso de Serviço Social e a Consolidação da Identidade da Profissão: um olhar sobre o ensino superior privado"

Aluna: Leonice DSC Lima - Programa de Doutorado em Serviço Social - UNESP-FRANCA (anexo- Declaração de Matrícula-UNESP).

Orientadora: Professora Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida.

Link: (clicar para ter acesso ao questionário)

<http://altbai.100webspaces.net/PesquisaCampo.html>

Esclarecemos que os dados de identificação dos participantes e da instituição serão preservados, respeitando o princípio ético da pesquisa científica (mantidos em Banco de Dados com acesso limitado à pesquisadora e a orientadora do trabalho).

Cumprimentam e Agradecem:

Aluna-Pesquisadora: Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Professora-Orientadora: Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

APÊNDICE C – Questionário

DOUTORADO-Serviço Social -UNESP

ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição:

1. Nome da Instituição: _____ Cidade: _____

ASPECTOS DA COORDENAÇÃO

Perfil, Condições de Trabalho e Elementos Constitutivos:

2. Duração da Gestão na Coordenação (Regimento): Anos
3. Exigência de Titulação para Coordenação Sim Não
4. Formação do Coordenador (atual)

Formação	Área
Graduação	
Especialista	
Mestre	
Doutor	

5. Na instituição existe Colegiado do Curso de Serviço Social? Sim Não

5.1: GESTÃO: Semestral/Anual Bienal Trienal Outra: Qual

5.2: COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

--

6. Contrato de trabalho (coordenação)

Início: (ano) _____ Dedicção: _____ horas semanais

Celestista Temporário – ano(s) _____ Outro: Qual

7. Seleção para a Coordenação?

Processo seletivo amplo/Concurso

Indicação da Direção/Administração

Indicação do Colegiado do Curso

Eleição entre os pares

Indicação Docente+Discente

Outro (Qual)

8. Qual o papel do Coordenador de Curso?

--

9. No âmbito desta instituição quais são as competências EXCLUSIVAS da coordenação?

10. Quais as dificuldades (limitações) encontradas para desempenho das atividades de Coordenação?

11. Além da Coordenação acumula atividade docente NO MESMO curso? SIM
NÃO

Turmas: 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano ()

DO SERVIÇO SOCIAL

Compreensão, Entendimento, Percepção e Apreensão

12. O que "E" o Serviço Social?

13. O que "FAZ" o Serviço Social? (Assistente Social)

14. O que “É” o Projeto Ético Político do Serviço Social?

15. O que “É” IDENTIDADE PROFISSIONAL e COMO SE CONSTROI?

16. Qual é a IDENTIDADE DO SERVIÇO SOCIAL?

17. Como efetivar (se efetivam) a consolidação do Projeto Ético Político e da Identidade da profissão.

Agradecemos a contribuição
Saudações Acadêmicas.

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima
Doutorado- Serviço Social-UNESP/Franca
e-mail: lecaclima_pesquisa@yahoo.com.br

Para que possamos enviar-lhe as reflexões/conclusões resultantes deste estudo, escreva o endereço eletrônico para o qual os dados deverão ser encaminhados: e-mail:

_____ .

APÊNDICE D- Modelo do Relatório Eletrônico de Dados da Pesquisa

Microsoft Access

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda Digite uma pergunta

Pesquisa : Formulário

Pesquisa de Doutorado

Novo registro Salvar registro Excluir registro Gerar e Imprimir Relatórios

Dados Gerais | Composição e Competências | Papel do Coordenador do Curso | Coordenação | Do Serviço Social

Instituição: _____ Gestão: _____

Cidade: _____ Contrato de trabalho (Início): _____

Duração da Gestão na Coordenação: _____ Contrato de trabalho (Dedicação): _____

Exigência de Titulação para Coordenação Contrato de trabalho (tipo): _____

Formação (Graduação): _____ Seleção para a Coordenação: _____

Formação (Especialista): _____ Atividade acumulada no mesmo curso?

Formação (Mestre): _____ Turmas: _____

Formação (Doutor): _____ email: _____

Na instituição existe Colegiado do Curso de Serviço Social?

Fernand
(13) 91

Modo formulário NUM

Iniciar Dest... CRE... C:\Do... F:\AP... OK_C... Leonic... Douto... Pesqu... 20:49

Microsoft Access

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda Digite uma pergunta

Pesquisa : Formulário

Pesquisa de Doutorado

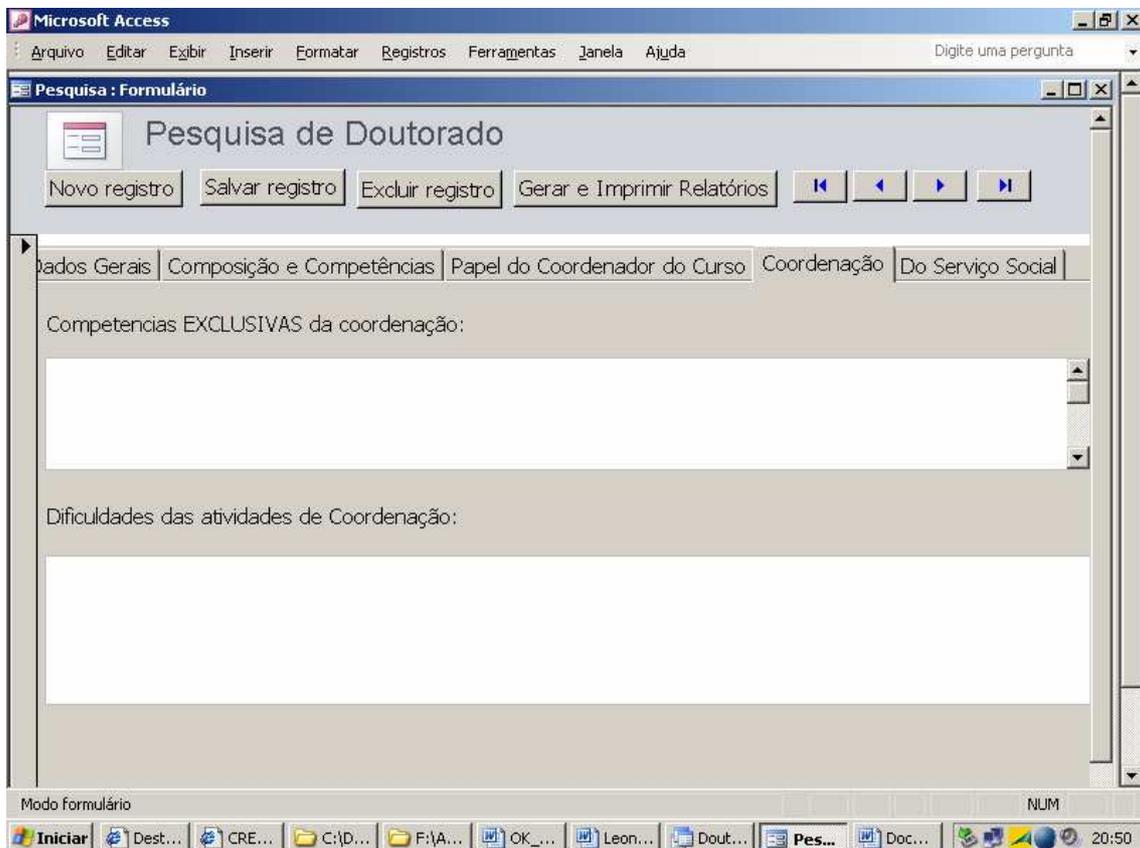
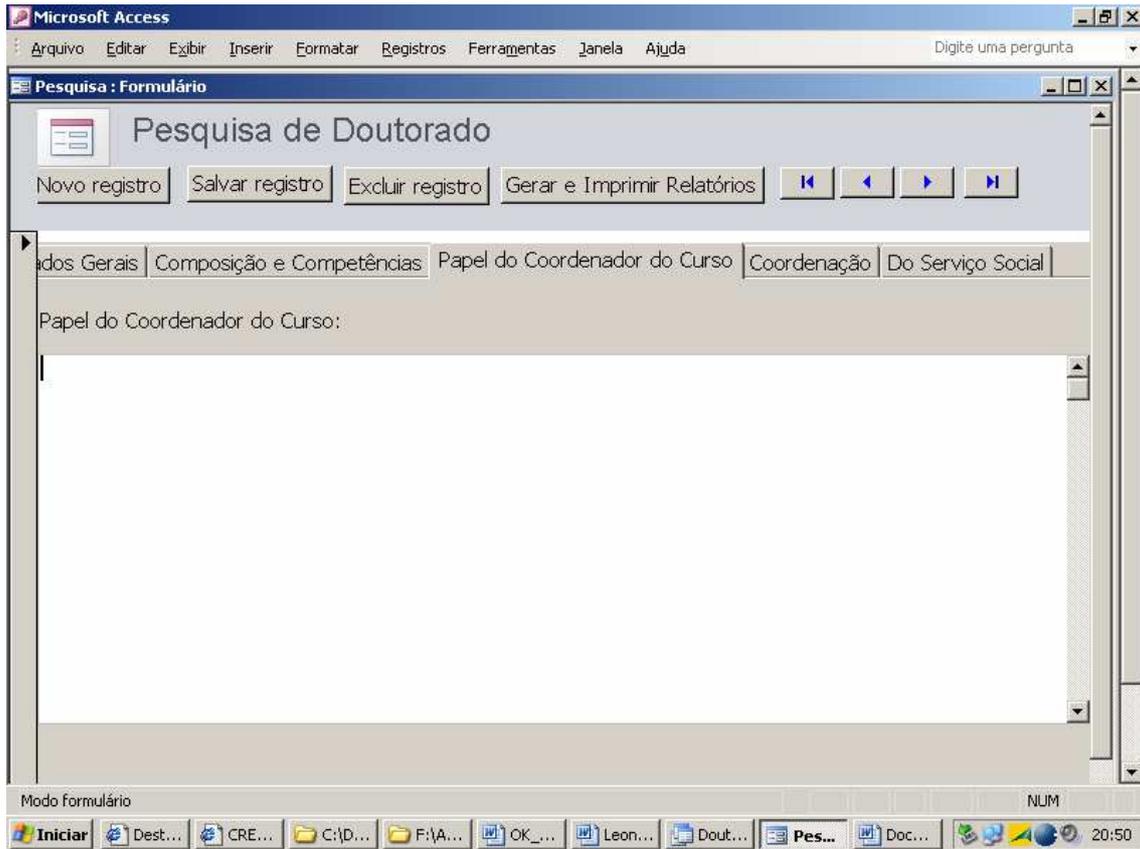
Novo registro Salvar registro Excluir registro Gerar e Imprimir Relatórios

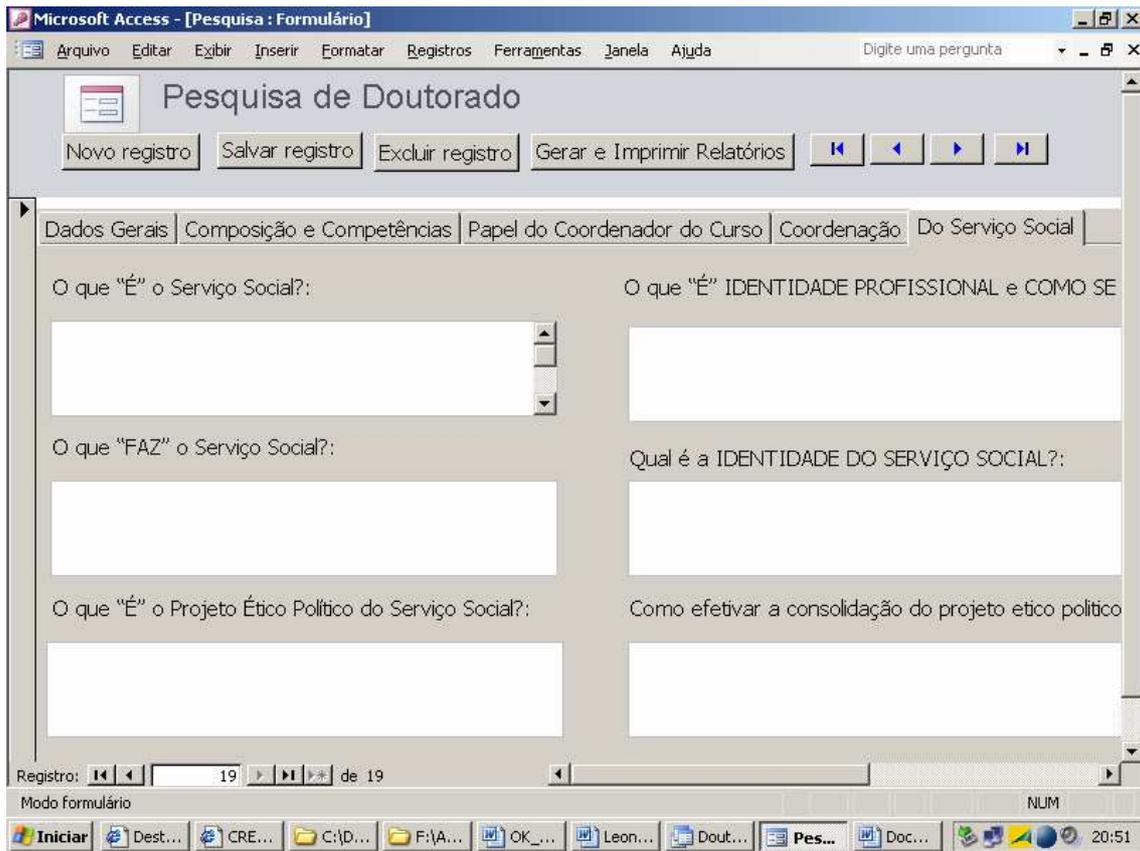
Dados Gerais | Composição e Competências | Papel do Coordenador do Curso | Coordenação | Do Serviço Social

Composição e competências:

Modo formulário NUM

Iniciar Dest... CRE... C:\D... F:\A... OK... Leon... Dout... Pes... Doc... 20:50





APÊNDICE E - E-mail: Agradecimento a Participação na Pesquisa

Caro Colega Coordenador do Curso de Serviço Social.

Confirmamos recebimento do questionário respondido.

Agradecemos o importante contributo e reiteramos o compromisso de enviar as conclusões do trabalho desenvolvido.

Sucesso e contem comigo sempre.

Cumprimentam e agradecem

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima- Aluna do Programa de Pós Graduação - Unesp
Professora Doutora Djanira Soares de Oliveira e Almeida- Orientadora do Programa de Pós Graduação – Unesp.

ANEXOS

ANEXO A - Declaração de matrícula



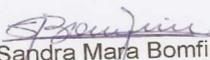
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que **Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima**, é discente regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, curso de Doutorado, desta Faculdade, tendo iniciado o curso em 13/3/2006 e com término em 13/9/2009.

Declaro, ainda, que a discente solicitou Bolsa PDEE no período de 1/3/2008 a 31/12/2008.

Franca, 3 de janeiro de 2008.


Sandra Mara Bomfim
Diretor Técnico de Divisão

**ANEXO B - Cursos de Serviço Social- Estado de São Paulo - INEP
Modalidade: Presencial, Semi Presencial e EAD
Público, Privados, Fundações de Direito Público e Fundações de Direito Privado**

<u>Curso / Habilitação</u> ▼	<u>Instituição</u>	<u>Cidade/UF</u>
1. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades de Dracena - FADRA</u>	DRACENA-SP
2. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Ibero-Americano - UNIBERO</u>	SAO PAULO-SP
3. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI</u>	ADAMANTINA-SP
4. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Barão de Mauá - CBM</u>	RIBEIRAO PRETO-SP
5. <u>Serviço Social</u>	<u>União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago - UNILAGO</u>	SAO JOSE DO RIO PRETO-SP
6. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade de Serviço Social de Bauru - FSSB</u>	BAURU-SP
7. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade de Santo Amaro - UNISA</u>	SAO PAULO-SP
8. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário de Santo André - UniA</u>	SANTO ANDRE-SP
9. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade Guarulhos - UNG</u>	ITAQUAQUECETUBA-SP
10. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário de Votuporanga - UNIFEV</u>	VOTUPORANGA-SP
11. <u>Serviço Social</u>	<u>Instituto Superior de Ciências Aplicadas - Isca - ISCA</u>	LIMEIRA-SP
12. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário de Jales - UNIJALES</u>	JALES-SP
13. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade Ceres - FACERES</u>	SAO JOSE DO RIO PRETO-SP
14. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade Guarulhos - UNG</u>	GUARULHOS-SP
15. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade Sudoeste Paulista - FSP</u>	AVARE-SP
16. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade de Ciências Humanas de Aguai - Facha</u>	AGUAI-SP
17. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade de Mauá - FAMA - FAMA</u>	MAUA-SP
18. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul - FAPSS-SCS</u>	SAO CAETANO DO SUL-SP
19. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Amparense - UNIFIA</u>	AMPARO-SP
20. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL</u>	AMERICANA-SP
21. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS-SP.</u>	SAO PAULO-SP
22. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade São Francisco - USF</u>	SAO PAULO-SP
23. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade de Santo Amaro - UNISA</u>	SAO PAULO-SP
24. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades Integradas Maria Imaculada - FIMI</u>	PIRACICABA-SP
25. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade Reunida - FAR</u>	ILHA SOLTEIRA-SP
26. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Assunção - UniFAI</u>	SAO PAULO-SP
27. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP</u>	GUARUJA-SP
28. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia - FCACSL</u>	MOGI-MIRIM-SP
29. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU</u>	SAO PAULO-SP
30. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário de Lins - UNILINS</u>	LINS-SP

<u>Curso / Habilitação</u>	<u>Instituição</u>	<u>Cidade/UF</u>
31. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP</u>	RIBEIRAO PRETO-SP
32. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio - CEUNSP</u>	ITU-SP
33. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE</u>	SANTOS-SP
34. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul - FUNEC</u>	SANTA FE DO SUL-SP
35. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente - FIAETPP</u>	PRESIDENTE PRUDENTE-SP
36. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL</u>	SAO PAULO-SP
37. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades Integradas de Botucatu - UNIFAC</u>	BOTUCATU-SP
38. <u>Serviço Social</u>	<u>Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior - IMAPES</u>	SOROCABA-SP
39. <u>Serviço Social</u>	<u>Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB</u>	BARRETOS-SP
40. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP</u>	JACAREI-SP
41. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade de Santo Amaro - UNISA</u>	SAO PAULO-SP
42. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE</u>	FERNANDOPOLIS-SP
43. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade de Mirandópolis - FAM</u>	MIRANDOPOLIS-SP
44. <u>Serviço Social</u>	<u>Instituição de Ensino São Francisco - IESF</u>	MOGI-GUACU-SP
45. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP</u>	FRANCA-SP
46. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade Católica de Santos - UNISANTOS</u>	SANTOS-SP
47. <u>Serviço Social</u>	<u>Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas</u>	CAMPINAS-SP
48. <u>Serviço Social</u>	<u>Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP</u>	SAO JOSE DOS CAMPOS-SP
49. <u>Serviço Social</u>	<u>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP</u>	SAO PAULO-SP
50. <u>Serviço Social</u>	<u>Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE</u>	PRESIDENTE PRUDENTE-SP
51. <u>Serviço Social</u>	Universidade Nove de Julho – UNIVOVE	SAO PAULO-SP
52. <u>Serviço Social</u>	Universidade de Marília - UNIMMAR	MARÍLIA-SP
53. <u>Serviço Social</u>	Universidade de Taubaté - UNITAU	TAUBATÉ-SP
54. <u>Serviço Social</u>	Fiam-Faam – Centro Universitário – UNIFIAM-FAAM	SAO PAULO-SP
55. <u>Serviço Social</u>	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro – Vitório Cardassi - IMESB	BEBEDOURO-SP
56. <u>Serviço Social</u>	Universidade Cruzeiro do SUL - UNICSUL	SAO PAULO-SP
57. <u>Serviço Social</u>	Universidade Cruzeiro do SUL - UNICSUL	SAO PAULO-SP
58. <u>Serviço Social</u>	Faculdade Tijuçussu - TIJUCUSSU	SÃO CAETANO DO SUL
59. <u>Serviço Social</u>	Universidade Camilo Castelo Branco - UNICASTELO	SAO PAULO-SP

Fonte: Tabela montada com dados extraídos do Portal INEP – MEC - ano de 2007.

ANEXO C – Liberação da Bolsa CAPES-PDEE

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação - Anexos I e II - 2º Andar
Caixa postal 365
70359-970 - Brasília, DF
Brasil



FHDS - FLOWCS

Ilmo(a) Sr(a) Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa
Marilza Vieira Cunha Rudge
R. Quirino de Andrade, 215 - 9º andar - centro

São Paulo - SP
01049010

Brasília, 24 de Janeiro de 2008
Processo: BEX 4490/07-0

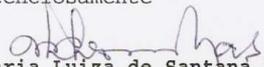
Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que a Capes atendeu sua solicitação de concessão de bolsas de estudos, no âmbito do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior, a (o) pós-graduando (a) **LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA**.

Encaminhamos, em anexo, os documentos abaixo relacionados:

- carta de concessão individual;
- duas vias do Termo de Compromisso, **devendo uma delas ser assinada e devolvida à Capes;**
- instruções ao bolsista, **que deverão ser lidas atentamente.**

Atenciosamente


Maria Luiza de Santana Lombas
Coordenadora-Geral de Programas com o Exterior

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)